

CLIPPING CAPITAL

12/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 107



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3º Vice-Presidente
Jooji Hato: 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 109 • São Paulo, sábado, 10 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Maria Lúcia Amary** (PSDB). **PÁG. 2**

Audiência aborda projetos pedagógicos nas escolas

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa sediou audiência pública nesta quinta-feira (8/6) para debater a educação de qualidade por meio do PPP - Projetos Políticos Pedagógicos. Na ocasião a Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Hélio Tavares, localizada no extremo da Zona Leste de São Paulo, foi homenageada pelo trabalho pedagógico realizado. Para o autor da iniciativa, deputado Carlos Giannazi (PSOL), na escola existe um verdadeiro exemplo de práticas democráticas. "Com o PPP bem estruturado, a escola ganha uma identidade clara. Neste projeto há uma equipe com representantes da comunidade, da família dos alunos, do corpo docente e demais funcionários da escola, para determinar os rumos de uma aprendizagem de qualidade", diz.

Para a coordenadora pedagógica da escola Hélio Tavares, Maria Creuza, "a educação tem um poder enorme de transformação do cidadão".

Valdilene Melo da Silva, coordenadora pedagógica do ciclo de alfabetização interdisciplinar da escola, falou sobre a prática do TCA - Trabalho Colaborativo de Autoria, em que os alunos escolhem um tema, fazem a pesquisa com autonomia e retornam para a sala de aula para adequação e orientação em conjunto com o corpo docente.

O diretor do colégio, Cleber Peixoto, disse que o



Carlos Giannazi (centro) preside a audiência

projeto foi implantado em outra gestão, mas que todos os segmentos envolvidos deram continuidade para que os exercícios da cidadania e democracia se solidificassem e não fossem interrompidos.

"Os Projetos Políticos Pedagógicos vêm envolver a

comunidade no trabalho de formação educacional e compartilhar a responsabilidade em definir os rumos da escola. Este processo é um desafio e tanto", disse Giannazi.

Além dos citados, estiveram presentes diversos educadores e representantes de sindicatos e associações.

Grafito Bonga Mac expõe trabalhos na Alesp

PÁG.3



Assembleia discute o combate às drogas



PÁG.3



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com a deputada Maria Lúcia Amary

DA REDAÇÃO - FOTO: MAURÍCIO G. DE SOUZA

A professora e advogada Maria Lúcia Amary (PSDB) ingressou na política atuando em movimentos sociais. Em 1998, quando era presidente do Fundo Social de Solidariedade da Prefeitura de Sorocaba, foi convidada a disputar uma vaga na Assembleia Legislativa. Foi eleita e já está no quarto mandato. Ela foi a primeira mulher a presidir um partido em Sorocaba e a primeira mulher eleita deputada estadual na cidade. Na Assembleia, atua nas áreas de desenvolvimento regional, educação, rede de proteção social, saúde, meio ambiente, transportes e segurança pública.

Maria Lucia coordena as Frentes Parlamentares de Desoneração Tributária dos Medicamentos de Combate aos Motoristas Criminosos e de Enfrentamento das DST's/HIV e Adis. É vice-coordenadora da Frente Parlamentar para Regularização Fundiária e da Frente Parlamentar em Defesa da Malha Ferroviária.

Mulheres na política

Atuante em movimentos feministas, políticos e partidários, Maria Lúcia Amary acredita que as mulheres deveriam lutar para ter mais espaço na política. Segundo ela, 52% do público feminino está no eleitorado. "O problema é que esse dado não reflete nas votações durante as eleições", explica.

Para Maria Lúcia, a cultura machista ainda prejudica o avanço das mulheres na política. Com o objetivo de aumentar a representatividade feminina, a Lei de Cotas reserva a cada gênero um percentual mínimo de cadeiras nas representações legislativas. "O Brasil possui menos mulheres engajadas na política, se comparado a outros países da América do Sul. Aqui, na Assembleia, nós temos 11%. É uma porcentagem pequena", diz.

Segundo a deputada, muitos partidos políticos não preenchem a cota de 30% (reservada para as mulheres). "A Lei de Cotas não atingiu seu objetivo, ainda não conseguimos chegar ao percentual esperado", critica.

A parlamentar também destaca a dificuldade que as mulheres têm para se reeleger nos cargos. "Faltam investimentos nas campanhas. Nos Estados Unidos e nos países da Europa existe um financiamento próprio para

campanhas femininas".

Maria Lucia acredita que o momento político do país e o peso da classe política são fatores intimidadores para as mulheres tentarem a carreira na área. Para ela, as mulheres não se sentem estimuladas a participar do processo político porque "realizam dupla jornada, que as impede de financiar uma campanha; não possuem o apoio da família e enfrentam atitudes de partidos que priorizam somente o público masculino e isolam as mulheres", diz.

Região de Sorocaba

A deputada realiza trabalhos em 27 cidades que compõem a região de Sorocaba. "A região é desigual. Tenho preocupação em mudar essa realidade, de forma que todas as cidades possam crescer proporcionalmente", afirma.

Para isso, a parlamentar busca valorizar a vocação das cidades e estimular aquelas que são voltadas ao turismo. Ela destaca que algumas delas perderam suas características originais por conta da rápida industrialização. A intenção, diz, é resgatar as origens das cidades.

Maria Lúcia Amary explica que os maiores problemas da região metropolitana - saúde e segurança -, são iguais aos de outras cidades do Estado de São Paulo. "Penso em um polo de desenvolvimento. Por exemplo, a cada duas ou três cidades, oferecer um serviço de saúde especializado", explica.

Ela diz que se cada cidade tiver um conjunto de ações iguais, vai perder investimentos. Por isso, a importância de diversificar e ao mesmo tempo uniformizar com um objetivo comum. "Com os instrumentos de que a lei dispõe, como concessões e consórcios, as cidades podem trabalhar em parceria". A sua bandeira, além do desenvolvimento das cidades, é garantir que a população tenha condições de permanecer em seu município.

Defesa da mulher

Maria Lucia Amary criou leis e projetos voltados para melhorar a condição de vida da mulher. Um exemplo é a Lei 13.160, o Programa de Saúde da Mulher Detenta. Ela se recorda da luta para inaugurar o presídio feminino na região de Votorantim para mais de 800 mulheres. Dentro do próprio presídio, as detentas têm acesso a serviços como creche, biblioteca, local para amamentação e ambulatório médico



especializado para atendimentos preventivos, como de mama e colo de útero, que sua lei se preocupa em oferecer. "A detenta já está pagando com a prisão, ela não precisa pagar com a saúde. Além disso, ela precisa retornar para a sociedade com saúde adequada", diz.

Outra lei que ela destaca é a 13.813/2009, que garante o atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência sexual. O Estado dá o direito da realização de exames médicos periciais com especialistas do Instituto Médico Legal (IML) no estabelecimento hospitalar de atendimento, bem como o direito de elaborar boletim de ocorrência noticiando a violência sofrida.

Projetos

Durante a conversa, a deputada destacou a importância da produção agrícola. Segundo ela, Piedade é a cidade que mais abastece o Estado de São Paulo no setor agrícola e precisa de estradas de boa qualidade, para garantir que seus produtos não sejam afetados no seu destino final. "É preciso estimular a agricultura", defende.

Maria Lucia diz que pretende disputar a reeleição e destaca que está "preparada para assumir qualquer desafio".

Ela já assumiu a presidência interina da Assembleia em algumas ocasiões, foi a primeira mulher a ser vice-presidente da Casa e hoje é a segunda vice-presidente. "Garantimos uma história nova. Antes as mulheres não tinham cargos relevantes no meio político. Quando queremos, podemos. Precisamos trabalhar e lutar para garantir o espaço conquistado", diz.

Grafitreiro Bonga Mac expõe trabalhos na Alesp

DA REDAÇÃO

Até o próximo dia 20/6, as obras do artista Bonga Mac estarão expostas na Assembleia Legislativa. O grafitreiro usa o olhar dos animais para refletir sobre a vida moderna. A exposição "Olho Cru" reflete sobre o ser humano no seu instinto selvagem de poder. "Tenho um estilo inclinado às questões sociais, culturais e étnicas", diz. Além do Brasil, os seus trabalhos estão expostos no Chile, Canadá, França, Bélgica, Itália, Equador e Peru, e também estão retratados em diferentes artigos e livros.



Obras do artista Bonga Mac expostas na Alesp



Obras do artista Bonga Mac

Assembleia discute o combate às drogas

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa sediou debate nesta quinta-feira (10/6) para discutir a liberação de drogas como a maconha e a cocaína. A iniciativa foi presidida pelo deputado Campos Machado (PTB). O processo de legalização das drogas está em andamento no Supremo Tribunal Federal. O ministro Luís Roberto Barroso defende a descriminalização como possível solução para

a crise de superlotação nos presídios brasileiros.

O deputado Campos Machado criticou a posição do ministro. "Eu estranhei quando o STF decidiu resolver uma pendência judicial de um tema que eu nunca achei que poderia chegar lá. Começa com o álcool, depois vem a maconha, a cocaína e por último o crack. É preciso ver e reprimir, nunca estimular ou incentivar", afirma.

O responsável pelo Grupo de Educação e Prevenção Contra as Drogas da Guarda Civil Metropolitana (Gepad),

Euclides Conradim, explicou as ações do projeto e destacou a importância da repressão. "Nós precisamos reprimir quem vai vender. O Gepad atua com conscientização nas escolas e percebemos que os próprios professores precisam de uma capacitação para tratar do assunto, eles têm medo e desconhecimento", afirma.

Campos Machado declarou que a frente é partidária e atende à população. "O povo não pertence a partido político e sim a uma nação", disse.

opinião

Reformulação do SUS

PEDRO TOBIAS*

O Brasil tem o Sistema Único de Saúde (SUS) com as bases de funcionamento definidas na Constituição de 1988, cuja proposta é proporcionar atendimento de saúde a todos os brasileiros com financiamento público.

Desde a criação do SUS, havia quase 30 anos, muitas coisas mudaram e o subfinanciamento do setor tem sido o principal problema ao longo dos anos, aumentando as responsabilidades de Estados e municípios em relação ao atendimento da saúde da população, enquanto a União aplica cada vez menos recursos. Pela legislação, os municípios devem aplicar 15% de suas receitas correntes em saúde e os Estados 12%. Mas ambos os entes federados têm investido quase o dobro do teto constitucional.

Com a aprovação da Emenda Constitucional 29 se esperava que a União, através do governo federal, passasse a aplicar pelo menos 10% das suas receitas em saúde. No entanto, a então presidente Dilma Rousseff sancionou,



em janeiro de 2012, a Lei Complementar 141, de acordo com a qual a União deve investir em saúde o valor empenhado no ano anterior, mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB).

Este foi mais um duro golpe no SUS, assim como foi a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que fez as áreas sociais, como a saúde, perderem parte de seu financiamento para pagamento da dívida pública e seus juros.

Diante desta triste conjuntura da saúde pública brasileira que está agonizando na UTI, acompanhei na última terça-feira, dia 6, na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de São Paulo, a prestação de contas do secretário estadual da Pasta, David Uip. Ele divulgou os dados do órgão e mostrou-se preocupado com o futuro da saúde no Brasil.

De acordo com o levantamento da Secretaria de Estado da Saúde, o sistema conta com 127 mil funcionários, 93 hospitais estaduais, dos quais 55 estão na Grande São Paulo. Atualmente, são 82 Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) e mais 15 unidades

da Rede de Reabilitação Lucy Montoro. Ressalto que toda esta imensa estrutura é de responsabilidade e custeada quase que totalmente pelo governo do Estado de São Paulo.

Segundo David Uip, o valor das despesas do setor de saúde no segundo bimestre de 2017 é de quase R\$ 4,8 bilhões. E o secretário afirmou que 75% do custeio da saúde é retirado do Tesouro do Estado. "O valor médio de uma internação é de R\$ 1,6 mil, e se for em hospital universitário fica em torno de R\$ 2,8 mil por conta das pesquisas", explicou o secretário.

Saliento que, em 2016, o SUS recebeu apenas 3,35% do Orçamento Federal, cerca de R\$ 100,4 bilhões, dos quais R\$ 6 bilhões foram contingenciados. Há necessidade urgente de uma reformulação do SUS, que considero um processo de inclusão e sou favorável, mas o sistema precisa ser revisto para não piorar a cada dia. Ou garantimos mais recursos federais para financiar o SUS para todos como acontece há quase 30 anos, ou garantimos o acesso à saúde pública somente para os mais humildes. Essa é uma escolha que o poder público e a sociedade precisam fazer rápido.

* Pedro Tobias é deputado pelo PSDB

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO



Segunda-feira 12 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45163

EDIÇÃO DE 23H30

estadao.com.br

Governo apela a Doria e a Alckmin para manter PSDB

Temer pede tempo para mostrar que ainda pode aprovar as reformas; auxiliares avaliam que pretensões eleitorais da dupla tucana terão peso

O presidente Michel Temer apelou ao governador do Estado, Geraldo Alckmin, e ao prefeito de São Paulo, João Doria, para que evitem uma derrota do Planalto na reunião da Executiva do PSDB marcada para hoje, em Brasília. O encontro pode definir a saída dos tucanos da base aliada.

Para auxiliares de Temer, as pretensões eleitorais de Alckmin e de Doria favorecem um entendimento com o Planalto neste momento. A ambos interessaria manter Temer no cargo, porém com baixa popularidade, até 2018, quando um dos dois poderá ser o candidato a presidente. Até ontem à

noite, Doria e Alckmin trabalhavam pelas pretensões de Temer dentro do PSDB. A dupla aceita dar mais um crédito ao presidente, mas com prazo de validade definido e sujeito a mudança de rumos, na dependência de eventuais "fatos novos" e das decisões da Justiça. **POLÍTICA / PÁG. A4**



Esportes

“O tênis contribuiu demais para a construção dos meus valores.”

GUSTAVO KUERTEN, APLAUDIDO ONTEM EM ROLAND GARROS

GUGA É HOMENAGEADO E VÊ NADAL AMPLIAR SEU REINADO NO SAIBRO

O tenista espanhol Rafael Nadal cravou ontem seu nome na história do esporte ao levantar pela décima vez a taça em Roland Garros ao vencer o suíço Stan

Wawrinka por 3 sets a 0. Este foi o 15º Grand Slam de Nadal, que supera Pete Sampras. O brasileiro Guga recebeu homenagens pelo 20º aniversário de seu primeiro título em Paris. **PÁG. A18**



GABRIELA BILÓ, ESTADÃO

Ação na 'nova' Cracolândia

Governo de São Paulo retirou dependentes químicos da Pça. Princesa Isabel, ontem. Presidente do CREMESP criticou ação: "estão criminalizando o usuário". Prefeitura estuda local para consumo de drogas. **METRÓPOLE / PÁG. A12 e DIRETO DA FONTE / PÁG. C2**



WERTHER SANTANA, ESTADÃO

Arrancada. Gabriel comemora o segundo gol: sexta vitória seguida

Corinthians se consolida no topo

● O Corinthians mais uma vez provou seu valor neste ano. Em casa, o time, que começou o ano sob dúvidas, se

aproveitou das falhas do São Paulo e venceu o clássico por 3 a 2, ontem. Com o resultado, o alvinegro se consolidou na liderança do Brasileiro, com 16 pontos. Agora, já são sete o número de jogos que o São Paulo não vence o rival em sua arena. Em Curitiba, o Santos venceu o Atlético-PR, por 2 a 0. **PÁG. A16**

COLUNADO ESTADÃO
Contra crise, redução de IR

Para mostrar que não está paralisado pela crise, governo deverá adotar medidas com impacto na vida cotidiana, entre elas a revisão da tabela do IR, podendo reduzir a maior alíquota para pessoa física de 27,5% para 18%. **POLÍTICA / PÁG. A4**

'Estamos otimistas', diz empresário

O presidente Michel Temer está no papel correto, que é reorganizar a economia. A opinião é do empresário Carlos Jereissati Filho, presidente do Grupo Iguatemi, informam **Mônica Scaramuzzo e Ricardo Grinbaum**. "Há cenário momentâneo de incerteza, mas estamos otimistas", declara. **ECONOMIA / PÁG. B5**

Caderno2
João Donato e Donatinho
Parceria do músico com o filho caçula rende som inusitado no álbum *Sintetizamor*

FABIO MOTTA, ESTADÃO

Gilmar reage à 'tentativa de intimidação'

O ministro Gilmar Mendes criticou ontem a possibilidade de a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ter investigado o também ministro do STF Edson Fachin. "A tentativa de intimidação de qualquer membro do Judiciário é lamentável e deve ser veementemente combatida", disse Gilmar. **POLÍTICA / PÁG. A6**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Para ir além da mediocridade
Há um caminho a seguir na economia como na política com mudanças que resgatem o valor do voto e confirmem ao Congresso autêntica capacidade de representação do eleitor. **PÁG. A3**

O custo do malfeito
Angra 3 é um caso paradigmático do quanto sai caro usar mal o dinheiro público. **PÁG. A3**

Venezuela: migração inclui classe média
INTERNACIONAL / PÁG. A9

Macron sai fortalecido da eleição legislativa
INTERNACIONAL / PÁG. A10

Cida Damasco
Encerrada a luta no TSE, Temer passa a depender dos votos do Congresso. **ECONOMIA / PÁG. B9**

Lúcia Guimarães
Sobre tirania é vacina contra exercício arbitrário do poder conquistado nas urnas. **CADERNO2 / PÁG. C6**

Tempo em SP 23º Máx. 10º Mín.

FSC MISTO Papel produzido a partir de fontes responsáveis FSC® C113259

Esta publicação é impressa em papel certificado FSC® garante de manejo florestal responsável, pelo S. A. O. Estado de S. Paulo

ISSN - 1516-2003-1

9 771516 200310

Presidente telefonou para os dois líderes paulistas para que reunião ampliada da Executiva do principal partido aliado do governo no Congresso termine sem decisão

Temer apela a Alckmin e Doria para manter PSDB

GABRIELA BILO / ESTADÃO



Dupla. Alckmin e Doria na ação na Cracolândia; 'PSDB vai apoiar reformas', disse governador

**Alberto Bombig
Pedro Venceslau**

O presidente Michel Temer apelou ao governador do Estado, Geraldo Alckmin, e ao prefeito de São Paulo, João Doria, para que eles trabalhem no sentido de esvaziar o caráter deliberativo da reunião da Executiva ampliada do PSDB marcada para hoje e que pode definir a saída dos tucanos da base aliada ao Palácio do Planalto.

Após a vitória de Temer no julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na sexta-feira, o presidente, por meio de aliados e ministros do PSDB, pediu a Doria e a Alckmin que deem mais tempo a ele para reorganizar sua base e mostrar que o governo ainda tem força para aprovar as reformas defendidas pelo prefeito e pelo governador, principalmente a da Previdência. Dentro do próprio PSDB é dado como certo que Temer não conseguirá fazer as reformas sem o apoio dos tucanos.

O medo de Temer é de que a saída do PSDB do governo crie um "efeito manada", na expressão de um senador do PMDB próximo a Temer, às vésperas de a Câmara dos Deputados analisar uma eventual denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente. Ou seja, a saída dos tucanos pode motivar outros partidos a seguir o mesmo caminho.

Na avaliação do Planalto, se os dois tucanos paulistas trabalharem para esvaziar a reunião de hoje ou para cabalar votos pela permanência do PSDB na base, a vitória de Temer estará garantida na Executiva, que tem 17 membros, caso haja uma votação deliberativa.

Rumo a 2018. Para auxiliares de Temer, as pretensões eleitorais de Alckmin e Doria favorecem um entendimento deles com o Planalto neste momento. A dupla também receia que a saída do PSDB da base governis-

Grupo quer eleger nova executiva para dirigir tucanos

● Diante do cenário de incertezas, parte da bancada do PSDB na Câmara articula apresentar uma "PEC Partidária" para renovar a direção executiva tucana no segundo semestre, e não em maio, quando termina o atual mandato dos dirigentes.

A ideia é eleger o senador Tasso Jereissati (CE) em caráter definitivo e tirar o senador Aécio Neves (MG), que mantém o cargo de presidente afastado, do cenário partidário. "Foi um erro renovar o mandato da executiva esse ano. É possível antecipar a mudança (para antes de maio de 2018). Só é preciso encontrar uma fórmula", disse o vice-presidente da sigla, Alberto Goldman.

Pelo estatuto, o caminho seria a realização de uma convenção partidária com os mesmos delegados que elegeram a atual direção. Assim, seria possível eleger uma nova executiva. / P.V.

ta leve o partido automaticamente para a oposição, o que favoreceria o PT e deixaria o governador numa posição de isolamento político para 2018. A ambos ainda interessaria manter Temer no cargo, ainda que com baixa popularidade, até 2018, quando um dos dois poderá ser o candidato a presidente.

No PSDB, a compreensão é de que a substituição de Temer, via eleição indireta no Congresso, poderia abrir caminho para Rodrigo Maia (DEM-RJ) ser candidato e permanecer no cargo de presidente, o que elevaria o cacife eleitoral do partido de 2018 e dificultaria um entendimento com os tucanos.

Até ontem à noite, Doria e Alckmin trabalhavam fortemente pelas pretensões de Temer dentro do PSDB. Porém, ambos

não querem tomar o carimbo de "fiador" de um presidente prestes a ser denunciado no Supremo Tribunal Federal. Por isso, a dupla aceita dar mais um crédito a Temer, mas com prazo de validade definido e sujeito a uma mudança de rumos, na dependência de eventuais "fatos novos" e decisões da Justiça.

Ontem, Alckmin manteve seu discurso: "O importante é que o PSDB vai apoiar as reformas. Se vai preservar os ministérios, não importa". O Planalto já tem apoios do grupo do senador Aécio Neves (PSDB-MG) na Executiva, além dos quatro ministros tucanos - Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores), Bruno Araújo (Cidades), Antônio Imbassahy (Secretaria de Governo) e Luislinda Valois (Direitos Humanos).

Os governistas esperam aprovar neste mês a reforma trabalhista no Senado, enquanto reorganizam as forças na Câmara. O Planalto receia que uma decisão desfavorável a Temer no PSDB, somada à repercussão da reportagem da revista *Veja* de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) espionou o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, desmobilize o Congresso.

Crise de identidade. A reunião de hoje ocorre num momento difícil na história do PSDB, fundado em 1988. Um tucano experiente lembrou uma frase do Manifesto ao Povo Brasileiro, feito pela sigla no ano da fundação: "Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido". Para ele, este é o momento de o partido decidir de qual desses lados quer chegar até o ano que vem.

Hoje, o partido deve adiar mais uma vez a decisão. "A ideia é não tomar uma decisão. É muito curto o tempo entre a decisão do TSE e a reunião", disse o secretário-geral do PSDB, deputado federal Silvío Torres (SP). / COLABORARAM IGOR GADELHA e GILBERTO AMENDOLA

IMPASSE

● Tucanos se reúnem hoje para discutir a manutenção da aliança com o governo Temer

Permanência

No Senado

-  **Tasso Jereissati (CE)**
PRESIDENTE INTERINO DO PARTIDO
-  **José Serra (SP)**
EX-MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
-  **Aécio Neves (MG)**
(PARLAMENTAR ESTÁ AFASTADO)
-  **Paulo Bauer (SC)**
LÍDER DO PARTIDO NA CASA

Governadores

-  **Geraldo Alckmin**
SÃO PAULO
-  **Marconi Perillo**
GOIÁS

Ministros

-  **Aloysio Nunes Ferreira**
RELAÇÕES EXTERIORES
-  **Antonio Imbassahy**
SECRETARIA DE GOVERNO
-  **Bruno Araújo**
CIDADES
-  **Luislinda Valois**
DIREITOS HUMANOS

Desembarque

Na Câmara

-  **Carlos Sampaio (SP)**
VICE-PRESIDENTE DO PARTIDO
-  **Daniel Coelho (PE)**
LÍDER DO 'CABEÇAS PRETAS'
-  **Mara Gabrilli (SP)**
-  **Otávio Leite (RJ)**

Prefeitos

-  **Nelson Marchezan**
PORTO ALEGRE
-  **Orlando Morando**
SÃO BERNARDO DO CAMPO

Diretórios

- São Paulo
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Sul

Gilmar vê ‘devassa’ como ‘tentativa de intimidação’

Breno Pires / BRASÍLIA

Um dia após a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, cobrar a apuração da suposta espionagem contra o colega Edson Fachin pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o ministro do STF Gilmar Mendes também criticou ontem a possibilidade de a agência ter feito uma devassa na vida do relator da Lava Jato na Corte.

“A tentativa de intimidação de qualquer membro do Judiciário, seja por parte de órgãos do governo, seja por parte do Ministério Público ou da Polícia Federal, é lamentável e deve ser veementemente combatida”, afirmou Gilmar.

A informação do suposto uso da Abin a pedido do presidente Michel Temer foi divulgada pela revista *Veja* deste fim de semana. Segundo a publicação, Fachin – relator do inquérito contra o presidente – estaria sendo monitorado pela agência de inteligência após ter sido acionada pelo Palácio do Planalto. A ação, de acordo com a revista, teria como objetivo buscar fragilidades que poderiam colocar

za de que isso não aconteceu. Confio na Abin, nos profissionais da Abin e eles têm dado reiteradas mostras de seu profissionalismo”, afirmou Etchegoyen ao *Estado*. A agência é subordinada ao GSI.

O Palácio do Planalto emitiu na noite de anteontem uma nota negando a versão da revista. “O presidente Michel Temer jamais ‘acionou’ a Abin para investigar a vida do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin. O governo não usa a máquina pública contra os cida-

● Reações

“A tentativa de intimidação de qualquer membro do Judiciário, seja por parte de órgãos do governo, seja por parte do Ministério Público ou da PF, é lamentável.”

Gilmar Mendes

MINISTRO DO SUPREMO

“É inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o STF, contra a democracia e contra as liberdades.”

Cármen Lúcia

PRESIDENTE DO SUPREMO

em xeque a atuação do relator.

Começando pela presidente do STF, anteontem, as reações foram fortes em defesa de Fachin. A ministra Cármen Lúcia condenou a suposta “devassa ilegal” da vida do ministro e disse que isso, se confirmado, seria “prática própria de ditaduras”. “É inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o Supremo Tribunal Federal, contra a democracia e contra as liberdades, se confirmada informação de devassa ilegal da vida de um de seus integrantes”, disse.

dãos, muito menos fará qualquer tipo de ação que não respeite aos estritos ditames da lei”, diz a nota. Etchegoyen chegou a telefonar para Cármen Lúcia. “Eu não me prestaria a isso. (A Abin) não iria bisbilhotar ninguém”, declarou o general.

Congresso. Fachin tem recebido ataques que parte do Planalto e do Congresso, desde que homologou as delações premiadas da JBS e autorizou a investigação contra Temer. A tropa de choque do governo na Câmara

Segundo a presidente do Supremo, se comprovada a prática, em qualquer tempo, “as consequências jurídicas, políticas e institucionais terão a intensidade do gravame cometido, como determinado pelo direito”. Menos de três horas depois, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, também se manifestou e falou em “práticas de um Estado de exceção”.

Mais críticas. Entidades de juízes também se posicionaram. “Sendo as notícias procedentes, se caracterizará a quebra da harmonia e independência entre os Poderes, para além das infrações penais ocorridas. Estará em risco a democracia brasileira”, disse, em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). “A estratégia de constranger magistrados com ataques à honra pessoal, colocando órgãos públicos a esse serviço, é típico de regimes totalitários”, afirmou a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sergio Etchegoyen, negou que a Abin tenha monitorado Fachin. “Tenho certe-

quer cobrar explicações do relator sobre a relação dele com o Ricardo Saud, executivo da JBS e um dos delatores do grupo. Os deputados apontam que Fachin teria sido ajudado pelo delator no período em que estava se preparando para a sabatina no Senado para referendar a indicação ao Supremo.

Por outro lado, o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) informou anteontem que articula com parlamentares a criação de uma CPI para investigar suposto uso da Abin pelo governo.

Associações rejeitam 'manobra' contra Lava Jato

Entidades ligadas a outras carreiras do MPU promovem consulta para lista alternativa; iniciativa é mal vista, afirma ANPR

Thiago Faria | BRASÍLIA

A possibilidade de o presidente Michel Temer consultar outras carreiras do Ministério Público da União (MPU) para escolher o substituto do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é vista com ressalvas por associações da categoria. A preocupação é de que a iniciativa seja usada para enfraquecer a Operação Lava Jato num momento em que o Palácio do Planalto e o Ministério Público Federal entram em rota de colisão.

Tradicionalmente, a escolha é feita a partir de uma lista tripartite apresentada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), mas não há uma obrigação legal para que a relação de candidatos seja respeitada. O Estado mostrou ontem que o Planalto vai analisar alternativas, além da lista da ANPR. O ministro da Justiça, Tarcato Jardim, sugeriu que associações ligadas ao MPU apresentem nomes para o cargo.

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa vê com bons olhos a consulta expandida. Com a Associação do Ministério Público Militar (ANMPM) e a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (ANMPDFT), a ANPT promove uma votação entre os associados para formar uma lista tripartite alternativa a ser entregue a Temer. A votação, porém, considera os mesmos oito candidatos que se inscreveram na disputa da ANPR. "Da mesma forma que a ANPR, abrimos para candidatos de todos os ramos, mas não houve inscrição."

Segundo ele, a ideia é que a lista tripartite apresentada pelas três associações inclua também os votos da ANPR, ampliando o "colégio eleitoral", hoje restrita aos cerca de 1.200 integrantes do Ministério Público Federal.

Costa lembra, porém, que em outras oportunidades em que as demais categorias foram consultadas, o resultado foi praticamente o mesmo, mudando apenas a ordem na lista. Em 2013, quando Janot foi nomeado pela primeira vez, ele foi o primeiro na lista da ANPR, mas segundo na das outras associações.

"Não quero que isso (aforma-



Confiança. Robalinho Cavalcanti, da ANPR, diz não crer que Temer vá ignorar lista tripartite

ção de uma lista tripartite alternativa) seja usado como oportunidade para enfraquecer o Ministério Público. Temos muito cuidado em não abrir uma janela para eventual nomeação de alguém que não cumpra a sua missão com eficiência", disse Costa. "Temos que ter cuidado para que não se jogue a pecha de que as associações estão tentando enfraquecer a Lava Jato."

Em nota divulgada na semana passada, as associações do

● Lista alternativa
"Temos que ter cuidado para que não se jogue a pecha de que as associações tentam enfraquecer a Lava Jato."
Ângelo Fabiano Farias da Costa
PRESIDENTE DA ANPT

MPT, MPM e MPDFT cobram maior participação na escolha do procurador-geral, mas rejeitam serem usados para que o

Planalto encontre um nome alinhado. "Não há qualquer possibilidade de que sejamos usados para fragilizar a independência do MPF, na atuação finalística. Somos Ministério Público acima de tudo!", diz a nota.

ANPR. O presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, disse estar confiante de que Temer não vai ignorar a lista tripartite da entidade. Oito subprocuradores se inscreveram para concor-

CONSULTAS

● **Lista tripartite da ANPR em 2013:**

1º Rodrigo Janot

2º Ela Wiecko

3º Deborah Duprat

● **Lista tripartite 'alternativa', que incluiu votos da ANPR, ANPT, ANMPM e ANMPDFT:**

1º Deborah Duprat

2º Rodrigo Janot

3º Ela Wiecko

rer na eleição interna. Todos defendem a continuidade da Lava Jato (mais informações na pág. A8). "Qualquer nome fora dessa lista seria um desastre para o País. Não consigo saber qual seria o benefício para o governo, pois esse nome não teria liderança no MPF", afirmou.

"Essa ideia deles de uma lista a parte é muito mal vista na Casa. Muitos colegas têm a leitura de que enfraquece o MPF", afirmou o presidente da ANPR.

Delação divide candidatos à vaga de Janot

'Estado' ouviu os 8 subprocuradores-gerais que concorrem ao cargo; apesar de críticas à atual gestão, todos se dizem favoráveis à Lava Jato

Beatriz Bulla
Fabio Serapião | BRASÍLIA

Os termos do acordo de delação premiada entre o Ministério Público Federal e os irmãos Joesley e Wesley Batista dividem os candidatos a procurador-geral da República. Na disputa pela cadeira de Rodrigo Janot, o Estado questionou os subprocuradores que pleiteiam o posto - a íntegra das respostas pode ser lida no estado.com.br. O trabalho na área penal e a defesa da Lava Jato são pontos em comum dos candidatos.

O novo procurador-geral da República, que assumirá em setembro, quando vence o mandato de Janot, será indicado pelo presidente da República - que, atualmente, é investigado pela instituição. Oito subprocuradores se inscreveram para concorrer na eleição interna organizada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). No fim do mês, uma eleição entre membros do Ministério Público Federal determina a lista tripartite que será entregue ao presidente com os nomes escolhidos pela carreira.

Dentre os oito candidatos à chefia do Ministério Público Federal que se inscreveram nas eleições, metade é considerada de oposição a Janot: Carlos Frederico Santos, Raquel Dodge, Eitel Santiago e Sandra Cureau. A outra metade tem o aliado do

EX-PROCURADORES

● **Geraldo Brindeiro**
1995-2003
Governo Fernando Henrique Cardoso

● **Cláudio Fonteles**
2003-2005
Governo Lula

● **Antonio Fernando de Souza**
2005-2009
Governo Lula

● **Roberto Gurgel**
2009-2013
Governo Dilma

● **Rodrigo Janot**
2013-2015
Governo Dilma

2015-2017
Governo Dilma/Governo Temer

atual procurador-geral, Nicolao Dino, e candidatos que apresentam críticas moderadas à gestão: Mario Bonsaglia, Ela Wiecko e Franklin da Costa.

Posições. Atacado pela classe política, o acordo de delação do grupo J&F - atrelado à concessão de imunidade aos irmãos Batista - deve ser um tema importante na disputa. Caso as tentativas de desconstrução do acordo



Sucessão. Mandato do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, termina em setembro

tenham sucesso, o discurso dos adversários do grupo de Janot ficará fortalecido. Entretanto, dos candidatos questionados pelo Estado, apenas Eitel Santiago assumiu abertamente a possibilidade de pedir "retratação" do acordo. "Não merece perdão quem, depois de abocanhar, de modo irregular, bilhões de reais no BNDES e nos fundos pensão dos trabalhadores, aplica o dinheiro irregularmente obtido

para abrir fábricas no exterior."

Sandra Cureau criticou a concessão de imunidade penal a determinados investigados. "Pessoas que confessam crimes de grande magnitude devem ser punidas." Carlos Frederico reconheceu que o perdão é previsto em lei, mas que não concorda que o "perdão seja condescendente com a permanência de um enriquecimento fundado na sangria dos cofres públicos".

Os outros candidatos citaram a possibilidade de acordos serem revistos, mas deixaram claro que a Procuradoria é só uma parte do acordo e a homologação passa pelo Poder Judiciário. Franklin da Costa rechaçou uma possível rescisão do acordo. "Se o fizéssemos, o instituto da colaboração cairia em descrédito", afirmou.

Principal trunfo das gestões Janot e, portanto, bandeira do

aliado Nicolao Dino, a condução da Lava Jato perante o Supremo Tribunal Federal é alvo de ataque direto apenas do candidato Carlos Frederico. Para o subprocurador, a atuação da Procuradoria-Geral da República "não tem se demonstrado eficaz" e será necessário, caso ele assumo o cargo, uma "mudança na forma de agir, visando a resultados concretos", uma vez que "divulgar listas não significa condenação dos investigados".

Relevância. Dino não negou que a "hora presente exige esforços no campo penal", mas disse que outras agendas também têm "relevância" e que é necessária a interação do procurador-geral com os vices-procuradores-gerais e subprocuradores-gerais da República.

Sobre o destaque na área criminal, em especial no combate à corrupção, os candidatos ponderaram sobre a necessidade de empenhar esforços em outros setores. Para Ela Wiecko, "há questões muito importantes que dizem respeito ao patrimônio público, ambiental e social, que está sendo dilapidado".



NA WEB
Candidatos.
Leia a íntegra das entrevistas

estado.com.br/e/candidatospgr

Governo faz ação em praça; Prefeitura estuda local para consumo de drogas

Fabio Leite
Marco Antônio Carvalho
Sofia Patsch

A Prefeitura e o governo de São Paulo realizaram ontem uma nova ação para a retirada de dependentes químicos e limpeza, desta vez na Praça Princesa Isabel, região central. Horas depois, os usuários já haviam retornado ao local e, segundo o Município, serão impedidos de montar tendas e barracas. O coordenador do programa Redenção, o psiquiatra Arthur Guerra, disse ao Estado que estuda a possibilidade de, no futuro, haver áreas controladas para o consumo de droga na cidade.

A afirmação foi feita por Guerra após a operação, ao explicar o funcionamento das estruturas de acolhimento da Prefeitura. “Hoje disponibilizamos 150 lugares em contêineres e mais 120 lugares em abrigos para que os usuários possam passar a noite e tomar uma canja. Eles não são obrigados a se tratar, se quiserem podem chegar lá drogados, o que ainda não dá é para usar a droga no local. Mas quem sabe, no futuro, passe a poder.” O Estado apurou que um dos obstáculos para a decisão é como lidar com o tráfico de drogas.

Com 550 PMs, a ação da Força Tática e do Choque começou às 5 horas, quando os agentes cercaram a praça. Ao perceber a movimentação, parte dos usuários e traficantes da nova Cracolândia passou a seguir em direção à estação da Luz e ao Elevado João Goulart, abandonando as barracas montadas desde 21 de maio, quando houve a ação policial que os tirou da antiga Cracolândia.

Viaturas bloqueavam as Avenidas Rio Branco e Duque de Caxias quando o helicóptero da PM sobrevoou pela primeira vez a área, às 6h25, e mais viciados saíram. Fogueiras – acesas para espantar o frio (a temperatura média à noite foi de 8,7°C) – foram alimentadas pelos dependentes. O fogo atingiu barracos e se espalhou. A PM acionou os bombeiros e o Choque entrou na praça.

Os policiais percorreram toda a praça em meia hora. Homens do Choque, com escudos, avançaram sem resistência dos que ainda estavam lá. Um viciado acordou no meio do fogo, com queimaduras no braço, e foi socorrido. Agentes da Prefeitura limparam a área.

Três pessoas foram detidas: dois traficantes e um usuário acusado de agredir um jornalista.



Cerco. Policiais desmontam barraca na Praça Princesa Isabel, a 400 metros da Cracolândia, na região central da cidade; 550 PMs participaram da ação

ta. Denilson dos Santos, de 23 anos, e Elenilson Lopes da Silva, de 39 anos, carregavam 774 gramas de crack, R\$ 1.596 e uma balança. Foram levados ao Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc) e autuados por tráfico.

Na Avenida Rio Branco, um viciado aguardava o fim da limpeza para ver se recuperava uma carroça, abandonada às pressas. “Só deu tempo de pegar o cobertor e uma rapadura”, disse, se recordando depois que salvara a cadeira de metal acolchoada em que estava sentado.

Atendimento. O alojamento para acolhimento em contêineres teve baixa demanda. Apenas quem havia pernoitado no local continuou por lá. Às 9 horas, o governador Geraldo Alckmin e o prefeito João Doria, ambos do PSDB, foram à praça, para onde os dependentes voltaram depois de circular pelo centro.

A estratégia, segundo a Prefeitura, era espalhar os viciados para facilitar a abordagem dos agentes de saúde e o encaminhamento para tratamento. “Este é um trabalho permanente, não vai resolver (o problema) do dia para noite. Quando há concentração você facilita a vida do traficante, atrai pessoas e dificulta a abordagem”, afirmou Alckmin. /COLABOROU PRISCILA MENGUE

ONDE FICAM



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Polícia ainda busca 38 pessoas que atuam na Luz

● Mesmo com as prisões de mais de 50 traficantes que atuavam na Cracolândia nas duas operações policiais das últimas três semanas, a polícia paulista ainda tem 38 mandados de prisão contra criminosos acusados de abastecer o “fluxo” na região da Luz.

Segundo o secretário estadual da Segurança Pública, Máximo Alves, o Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc) continua trabalhando para prender os traficantes que escaparam das ações.

A lista de procurados tem 18 mulheres e 20 homens cuja atuação na antiga região do “fluxo” foi documentada pelos investigadores em imagens nas quais os suspeitos aparecem com armas, realizando disparos e organizando a distribuição e venda da droga nas barracas anteriormente instaladas no local. Dentre os procurados está Anderson Alves de Siqueira Bernardino Kunzle, natural de Pernambuco. Segundo a polícia, ele desertou do serviço militar do Exército e atuava como segurança do PCC. /M.A.C.

Prefeituras e empresas brigam por 'novo' ISS

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A alteração na cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre cartões, leasing e planos de saúde abriu uma disputa entre as prefeituras, que têm no tributo sua principal fonte de receitas, e as empresas dos setores atingidos. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) diz que a mudança vai distribuir a todas as cidades brasileiras R\$ 6 bilhões que antes ficavam concentrados em menos de 50 municípios. Já as companhias argumentam que a medida aumentará o custo operacional e colocará em risco a prestação de serviços em pequenas localidades.

O embate cresceu com a decisão do Congresso de derrubar, no fim de maio, o veto presidencial a essa mudança. Agora, esses setores terão de recolher o ISS no local de prestação do serviço, e não mais na sede da companhia. Em vez de pagarem tributos a um ou poucos municípios, terão de recolher os valores a milhares de prefeituras.

A votação que selou a mudança teve o aval do Palácio do Planalto, que com isso fez um aceno aos prefeitos em momento de intensa crise política. Semanas antes, o governo do presidente Michel Temer também lançou um parcelamento de dívidas previdenciárias para Estados e municípios.

A CNM comemorou a decisão, que, segundo ela, acaba com “desvios” e “subterfúgios” usados por alguns municípios para atrair empresas desses setores, gerando uma concentração entre poucas sedes. “As empresas estavam tendo benefi-

cios que não poderiam ter”, diz o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski.

Entre essas vantagens, diz, está a redução artificial das alíquotas por meio de descontos na base de cálculo do tributo. A lei prevê que a cobrança do ISS deve ser de 2% a 5%, mas algumas prefeituras recolhiam, na prática, menos de 0,5%, uma vez que descontavam da base de cálculo pagamentos de outros tributos, como PIS/Cofins. “Agora, quem cobrar menos ficará sujeito a improbidade. Seguramente vai aumentar a arrecadação”, diz Ziulkoski, apostando no fim da “guerra fiscal” entre municípios.

As empresas dizem que vão cumprir a lei, mas não pedem a oportunidade de criticar a medida. O principal impacto mencionado é a necessidade de passarem a ter milhares de inscrições municipais para recolher o ISS às prefeituras. “Isso é quase um pesadelo operacional”, diz o diretor executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), Ricardo Vieira.

Outro ponto citado pelas companhias é que os benefícios às prefeituras não serão tão grandes se comparados às complicações trazidas pela alteração. A Abecs estima que o setor pague aproximadamente R\$ 600 milhões ao ano, considerando a alíquota máxima de 5%. “Isso significa que mais de 3,8 mil municípios não terão renda superior a R\$ 2 mil por ano (com ISS sobre cartões). E essa é uma estimativa conservadora”, afirma Vieira. A CNM estima arrecadação anual de R\$ 2,87 bilhões com ISS sobre cartões de crédito e débito.



Freio. Para Ziulkoski, da CNM, nova regra deve pôr fim à 'guerra fiscal' entre municípios

PRESTE ATENÇÃO

1 Congresso Nacional autorizou mudança na cobrança do imposto sobre serviços (ISS). Agora, pagamento do tributo deve ser feito à prefeitura de onde o serviço é prestado.

2 Confederação Nacional dos Municípios (CNM) diz que medida vai distribuir R\$ 6 bilhões em arrecadação a mais de 5,5 mil municípios.

3 Entidades que representam os setores atingidos, por sua vez, argumentam que medida vai elevar custo operacional das empresas.

4 Com o fim da “guerra fiscal” entre municípios, que disputavam entre si para ser sede de empresas, é provável que prefeituras elevem alíquota do ISS a 5%, máximo permitido.

Municípios querem mudança imediata da cobrança

● Além de dizerem que poderão ter problemas ao precisarem de inscrições municipais em todo o País para recolherem o imposto sobre serviços (ISS), outra questão que está deixando as empresas confusas é a avaliação se a lei já está ou não em vigor.

Os municípios defendem a cobrança desde já do ISS distribuído, mas advogados tributaristas argumentam que isso não é o correto. “Precisa de lei municipal para regulamentar (a cobran-

ça). Alguns municípios querem cobrar direto, mas isso não se sustenta”, avalia o vice-presidente do Instituto de Estudos Tributários (IET), Rafael Korff Wagner.

Wagner critica a iniciativa do governo, que torna a cobrança do ISS sobre cartões de crédito, leasing e planos de saúde “inviável”. “Poderia prever o que parece mais lógico e adequado, uma unificação de impostos e a concentração da cobrança por um ente, e a União sim repassaria aos municípios a parcela que lhe caberia. Mas a reforma tributária é algo que está sempre só no radar, nunca sai do papel”, critica o executivo. / I.T.

Barros quer 'fábrica de sangue' em terra natal

Ministro da Saúde propõe consórcio para construção; MP junto ao TCU questiona

Lígia Formenti / BRASÍLIA

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) vai avaliar uma negociação em curso no governo que prevê a construção de uma fábrica de hemoderivados em Maringá (PR), reduziu eleitoral do ministro da Saúde, Ricardo Barros. Pela proposta, um consórcio seria formado entre os laboratórios públicos estaduais Butantã (SP), Tecpar (PR), a estatal do sangue Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e a empresa suíça Octapharma.

Unidas, as fábricas abasteceriam o mercado de produtos derivados de sangue do País. Na segunda etapa, forneceriam para a América Latina. Barros negocia pessoalmente o acordo que, assegura, "resolveria o problema do sangue no Brasil".

A proposta, no entanto, preocupa o Ministério Público e o TCU. Um pedido formal de esclarecimentos foi encaminhado. "É preciso que ele apresente as justificativas legais, técnicas e

sobretudo, quais as vantagens econômicas de um acordo como esse", disse o procurador junto ao TCU, Marinus Marsico.

Uma das principais questões é a inclusão da Octapharma. Citada na Operação Máfia dos Vampiros – desencadeada em 2014 para investigar um grupo de laboratórios que combinavam tarifas para fraudar licitações de derivados de sangue –, a empresa suíça foi condenada no ano passado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por formação de cartel. A companhia também está envolvida em acusações de corrupção em Portugal, igualmente envolvendo o mercado de hemoderivados.

Para Barros, as acusações não vêm ao caso: "O governo brasileiro também tem. A Hemobrás também tem. Todos têm problema no currículo e nem por isso a gente vai deixar de resolver o problema do sangue no Brasil".

Pela proposta, a Octapharma faria um investimento de US\$ 500 milhões para produção de hemoderivados no País. Os recursos seriam suficientes para adaptar e finalizar as obras no



Zerado. Fábrica de hemoderivados começou a ser construído em 2010 em Pernambuco, mas ainda não houve produção

SAIBA MAIS

Depois da doação em hemocentros, o sangue é fracionado. As hemácias vão para pacientes anêmicos ou que passarão por cirurgias. As proteínas do plasma são reservadas para obtenção dos fatores VIII ou IX. O plasma obtido do fracionamento tem eventuais vírus inativados e é filtrado.

● **Hemoderivado**
Medicamentos produzidos com

Instituto Butantã e na Hemobrás na área de sangue, além de construir uma fábrica na Tecpar. Hoje, o instituto do Paraná não apresenta atividades ou estruturas na área de sangue.

Em troca, o laboratório suíço –o consórcio– teria o monopó-

base no plasma, um dos componentes do sangue.

● **Albumina**
Proteína encontrada no plasma. Usada em casos de queimaduras, problemas nos rins, fígado e sangue, infecções generalizadas e em bebês prematuros

● **Fatores de coagulação VIII e IX**

lio do comércio de hemoderivados até a transferência da tecnologia. A empresa fala num empreendimento de 25 anos. O Brasil não entraria com recursos.

Obstáculo. O maior empecilho gira em torno da divisão de pa-

Proteínas produzidas pelo fígado, exercem papel essencial na coagulação do sangue. Hemofílicos apresentam deficiência no fator VIII ou IX e, como tratamento, precisam receber esses fatores.

● **Imunoglobulina**
Proteína presente no plasma, é usada no tratamento de pessoas com aids e outras deficiências imunológicas e autoimunes.

péis no consórcio. Estão em jogo a produção de hemoderivados com o fracionamento do plasma e hemoderivados sintéticos, feitos a partir de tecnologia recombinante. No grupo dos plasmáticos estão a albumina, a imunoglobulina, os fatores VIII

e IX. A biotecnologia é usada para preparar o fator VIII – mais moderno e 11 vezes mais caro do que o seu "parente" plasmático.

Pela proposta de Barros, a Tecpar produziria o fator VIII recombinante; Butantã e Hemobrás, os demais produtos. O laboratório paulista e a empresa pública, porém, já deixaram claro que não querem ficar fora do mercado de recombinante, mais moderno e mais rentável.

O consórcio foi proposto pela Tecpar, que tentou por duas vezes entrar na área, sem sucesso. A fábrica seria construída do chão, e o terreno, em Maringá – terra do ministro da Saúde – foi doado pela prefeitura. Questionado sobre eventuais privilégios à Tecpar, Barros mostrou-se irritado: "Desenvolvi a ideia baseada numa proposta que a Tecpar transmitiu. Todos serão sócios. É tudo o mesmo dono".

Hemobrás investiu R\$ 820 milhões em estabelecimento

BRASÍLIA

A proposta do ministro da Saúde, Ricardo Barros, para a criação de um consórcio responsável pela produção de hemoderivados no Brasil implicaria numa mudança radical do conturbado – e milionário – mercado de sangue do País. A Hemobrás, estatal criada pelo governo em 2004 para explorar a atividade, iniciou em 2010 a construção de uma fábrica em Goiana (PE). Desde então, R\$ 820 milhões foram desembolsados, duas inaugura-

ções realizadas e nenhum hemoderivado produzido. Nesses anos, foram várias as denúncias de corrupção, superfaturamento e erros envolvendo os projetos de construção do complexo.

Inicialmente, o projeto previa apenas a produção de hemoderivados com base no fracionamento do plasma. Um acordo foi firmado com a empresa francesa LFB para transferência de tecnologia de produção. Pelo trato, o plasma brasileiro era enviado para a empresa francesa, que se encarregava de processá-

lo e enviá-lo para o País. Problemas na qualidade dos serviços da empresa estrangeira interromperam a estratégia. O processamento foi suspenso e uma alternativa para a transferência de tecnologia está em avaliação.

Há cinco anos, a Hemobrás firmou outra parceria, com a empresa Shire, desta vez para a produção do fator VIII recombinante. O prazo para a transferência de tecnologia era de dez anos. Antes da transferência, a Shire vendia o produto ao País.

Do acordo, porém, a única par-

● **Negativo**
R\$ 170 mi
foi o prejuízo que a Hemobrás teve com o contrato com a Shire para compra de hemoderivados

te cumprida foi a compra do fator VIII. Só o projeto para a adaptação da fábrica foi concluído. A obra mal começou. "Os investimentos não foram feitos. Além disso, a Hemobrás reduziu as compras de hemoderivados da

Shire por orientação do ministério, descumprindo o acordo", informou o procurador do MP junto ao TCU, Marinus Marsico. Para completar, o contrato de compra de hemoderivados recombinantes da Shire não previa variação cambial. "Com aumento do dólar, o valor da unidade do fator VIII em reais subiu. O ministério não reajustou o repasse e a Hemobrás arcou com o prejuízo", disse o presidente da estatal, Oswaldo Castilho.

Pelos cálculos do MP junto ao TCU, o valor necessário para

completar a obra de readaptação da Hemobrás, com a Shire, equivale a quatro meses de importação de medicamentos recombinantes. "Será que vale a pena desperdiçar todo esse trabalho?", questiona Marsico. Barros afirma não haver verba.

A Secretaria de Saúde de São Paulo também tem reservas sobre a estratégia do ministério. "Temos uma fábrica de hemoderivados pronta, equipada, magnífica, aguardando apenas um parceiro para iniciarmos a produção", afirma o secretário David Uip, que diz ser delicado formar um consórcio com base em três estruturas com estágios de produção tão distintos. /L.F.

Professor fica menos em escola mais pobre

Estudo da Fundação Lemann aponta alta rotatividade de docentes e falta de alunos em unidades com nível socioeconômico mais baixo

Isabela Palhares
Luiz Fernando Toledo

ESTADÃO
•edu

As escolas com alunos mais pobres do País têm mais rotatividade no quadro de professores, menos alunos interessados nas vagas existentes e diretores menos experientes, com menor salário em relação a outros colégios. É o que aponta um estudo inédito produzido pela Fundação Lemann, com base em respostas dadas pelos diretores aos questionários da Prova Brasil de 2015, avaliação nacional mais recente que mede o desempenho dos colégios brasileiros.

Em 80% das escolas de nível socioeconômico (NSE) muito baixo sobram vagas de alunos depois do processo de matrícula. Do lado oposto, nas de NSE muito alto, só 13% têm sobra de vagas, segundo os diretores.

O NSE é calculado pelo Insti-

Governo diz ter nomeado 50 mil docentes em 3 anos

● A Secretaria Estadual de Educação diz que nos últimos três anos nomeou mais de 50 mil professores. Argumenta ainda que os docentes recebem a mesma formação "independentemente da localidade ou situação socioeconômica

tuto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), com base nas informações fornecidas pelos estudantes em questionários. É dividido em sete níveis: muito baixo, baixo, médio baixo, médio, médio alto, alto e muito alto, determinados conforme a escolaridade dos pais e bens disponíveis em casa, como televisão.

Estabilidade. O estudo aponta

dos estudantes". A pasta afirma que mantém 5 professores temporários na escola Professora Renata Menezes e 3 na escola Rossine Guarneri – os demais são de categoria "F", estáveis na rede, mas não efetivos. A secretaria diz ainda que a escola Professora Renata Menezes será reconstruída, mas que as obras – que preveem R\$ 6 milhões em recursos – dependem de autorização por estar em área verde. / I.P. e L.F.T.

ainda que, entre os professores, falta estabilidade: das escolas de nível muito baixo 30%, no máximo, tem 1/4 do quadro docente estável, ou seja, contratado por meio de concurso. No nível baixo, 21% das escolas têm o problema, que cai para 2% nas de nível alto ou muito alto.

Na cidade de São Paulo, as duas escolas com menor nível socioeconômico ficam no distrito de Parelheiros, no extremo sul da capital e, em ambas, a maioria dos professores não é efetiva.





HELVIO ROMERO/ESTADAO

Barro. Escola no extremo sul da capital é de difícil acesso

Na Escola Estadual Rossine Guarnieri, dos 13 docentes, apenas cinco são efetivos – 38,4% do total. Em 2016, a unidade teve uma queda no desempenho no Saesp – avaliação anual feita pelo governo estadual. A proporção de alunos do 5.º ano que tinha conhecimento considerado adequado em Português caiu de 48,5% para 39,1% e, em Matemática, de 31,3% para 27,4%.

Na Escola Estadual Professora Renata Menezes dos Santos, a proporção de efetivos é ainda

menor – apenas 2 dos 22 docentes. Segundo os professores, a unidade já tinha dificuldade em atrair efetivos por ser muito longe e de difícil acesso, já que fica em um local sem rua asfaltada. A situação foi agravada depois que a unidade pegou fogo em 2014 e alunos e funcionários foram alocados em outro colégio estadual da região.

“A nossa unidade já ficava longe, são duas horas de ônibus do Terminal Santo Amaro, por isso não atraía muitos pro-

fessores. Depois do incêndio, nos colocaram em uma escola ainda mais longe, que ficou apertada para todos os alunos e tem uma estrutura precária. As salas têm goteira e, há um mês, um pedaço do teto caiu em uma delas”, disse Amadeusa Portella, professora da escola há quase 20 anos.

Segundo Amadeusa, desde a mudança para a unidade provisória, os alunos e professores ficaram desestimulados. “Aquela era a nossa escola, nós tínhamos nossos projetos, nossos espaços e os alunos se reconheciam ali. Tínhamos até lousa digital, que foi queimada no incêndio. Perdemos tudo”, disse. O desempenho da escola no Saesp caiu de 2015 para 2016. A proporção de alunos do 5.º ano que tinha conhecimento considerado adequado em Português caiu de 55,2% para 28,2% e, em Matemática, de 49,1% para 27,6%.

Diretores. Mesmo os diretores enfrentam a desigualdade da rede. A maioria dos profissionais que atendem as escolas mais pobres (56%) está formada há, no máximo, sete anos, enquanto que nas unidades de NSE alto este percentual é de 10%. Com relação aos salários, 49% dos diretores de escolas mais pobres recebem até R\$ 2.364, ante só 7% com essa remuneração máxima no NSE alto. Outro problema apontado pelos diretores é a falta de pessoal de apoio pedagógico: 21% dos diretores das escolas mais pobres destacaram a situação, ante 8% nas mais ricas.

Sócios da JBS venderam ações em 17 de maio

Tesouraria da empresa fez recompra de papéis no mesmo dia em que delações vieram à tona

Karin Sato

Em 17 de maio, dia em que veio à tona a delação dos controladores da JBS, a tesouraria da empresa comprou R\$ 35,6 milhões em ações dela mesma. Contudo, enquanto a empresa comprava suas pró-

prias ações, os acionistas controladores se desfaziam de papéis. As vendas em 17 de maio totalizaram R\$ 35,114 milhões. Na véspera, dia 16, os controladores também venderam R\$ 9,957 milhões em ações da JBS.

Desde fevereiro, está em vi-

liza recursos das reservas de lucro e de capital.

Manipulação. Para o advogado da Associação de Acionistas Minoritários (Aidmin), Marcio Lobo, do escritório Jorge Lobo Advogados, essas operações configuram crime de manipulação no mercado financeiro, uma vez que o controlador acabou segurando os preços das ações. “O crime de utilização de informação privilegiada é flagrante, não só com as operações no mercado de ações como também no cambial. Agora, esta nova informação mostra que também houve manipulação dos preços das ações”, disse.

Aurélio Valporto, vice-presidente da Aidmin, avalia que os controladores usaram a JBS para “criar demanda, a fim de absorver a venda de ações”. “As operações ocorridas caracterizam tanto insider trading quan-



CADU ROLIM/FOTOARENA-23/5/2017

Foco. Empresa foi alvo de operação da PF na sexta-feira

tor um plano de recompra de ações aprovado pelo conselho de administração da empresa. No total, em maio, a tesouraria da JBS adquiriu R\$ 55,5 milhões em ações, entre os dias 17 e 22. O programa de recompra anunciado em fevereiro dava aval para a compra de até 151.844.207

ações ordinárias (ON) em um prazo de 18 meses. Esse número de ações representa 5,56% do total, e 10% dos papéis em circulação no mercado. A vigência é de 08 de fevereiro a 08 de agosto de 2018. Ainda segundo comunicado da companhia, para a recompra, a companhia uti-

to manipulação de mercado, caracterizada no momento em que a empresa comprou praticamente a mesma quantidade de ações vendidas”, diz Valporto.

Na última sexta-feira, a Polícia Federal, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deflagrou uma nova etapa das investigações que envolvem a JBS. Os irmãos Joesley e Wesley Batista, principais acionistas do grupo, teriam auferido ganhos extraordinários no mercado de compra e venda de dólares e ações do grupo quando o teor das delações dos executivos estava na iminência de ser conhecido.

Procurada, a JBS informou que “todas as operações de compra e venda de moedas, ações e títulos realizadas pela J&F, suas subsidiárias e seus controladores seguem as leis que regulamentam tais transações”.

Nova regra poderá facilitar descontos para compras à vista

Lojas deverão informar sobre diferenças para as compras com cartão, sob pena de multa ou cassação do alvará

Ricardo Rossetto
Ana Carolina Neira

Conseguir descontos nas compras à vista pode ficar mais fácil com a regulamentação de uma prática que já era adotada – de forma irregular – pelos lojistas. A Medida Provisória 764/2016, aprovada pelo Senado no final de maio, permite que comerciantes façam um preço diferente de acordo com o meio de pagamento, seja dinheiro, cartão de débito ou crédito.

A nova regulamentação também obriga os estabelecimentos a informar os clientes, em local visível, sobre essas ofertas. Em caso de descumprimento, as lojas estarão sujeitas às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, que incluem multas e, em último caso, até mesmo a cassação do alvará de funcionamento.

Idealizada principalmente para liberar capital de giro para os comerciantes, que demoram até 45 dias para receber o dinheiro das compras feitas no cartão de crédito, a medida é considerada um estímulo para reaquecer o setor varejista, que apresenta um recuo de 5,3% nos últimos 12 meses terminados em março, segundo o IBGE.

Para entrar em vigor, a MP aguarda a aprovação do presidente Michel Temer, o que deve ocorrer até o dia 26 de junho. Entre comerciantes e consumidores, no entanto, ainda há dúvidas a respeito da efetividade prática da medida.

O varejista Levon Desmendjian, que é proprietário de uma loja de sapatos e bolsas instalada há 35 anos

PRESTE ATENÇÃO

Dicas para gastar menos

1. Dinheiro na mão. Para gastar menos, use dinheiro vivo. Além de poder ganhar desconto para pagamentos à vista, a sensação de perda é maior quando vemos o dinheiro sumindo da carteira.

2. Organização. No supermercado, leve uma lista. Percorra primeiro os corredores onde estão os produtos básicos para o dia a dia. E tente não ir com fome.

3. Repense. Em uma visita ao shopping, não esqueça o motivo da ida ao local. Caso se encante com um produto ou qualquer liquidação, se dê uma noite de sono. De acordo com pesquisas, isso costuma diminuir em 15% as compras por impulso.

4. Mudança de hábito. Se você costuma fazer compras pela internet, descadastre seu cartão de crédito dos sites que possuem o “pague com um clique”.

5. Atenção. Cuidado com a abordagem dos vendedores. Eles têm técnicas e experiência para induzir a compra. Mantenha-se no domínio da situação.

6. Controle. Evite parcelar roupas e acessórios que estão na moda. Ela passa e você continua pagando pelas suas múltiplas prestações.

7. Sem desespero. Não fique em pânico quando o vendedor disser que é a última peça. Isso te deixa ansioso e cria um sentimento de posse com o produto, o que faz comprar o item.

quininha”, diz Desmendjian.

A gerente de uma loja de roupas na Vila Mariana, Renée Falco, acredita que a medida pode representar um alívio para o comércio. “Espero que assim as pessoas passem a usar mais o pagamento à vista. O cartão de crédito, que é muito usado, acaba sendo a pior opção para nós por causa na demora do pagamento”, conta.

Para o diretor de fiscalização do Procon, Osmario Vasconcelos, a adequação das lojas às novas regras deve levar algum tempo, mas os consumidores devem ficar atentos desde já às variações de preços. “A loja deverá estar bem sinalizada e o consumidor não poderá ficar com nenhuma dúvida sobre o preço final do produto desejado.”

Status. Apesar de parecer um comportamento óbvio, pedir um desconto pode não ser tão simples. Para a especialista em economia comportamental e planejadora financeira pela Planejar, Paula Sauer, o brasileiro, de modo geral, ainda tem vergonha de tentar baixar o preço de uma mercadoria porque acredita que isso o coloca em uma situação de fragilidade e desigualdade.

“Escondemos nossos salários, mas adoramos esbanjar o que compramos”, aponta Paula. Para ela, o ato de barganhar depende muito do ambiente em que o consumidor está. “É mais difícil ver um cliente pedindo desconto durante a compra de um celular de última geração, por exemplo.”

É o que acontece, por exemplo, com a pedagoga Gisela Mello. Ela conta que se sente constrangida em pedir descontos em lojas de shoppings. “O ambiente mais sofisticado e até mesmo a postura das vendedoras te pressionam para que aceite o preço que está ali”, diz.



GABRIELA BILO/ESTADÃO-20/12/2014

Desconto. Expectativa é de que medida aqueça as vendas

na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, em São Paulo, espera que a regulamentação o ajude a não perder mais clientes. Ele diz que, muitas vezes, deixou de vender seus produtos porque as pessoas insistiam em conseguir descontos que as lojas não eram obrigadas a dar.

“Colocando os avisos de descontos, podemos atrair tanto o cliente que não abre mão de pagar com cartão quanto aquele que prefere sacar dinheiro no banco e voltar aqui para conseguir seus 5% de desconto – que é a margem que conseguimos para os pagamentos sem a ma-

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Contra a crise, governo estuda reduzir imposto

Com o governo em crise permanente, a estratégia do Planalto para mostrar que não está paralisado deverá ser a de adotar medidas com impacto na vida cotidiana das pessoas. O governo estuda, entre as medidas imediatas, a revisão da tabela do Imposto de Renda, podendo reduzir a maior alíquota cobrada para pessoa física de 27,5% para 18%, agradando a classe média. A compensação para a perda de receita viria na taxação de dividendos de pessoas jurídicas. Sem ter sido debatida ainda pela equipe econômica, a ideia é do núcleo político do governo.

» **E não é só isso.** O pacote de bondades também inclui reajuste do 4,6% do Bolsa Família. O martelo já foi batido pelos ministros Osmar Terra (Desenvolvimento Social) e Dyogo Oliveira (Planejamento).

» **Exemplo a não seguir.** Quanto mais medidas práticas e rápidas melhor para o governo. Os articuladores políticos não querem repetir a cara da gestão Sarney, que vivia permanentemente em crise e não trocavam de agenda.

» **Com que roupa.** Além de precisar passar pelo crivo da equipe econômica, o governo também ainda vai decidir se a proposta virá através de medida provisória ou projeto de lei.

» **Vai não vai.** A possibilidade de o PSDB novamente adiar a decisão de desembarcar ou não do governo irritou a ala jovem do partido. Os “cabeças pretas” ameaçam radicalizar o discurso se isso se confirmar.

» **Reação.** Há um movimento no Senado para salvar Aécio Neves caso o STF rejeite o recurso para devolver seu mandato.

» **Pode isso, Arnaldo?** O argumento é que não há previsão de afastamento de senador em nenhum regulamento da Casa.

» **Na gaveta.** Apesar do pedido do presidente do Senado, Eunício Oliveira, Edson Fachin ainda não despachou sobre a devolução das 12 maletas anti-grampios aprendidas no Senado em outubro do ano passado.



» **Click.** A oposição começou a divulgar a lista de senadores que votaram a favor da reforma trabalhista na CAE, carimbando-os como adversários dos trabalhadores.

» **À espera.** Acusado de ser o operador financeiro de Sérgio Cabral, Carlos Emanuel de Carvalho Miranda terá o habeas corpus julgado amanhã, no STJ. Ele é acusado de receber e repassar propina entre a Andrade Gutierrez e a Petrobrás para obras da Comperj.

» **Debaixo do tapete.** No julgamento do TSE, Herman Benjamin e Luiz Fux defenderam que se discuta o que fazer com leis e MPs que foram compradas pelo esquema do Petrolão. Foram os primeiros e únicos a tocar no assunto.

» **Reencontro.** Grávida de oito meses, Ana Seleme, mulher do deputado afastado Rodrigo Rocha Loures, já foi visitar o marido na prisão.

» **Próximo...** Irmão do ex-deputado e ex-governador Anthony Garotinho (PR-RJ), Nelson Nahim (PSD-RJ) é o primeiro suplente caso a Câmara resolva afastar o deputado preso Celso Jacob (PMDB-RJ).

» **Novo casamento.** A aliados, o ministro Antonio Imbassahy (PSDB-BA) confidenciou passar mais tempo com o presidente Michel Temer do que com sua mulher. Isso incluindo já as horas de sono.

» **Pula a fogueira.** Por causa das festas juninas, a bancada do Nordeste já começa a rarear em Brasília.

COM NAIRA TRINDADE



» **SINAIS PARTICULARES.** Rodrigo Rocha Loures, deputado federal afastado (PMDB-PR)

PRONTO, FALEI!



João Doria
Prefeito de São Paulo

“Estou com o pensamento no PSDB, mas com o coração no Brasil”, sobre o dilema dos tucanos em decidir se desembarcam ou não do governo de Michel Temer.

‘Brasil, um País do Futuro’

RÔMULO BINI
PEREIRA

Será exibido em breves salas cinematográficas do País um filme sobre Stefan Zweig. Nascido na Áustria, filho de judeus, que se autoexilou no Brasil em 1940 em consequência da ascensão do regime nazista e de sua política antisemita. Era na época – e ainda é – um escritor de renome mundial e que, em sua estada no País, escreveu um ensaio de título *Brasil, um País do Futuro*, para elogiar e ressaltar os pontos positivos do Brasil, enfatizando o modo de vida simples e feliz dos brasileiros, “como se estivessem no paraíso”. As citações envaideciam os jovens e lhes davam esperança de tempos áureos para o País.

Passados 80 anos, impera no Brasil um estado de total perplexidade e de revolta diante da desonestidade e desfaçatez que emergiram das delações premiadas de processos judiciais em curso. Bandidos e quadrilhas mancomunados com líderes governamentais e políticos de todos os partidos levaram o País a um caos político, econômico e social que fragiliza sobremaneira as maiores instituições nacionais.

O Executivo e o Legislativo estão envolvidos em crises quase que diárias e em fatos desabonadores, sendo praticamente impossível relatá-los e analisá-los num simples artigo. Resta ao povo o Poder Judiciário, até porque inúmeras decisões dos outros Poderes terminam em questionamentos na mais alta Corte, o Supremo Tribunal Federal (STF). Uma inevitável “judicialização” da vida política do País. Um procedimento de transferir responsabilidades nos processos decisórios, um hábito costumeiro das lideranças políticas.

O Judiciário ainda é uma esperança dos brasileiros, em especial, pela ação dos juízes federais de primeira instância. O televisionamento das sessões do pleno do STF permitiu um conhecimento imediato tanto dos processos em curso como dos integrantes da Corte e dos votos que são proferidos. Uma transparência positiva, mas que também mostra alguns aspectos negativos, como a influência da política partidária, as desavenças entre seus membros, bem como afrontas ao conheci-

do jargão que propala que o “juiz só fala nos autos”. Alguns analisam e opinam sobre grandes causas em curso, mesmo antes de proferir seu voto, e essa exposição, sempre em órgãos televisivos, não tem sido aprovada pela opinião pública, da mesma forma que três fatos recentes ocorridos na instituição.

O primeiro refere-se à delação dos irmãos Batista da JBS, cujas denúncias são liberadas por procuradores em doses homeopáticas, deixando o País em estado total de estupor e incertezas quanto às futuras soluções institucionais. Órgãos de imprensa já apontam falhas que põem em dúvida a lisura no processo de delação e dos papéis exercidos pelo ministro relator e pela Procuradoria-Geral da República. E com repercussão

Se ainda estivesse vivo, Stefan Zweig se arrependeria de ter escrito o seu ensaio

maior na sociedade, o perdão concedido aos delatores, criando um novo preceito jurídico de que “o crime compensa”.

O segundo diz respeito à possibilidade de revisão da decisão adotada pelo pleno do STF quanto à prisão de condenados em segunda instância. A descentralização do Poder Judiciário pela Constituição de 1988, criando os tribunais regionais, objetivou aliviar a Corte Maior e, segundo os constituintes, combater a morosidade e a impunidade dos processos judiciais. Passados 30 anos, o quadro jurídico permanece o mesmo, com uma única e salutar ação, a Operação Lava Jato, cuja ação, porém, poderá ser esvaziada, em benefício dos infratores, com atos recursais que prolongarão seus processos, até com o objetivo de sua prescrição. Não era esse o objetivo dos constituintes de 88. A proposta de revisão provoca, também, um questionamento: será que os juízes das instâncias inferiores não têm “saber jurídico e idoneidade” para julgar tais processos?

O terceiro fato é a declaração de um ministro da Corte a respeito do emprego das Forças Armadas nas recentes manifestações na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Sua Excelência declarou-se “preocupado” com a medida adotada. Para conheci-

mento do sr. ministro, o emprego é constitucional e já fora, anteriormente, realizado na própria Esplanada. Assim, não se sabe corretamente a razão de sua declaração. Talvez, *data venia*, Sua Excelência estivesse “preocupado” com a possibilidade de os baderneiros queimarem o STF ou que as Forças Armadas adotassem uma postura radical de intervenção militar. Sobre esta última “preocupação”, os comandantes das Forças alertaram de imediato que suas ações se basearão na legalidade, legitimidade e estabilidade, atitudes que dão relevo aos nossos Poderes constituídos, no nosso frágil sistema democrático.

O País, porém, vive num vazio institucional e em meio a um clima de radicalização que está no limite do ponderável, agravado pelas constantes declarações de parlamentares oposicionistas, de líderes sindicais e estudantis que pregam “a luta armada com sangue” para alcançar o poder, como já tentaram no passado e levaram o País a uma luta fratricida. Esses brasileiros, por meio de suas cantilenas ideológicas, concitam, irresponsavelmente, ao uso de armas para atingirem seus objetivos, procurando, sem dúvida, novos mártires, tal qual o já quase esquecido secundarista Edson Luís. Os baderneiros estão próximos de conseguir e é o que desejam os gramscistas do Foro de São Paulo. Nesse quadro, improvável até pouco tempo atrás, as Forças Armadas não se omitirão e estarão preparadas para garantir a lei e a ordem, pois a Nação – que não pode ser tutelada – estará em perigo. Todavia o momento exige uma tomada de posição acima de quaisquer questões e consequências. Desde o início da nacionalidade brasileira o respeito e a credibilidade que elas têm na sociedade são os fiadores de seus atos.

Por isso, uma comparação do Brasil da década de 1940 com os dias atuais permite que se afirme que se Stefan Zweig estivesse ainda vivo, com tristeza, frustração e desesperança se arrependeria de ter escrito o seu ensaio e poderia induzi-lo a dar outro nome a ele: *Brasil, um País sem Futuro*.

GENERAL DE EXÉRCITO R/1,
FOI CHEFE DO ESTADO-MAIOR
DO MINISTÉRIO DA DEFESA

Guerra e política



DENIS LERRER
ROSENFELD

Em países desenvolvidos, com Estado forte e regras democráticas compartilhadas por todos os cidadãos, a guerra fica a cargo do estamento militar e a política, dos representantes populares, eleitos para tal função. Para quem foi formado na arte da guerra, seus opositores são tidos por inimigos que devem ser eliminados. Para quem foi formado na arte da política, opositores são adversários com quem se convive com base em valores constitucionais comuns.

Ora, o País vive uma situação assaz bizarra, há uma espécie de inversão entre os militares e os políticos, aí incluindo representantes de Poderes constitucionais, como alguns membros do Supremo, e até a cúpula do Ministério Público Federal. Fosse outro o momento histórico, os militares já teriam intervindo. Por muito menos tomaram poder em 1964.

A segurança pública é um descalabro, por ano faz tantas vítimas quanto o número de soldados americanos mortos durante toda a Guerra do Vietnã. A classe política está totalmente desmoralizada, pois boa parte de seus membros foi capturada nas teias da Lava Jato. O mesmo vale para ministros do atual governo e dos anteriores.

As instituições estão frequentemente em conflito entre elas e internamente. O lulopetismo montou um esquema de corrupção do Estado que o minou em seus fundamentos. Sua herança nas áreas econômica e social é desastrosa.

No entanto, os militares estão vigilantes no cumprimento da Constituição e, certamente, preocupados com os destinos do País. Seriam irresponsáveis se não seguissem com atenção os conflitos institucionais e políticos em curso.

Por outro lado, os políticos estão dando mostras de irresponsabilidade, salvo as exceções de praxe. O PT e legendas afins partiram para uma cruzada contra o governo Temer, como se não fossem eles os maiores responsáveis pelo desmoronamento econômico, social e institucional do País. Com o intuito de ocultar seus desastrosos feitos, defendem, agora, eleições diretas, como meio de voltarem ao poder antes de Lula ser conde-

nado em segunda instância. Todos os que deles discordam são tidos por “inimigos”.

Almejam voltar à sua posição de mando para concluírem o seu trabalho de desmonte do País. Eleições diretas, para eles, significa nada mais que pôr o Brasil na rota da bolivarização. A Venezuela hoje seria o Brasil amanhã.

Note-se que Joesley Batista é cria lulista. Foi farto financiador das campanhas petistas. Tornou-se “campeão nacional” graças aos generosos subsídios do BNDES. Ora, é esse o personagem usado pela Procuradoria-Geral da República para incriminar o presidente Temer!

Outro exemplo de contradição é o PSDB. A única decisão que parece ter tomado é a de ficar em cima do muro. Num dia apresenta-se como defensor do governo, no outro diz que vai abandoná-lo. E o faz sem corar, como se seu próprio presidente não estivesse sendo acusado de corrupção. Pode pôr em risco as reformas necessárias ao País e defendidas pelo próprio partido.

Já o procurador-geral, Rodrigo Janot, mais parece ter uma questão pessoal a resolver com o presidente da República. É o seu “inimigo”. Sempre foi cuidadoso na apresentação de denúncias. Alguns chegam a dizer excessivamente demorado. De re-

Urge que o País se una pelas reformas. Há um limite para a irresponsabilidade

.....
pente, afoito, procura de todas as maneiras denunciar o presidente, com o claro intuito de produzir um feito político.

Do ponto de vista jurídico, deveria aguardar a perícia de um áudio que traz marcas de ter sido editado, segundo vários peritos que o analisaram. Ato subsequente, com o acordo do ministro Edson Fachin, tentou obrigar o presidente a responder em 24 horas a um questionário de 82 perguntas. Tudo indica que sua preocupação maior consiste em fazer o presidente produzir provas contra si mesmo.

Aliás, as perguntas são um capítulo à parte. São constituídas dos seguintes grupos: 1) boa parte é relativa ao áudio não periciado; 2) outra parte diz respeito a atos anteriores ao mandato pre-

sidencial, que não podem, portanto, ser trazidos à tona; 3) uma terceira consiste em perguntas de ordem pessoal, que não vêm ao caso; 4) e outra diz respeito a seu ex-assessor Rodrigo Loures, que corre em processo à parte.

Observe-se, ainda, que o procurador-geral da República está tentando puxar para si o prestígio da Lava Jato, mesmo que esse processo não guarde nenhuma relação com ela. Está contaminando, dessa maneira, um imenso patrimônio nacional.

O objetivo político torna-se ainda mais evidente pelo rito processual a ser seguido no caso de um presidente da República. Ele é politicamente inexecutável. Não cabe ao ministro Fachin, nem à presidente do Supremo, aceitar ou não essa denúncia. Talvez possam arquivá-la, submetendo-a ao plenário, embora isso não esteja previsto no artigo 86 da Constituição.

O rito constitucional estabelece que o ministro Fachin, ou a presidente do STF, deve encaminhar diretamente a denúncia para ser admitida ou não pela Câmara dos Deputados. O presidente desta, por sua vez, a envia à Comissão de Justiça para ser ou não referendada. Ato contínuo, ela é levada a plenário, onde deve ser aprovada por dois terços. Se esse quórum não for atingido, ela é rejeitada. Ora, o presidente goza de confortável apoio na Câmara.

Resolvida a questão do Tribunal Superior Eleitoral, à qual se deve seguir o arquivamento dos processos de impeachment, cabe ao País retomar o seu caminho rumo à aprovação das reformas. A trabalhista deverá ser aprovada até o fim do mês. A previdenciária depende do clima de pacificação a ser instaurado. O presidente já deu sinais claros de que não renunciará.

A política entendida como guerra de amigos contra inimigos deveria cessar. É tarefa urgente que o País se una no prosseguimento da reformas, feito do governo Temer, que estão sendo bombardeadas pelos que não se preocupam com os destinos nacionais.

Há um limite para a irresponsabilidade reinante.



PROFESSOR DE FILOSOFIA
NA UFRGS; E-MAIL:
DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

Para ir além da mediocridade



O impeachment da presidente Dilma Rousseff, há cerca de um ano, foi um fato político capaz de deflagrar no País um processo de renovação nacional em todos os aspectos, pois deixava para trás não apenas um governo desnordeado e incompetente, mas principalmente um modelo de desenvolvimento baseado em desvarios terceiro-mundistas. Ao ser desmoralizado o voluntarismo lulopetista, abriu-se ao Brasil uma oportunidade para a implantação das bases de um crescimento sustentável, coerente com seu potencial humano e natural. Ao mesmo tempo, graças à vigorosa ação anticorrupção simbolizada pela Lava Jato, criou-se a ocasião de melhorar os quadros políticos e de reduzir o raio de ação dos parasitas do dinheiro público, ou pe-

la implacável aplicação da lei ou pela redução da interferência do Estado na vida nacional – e, portanto, das ocasiões que fazem o ladrão. Mas o que temos visto, graças a uma mistura de messianismo de uns e espartezza de outros, é uma frustrante reversão dessas expectativas.

Merece elogio o esforço da equipe econômica do governo para manter em funcionamento uma sóbria política de estabilização, especialmente difícil em meio ao caos provocado pelas sucessivas crises políticas – algumas reais, outras fabricadas. O resultado desse empenho já é notado apesar do pouco tempo que a equipe teve para trabalhar. A inflação cedeu, os juros vêm caindo e alguns setores, como indústria e agrogócio, apresentam sinais razoáveis de recuperação.

Mas é evidente que tal quadro não basta para decretar o fim da imensa crise herdada do governo desastro-

so de Dilma Rousseff. Tampouco se pode dizer que o Brasil está pronto para um ciclo de expansão em bases robustas. Isso só será possível, em primeiro lugar, se as reformas agora em discussão no Congresso forem aprovadas.

É aqui que a atual turbulência política colabora de maneira decisiva para o atraso nacional. Em lugar de líderes capazes de enxergar além de seu próprio nariz, não faltam governistas hesitantes ou dispostos a cobrar caro por seu apoio às reformas e opositores raivosos que fazem tudo para solapar as iniciativas do governo, sem se preocupar se, com isso, agravam as condições de vida da população. O resultado é o progressivo enfraquecimento das propostas do governo, em especial da reforma da Previdência.

A desidratação das reformas resulta em parte da desmoralização dos políticos em geral, já que a luta con-

tra a corrupção se converteu em guerra santa contra os políticos.

Em vez de sanear a vida pública, essa cruzada pretende na verdade intimidar todos os que decidam participar do esforço comum. Ao colocarem liminarmente sob suspeita qualquer um que esteja na política, os radicais acabam afastando dessa atividade os bons cidadãos. Afinal, quem, senão os velhacos de sempre, se arriscará a ingressar numa arena na qual sua sorte será decidida pelo movimento do polegar de quem se julga acima do bem e do mal?

Nada de bom deriva da presunção de que a justiça tem de ser feita mesmo que pereça o mundo. Em lugar do almejado saneamento, o que se terá, entre os escombros, será a consagração da mediocridade. Basta observar as perspectivas para a disputa presidencial do ano que vem – o líder das pesquisas, o demiurgo petista Lula da Silva, promete retomar

o mesmíssimo modelo populista que nos condenou à atual crise, enquanto os demais concorrentes se digladiam na vã tentativa de provar que, se não podem ser os melhores governantes, pelo menos serão os mais puros.

Aos brasileiros que não querem ser governados por santos, mas por líderes capazes de estimular o melhor do País, resta a mobilização pela continuidade do pouco que até aqui se conquistou depois da providencial queda de Dilma Rousseff. Há um caminho claro a seguir, tanto na economia, por meio das reformas e da recuperação do equilíbrio fiscal, como na política, com mudanças que efetivamente resgatem o valor do voto e confirmem ao Congresso uma autêntica capacidade de representação do eleitor. A solução da crise depende da mobilização dos homens honestos e práticos deste país.

O crescimento da arbitragem

Considerado um dos métodos mais confiáveis de resolução extrajudicial de conflitos entre empresas de grande porte, a arbitragem continua batendo recordes no País. Só em 2016, os 249 casos levados às principais câmaras arbitrais envolveram R\$ 24 bilhões. Em 2015, foram 222 disputas arbitrais, totalizando R\$ 10,7 bilhões. Os dados são de uma pesquisa elaborada por Selma Lemes, professora da Fundação Getúlio Vargas. Como muitos litígios são sigilosos, uma vez que várias empresas receiam que a exposição nos jornais e na televisão prejudique suas imagens, o número de arbitragens pode ser ainda maior.

Para ter ideia desse ritmo de crescimento, em 2009 as câmaras de arbitragem em funcionamento no Brasil – das quais se destacam o Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio, a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Fiesp, a Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, a Câmara de Arbitragem Empresarial-Brasil e a Câmara de Arbitragem da Bovespa – atuaram em 134 casos, envolvendo litígios no valor de R\$ 2,4 bilhões.

Rápida e sem burocracia, a arbitragem – que foi instituída no País em 1996 – assegura igualdade de tratamento entre as empresas litigantes e garan-

te o direito de defesa. Como as partes podem escolher o árbitro de comum acordo e estabelecer as normas procedimentais a serem observadas, a tramitação do litígio não fica presa ao sistema de prazos e recursos da legislação processual civil. Em média, as câmaras de arbitragem oferecem uma solução definitiva em menos de 24 meses. Nos tribunais, as ações judiciais demoram anos – e até décadas – para serem julgadas, até se esgotarem todas as possibilidades de recursos.

A crescente adesão se deve à morosidade do Poder Judiciário, por um lado, e à competência dos árbitros, que são especialistas nas matérias em discussão. Além de ser mais lenta do que a arbitragem, a Justiça comum se destaca pela formação generalista dos juízes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores, o que os leva muitas vezes a prolatar sentenças tecnicamente imprecisas. Na arbitragem, as partes confiam na consistência técnica dos laudos arbitrais.

Nos anos iniciais da atual década, o crescimento da arbitragem decorreu, entre outros fatores, da construção de usinas e grandes obras de infraestrutura. Na época, uma das pendências mais famosas envolveu as empreiteiras responsáveis pela construção da Usina de Jirau e companhias seguradoras. Outras pendências envolveram a Companhia do Metrô de São Paulo e as empreiteiras escolhidas para atuar na construção de novas linhas e

estações. Nos últimos anos, o crescimento da arbitragem foi causado por conflitos relacionados às obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

Por causa de sua expansão, a lei da arbitragem teve de ser modernizada e ampliada em 2015 – e uma das principais inovações foi aumentar os tipos de conflitos entre a administração pública direta e empresas privadas que podem ser submetidos a um árbitro, especialmente os que envolvem direitos patrimoniais relativos a contratos por elas celebrados. “Esses contratos, como os de concessões e parcerias público-privadas, têm valores altíssimos. E, além do consórcio em si, que atua na linha de frente, há toda uma cadeia de contratos envolvida”, afirma Selma Lemes. Até o final de 2016 tramitavam 55 casos envolvendo a administração pública nas principais câmaras de arbitragem – aponta a pesquisa por ela coordenada. Um desses casos, no valor de R\$ 1 bilhão, trata de um contrato de arrendamento para a exploração em terminais do Porto de Santos e envolve a Secretaria de Portos e o Grupo Libra. O número de casos levados à arbitragem em que Estados e municípios são parte pode crescer 300% nos próximos anos, segundo estimativas de árbitros.

A arbitragem tornou-se, assim, o instrumento preferido por empresas que desejam contornar a insegurança jurídica que ainda vulnera a ordem legal e judicial.

Angra 3, o custo do malfeito

Para concluir a Usina Nuclear de Angra 3 serão precisos nada menos que R\$ 17 bilhões, revelou o **Estado**. E, se o governo federal desistir de sua construção e quiser desmontá-la, o orçamento é também bilionário. Estima-se um montante de R\$ 12 bilhões para a quitação dos empréstimos feitos, o desmonte da estrutura, a destinação das máquinas e o pagamento de uma infinidade de dívidas. Sem dinheiro, o governo busca algum parceiro privado internacional que torne possível retomar as obras no ano que vem. Desde 1984, a construção da usina já consumiu R\$ 7 bilhões.

Seja qual for o caminho que se adote a partir de agora, a história de Angra 3 revela uma obstinada sequência de erros desde suas origens, ainda na década de 70 do século passado, passando pelo populismo do sr. Lula da Silva, que a incluiu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2009 e prometeu terminá-la em 2014. A promessa, como tantas feitas na época, ficou no papel. Apenas 58% de seu projeto foi executado e, uma vez mais, Angra 3 ganha contornos de uma herança maldita. Apenas para manter as máquinas de geração nuclear, a Eletronuclear, empresa de economia mista subsidiária da Eletrobrás e responsável pela Usina de Angra 3, já gastou mais de R\$ 1 bilhão.

Em 1975, o governo do presidente Ernesto Geisel, num típico arroubo nacionalista dos tempos de regime militar, achou que mostraria independência em relação aos Estados Unidos e acentuaria a grandeza do Brasil caso assinasse um acordo nuclear com a então República Federal da Alemanha. E assim foi feito. Na época, o governo militar alardeou que o tratado, ao incluir a transferência de uma determinada tecnologia atômica, supostamente desenvolvida pela empresa alemã Kraftwerk, daria ao País o tão sonhado domínio do ciclo nuclear. O problema é que aquela tecnologia ainda não tinha sido criada. Sob o pretexto de defender o interesse nacional, o governo militar comprometeu-se a comprar uma coisa que a rigor não existia.

Com essa pré-história tão complicada, misturando aspiração de grande potência, política energética e investimento em infraestrutura, a Usina de Angra 3 começou a ser erguida em 1984. Suas obras prosseguiram até 1986, quando foram paralisadas em razão de dificuldades econômicas e políticas. Naquele ano, ocorreu o maior desastre nuclear do mundo, com a explosão do reator da usina de Chernobyl, na Ucrânia. Ainda que sem ser oficialmente abandonado, desde então o projeto de Angra 3 ficou parado. Em 2009, o presidente Lula da Silva incluiu Angra 3 entre os destaques do PAC, pro-

metendo concluí-la em cinco anos a um custo de R\$ 8,3 bilhões. Oficialmente, as obras foram retomadas em junho de 2010.

Em 2015, o andamento das obras de Angra 3 foi oficialmente suspenso em razão de denúncias de corrupção, investigadas pela Operação Lava Jato. Desde setembro de 2014, atuava na usina o consórcio “Angramon”, destinado a executar a montagem eletromecânica da usina. Era formado pelas empreiteiras UTC Engenharia, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Empresa Brasileira de Engenharia (EBE) e Techint. Em abril de 2016, Flávio David Barra, ex-presidente da Andrade Gutierrez Energia, relatou em depoimento à Justiça do Rio de Janeiro pagamentos ilegais feitos pela empresa a membros da diretoria da Eletronuclear. Como se não bastassem os muitos erros de planejamento, a corrupção tornava ainda mais distante o término das obras.

Caso seja concluída com os R\$ 17 bilhões estimados, a Usina de Angra 3, com capacidade de 1.405 megawatts (MW), terá um custo total de R\$ 24 bilhões. A título de comparação, a Hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, com potência de 1.820 MW e que entrou em operação no fim de 2015, custou R\$ 3,9 bilhões. Angra 3 é, portanto, um caso paradigmático do quanto sai caro usar mal o dinheiro público.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 • SEGUNDA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2017 • Nº 32.212

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08H1 • R\$ 4,00

Gilmar vê pressão sobre Judiciário

Para presidente do TSE, mídia e políticos queriam resolver crise com cassação de Temer, que levaria país a incógnita



Policiais militares fazem operação na praça Princesa Isabel, no centro de SP, para a retirada de usuários de crack; dois suspeitos de tráfico foram presos

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Gilmar Mendes, disse que a corte contrariou pressões de grupos de mídia e de setores políticos ao não cassar o mandato do presidente Michel Temer (PMDB). "Queriam que o tribunal decidisse essa questão política [a crise do governo Temer], lançando o país em um quadro de incógnita", afirmou, em entrevista a **Mônica Bergamo**. "Infelizmente cabe a nós [do Judiciário] muitas vezes decidir de forma contramajoritária."

Segundo Gilmar, o julgamento seguiu critérios técnicos, e seu voto, que selou o placar de 4 a 3, seria o mesmo se estivesse em jogo o mandato de Dilma Rousseff.

A ex-presidente petista, argumentou, também ganhou com a absolvição da chapa, pois escapou de ficar ineligiível por oito anos.

O magistrado apontou outras pressões sobre o Judiciário, como as relacionadas à Lava Jato, relatada no Supremo Tribunal Federal pelo ministro Edson Fachin.

O STF, disse, não deve ser obrigado a cancelar todo ato da Procuradoria-Geral da República, e sua presidente, Cármen Lúcia, deve sair em defesa de todos os ministros. *Entrevista da 2ª A12*

Nova operação contra o crack veta barracas no centro de SP

Uma ação da Polícia Militar na praça Princesa Isabel, neste domingo (11), marcou o início de nova estratégia do governo estadual e da prefeitura para tentar esvaziar o fluxo de usuários de crack no centro de SP.

A partir de agora, diz o poder público, não será mais permitido montar barracas na praça ou em qualquer outro ponto do centro. O objetivo é inibir a presença de traficantes em meio aos dependentes. *Cotidiano B4 e B5*

Redução de área protegida no Pará favorece latifúndio

Crimes ambientais e latifúndios serão passíveis de regularização caso o presidente Michel Temer sancione medida provisória que prevê a redução na proteção de 486 mil hectares da Fina do Jamansim, no Pará.

Ao questionar um fazendeiro cuja família reivindica quase 7.000 hectares de área, a reportagem da **Folha** foi ameaçada. *Ciência B8*

DENTRO DA CRACOLÂNDIA

Incursão revela ação do tráfico, presença de crianças e até bar no local *Cotidiano B4 e B5*



Usuário de crack na praça Princesa Isabel

CELSO ROCHA DE BARROS

Em meio a guerra, política colocou TSE de joelhos

Poder A5

Donos venderam ações da JBS antes de delação vazar

Às vésperas da divulgação da delação da JBS, os donos da empresa venderam R\$ 10 milhões em ações. Assim, evitaram perda equivalente a R\$ 1 milhão com a desvalorização dos papéis.

As negociações estão sendo investigadas pela Polícia Federal e pela Comissão de Valores Mobiliários. A JBS diz que a operação ocorreu dentro da lei. *Folhainvest A17*

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Retrocesso ambiental", sobre ofensiva do Congresso contra áreas de preservação, e "Nem o básico", acerca dos atrasos do Brasil em saneamento.

ESPORTE

Tenista Rafael Nadal conquista Roland Garros pela décima vez **B11**

JUCA KFOURI

Corinthians é prova de que organização e uma ideia de jogo fazem a diferença **B10**

COTIDIANO

Solteiros ainda trocam cartas em busca de um novo amor **B6**

FOLHAINVEST

Queda de juros faz poupança superar fundos de renda fixa **A13**



CIRCULAÇÃO 306.930 (Impressos + digitais) AUTENTICA 29.362.251 (vendas em circulação)

ATMOSFERA Cotidiano B2
Chuva isolada à noite
Mínima 10°C Máxima 23°C

FALE COM A FOLHA
Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman fale.folha.com.br

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placas cujo final seja 1.2

PF acha papéis rasgados com aliado do presidente

Documentos mostram que coronel atuou em obra de imóvel da filha de Temer

Uniel Marcelino - 9 Jun 2017/Reuters

Papelada foi apreendida em SP, no apartamento de coronel da PM que é aliado do peemedebista há mais de 30 anos

MARCO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

A Polícia Federal encontrou documentos rasgados, com informações sobre a reforma da casa de uma filha do presidente Michel Temer, na operação de busca e apreensão que fez no apartamento do coronel da Polícia Militar João Baptista Lima Filho.

Ele é um dos mais antigos e fiéis aliados do presidente, suspeito de ser laranja de Temer. Um dos delatores da JBS, Ricardo Saud, diz ter mandado entregar R\$ 1 milhão para Lima Filho dos R\$ 15 milhões que o grupo doara para o caixa dois de Temer em 2014.

Os rasgos nos papéis, feitos nos sentidos horizontal e vertical da folha, aparentemente com uma régua, sugerem que alguém queria destruir a documentação, na interpretação dos investigadores que participaram da operação de busca.

O conjunto de papéis rasgados tinha pouco mais de duas dezenas de páginas. Os policiais tiveram que montar as folhas rasgadas para ler o conteúdo dos documentos.

DESPESAS DE TEMER

Destruição de provas é considerada um crime grave pela Justiça. É uma das justificativas previstas para a decretação de prisão. Foi com esse argumento, por exemplo, que a Justiça mandou prender outro aliado de Temer, o ex-ministro Henrique Eduardo Alves, na terça (6).

A Procuradoria-Geral da República, segundo a **Folha** apurou, não pediu a prisão de Lima Filho neste primeiro momento por razões estratégicas.

A PF também encontrou documentos que apontam que o coronel aposentado controlava ou pagava despesas de Temer. Um dos papéis apreendidos é a nota de um aparelho de telefonia comprado para Temer em 1998.

Os papéis rasgados estavam sobre uma mesa de trabalho para serem descartados, de acordo com investigadores. Lima estava na sala quando os documentos foram achados e mostrou um ar de irritação e contrariedade durante a ação, relatam policiais.

Além de mensagens sobre a reforma da casa de uma das filhas de Temer, o pacote continha folhas com o que parecia ser a contabilidade pessoal do amigo do presidente.

A busca no apartamento do coronel Lima, no bairro do Morumbi em São Paulo, ocorreu na manhã do dia 18 de maio, como parte da Operação Patmos, que também prendeu Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

A operação ocorreu um dia depois de o jornal "O Globo" ter noticiado que o empresário Joesley Batista, da JBS, havia gravado conversas com o presidente. Para a Procuradoria, o diálogo mostra que o peemedebista dá aval à compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, entre outros possíveis crimes.



O presidente Michel Temer em cerimônia da Marinha

Os documentos rasgados encontrados na casa do amigo de Temer estão sob sigilo, mas outra parte dessa papelada já se tornou pública. Foram os documentos apreendidos no mesmo dia, em busca realizada no escritório de uma empresa do coronel, a Argeplan Arquitetura e Engenharia, na Vila Madalena.

Lá, a Polícia Federal encontrou papéis mostrando que a empresa do coronel fez um orçamento para reformar um apartamento de Maristela Temer, filha do presidente, no Alto de Pinheiros.

Há uma série de versões sobre a justificativa para a reforma. Inicialmente, o presidente disse que o coronel não participava da obra. Fornecedores refutaram essa versão, ao contar que o amigo de Temer tinha feito encomendas para a reforma e fiscalizou a obra entre 2014 e 2015. O próprio presidente esteve lá com o amigo, de acordo com reportagem do jornal "O Globo".

Posteriormente, o Planalto reconheceu que o coronel atuara na reforma e que a obra fora visitada por Temer

quando ele era vice da presidente Dilma Rousseff.

CITADO POR DELATOR

Amigo de Temer desde que ele foi secretário de Segurança Pública em São Paulo, entre 1984 e 1986, o coronel é dono da Argeplan, empresa que tornou-se sócia do grupo finlandês AF Consult para construir a usina de Angra 3. O valor do negócio é de R\$ 162,2 milhões.

O grupo finlandês era obrigado por edital a contratar empresas nacionais. Outra contratada, a Engevix, teve diretores condenados na Lava Jato por pagamento de propina.

Numa tentativa de fechar acordo de delação em 2016, o dono da Engevix, José Antunes Sobrinho, relatou ter dado R\$ 1 milhão para a campanha de 2014 de Temer como retribuição pelo contrato com o grupo finlandês. A delação de Antunes foi recusada pelos procuradores por motivos não declarados.

Nas próximas semanas, a Procuradoria deve apresentar denúncia contra Temer com base na delação da JBS.

▶ OUTRO LADO ◀

Temer e coronel não quiseram se manifestar

DE SÃO PAULO

A **Folha** procurou o coronel reformado João Baptista Lima Filho na Argeplan e na sua casa, enviou e-mail para sua secretária detalhando as dúvidas da reportagem sobre os documentos rasgados, mas não houve resposta.

A assessoria de Michel Temer também não quis comentar as menções à filha do presidente que aparecem em documentos rasgados.

O advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveira, que defende Temer no inquérito que está no Supremo Tribunal Federal, não foi encontrado.

Em outras ocasiões, o presidente negou que o coronel seja seu laranja e refutou que tenha recebido recursos ilícitos da JBS em 2014.

Temer recua e deve manter ministros denunciados

'Linha de corte' é reavaliada diante de expectativa de denúncia da PGR

Mudança de tática pode fortalecer apoio dos aliados em votação na Câmara contra abertura de processo no Supremo

BRUNO BOGHOSSIAN
DE BRASÍLIA

Diante da expectativa de que será denunciado nos próximos dias pela PGR (Procuradoria-Geral da República) por crimes citados na delação da JBS, o presidente Michel Temer estuda manter no governo ministros que também forem alvo de denúncia.

Com isso, Temer pode rever a "linha de corte" que estabeleceu com a revelação das delações da empreiteira Odebrecht, que previa o afastamento temporário de integrantes da Esplanada que fossem denunciados.

Ganhou força no Palácio do Planalto a posição de que o presidente não deverá afastar esses ministros, uma vez que o próprio Temer adotou o discurso de que a PGR age politicamente ao investigar os relatos do empresário Joesley Batista e de outros executivos do grupo.

Desde a revelação das acusações feitas contra Temer pela JBS, o presidente e seus aliados passaram a enfrentar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmando que ele atua para "desestabilizar o governo" e a classe política de maneira geral.

Nesse sentido, a equipe de Temer entende que o peemedebista deverá preservar seus ministros, apelar para o espírito de corpo da classe política e, no limite, defendê-los das acusações, a fim de garantir sua própria proteção contra as investidas da PGR.

Temer precisa do apoio dos partidos aliados —que compõem seu ministério— para barrar na Câmara denúncia que será oferecida contra ele.

Para que um processo contra um presidente da República seja aberto no STF (Su-

premo Tribunal Federal), é necessária a aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados. Nesse cenário, a revisão da regra de afastamento de ministros denunciados funcionaria como um gesto de solidariedade e poderia garantir apoio a Temer.

O Palácio do Planalto prevê que Janot deve acelerar nos próximos meses o ritmo de apresentação de denúncias contra políticos em posições de destaque —em especial ministros e chefes da Câmara e do Senado citados nas delações da Odebrecht.

Auxiliares de Temer acreditam que o procurador-geral tentará encerrar boa parte das investigações abertas contra esses personagens até setembro, quando termina seu mandato à frente do Ministério Público.

Em fevereiro, Temer convocou a imprensa para declarar que afastaria temporariamente do cargo qualquer ministro que fosse denunciado pela PGR no âmbito da Lava Jato. Caso a denúncia fosse aceita pelo STF e o ministro se tornasse réu, o afastamento se tornaria definitivo.

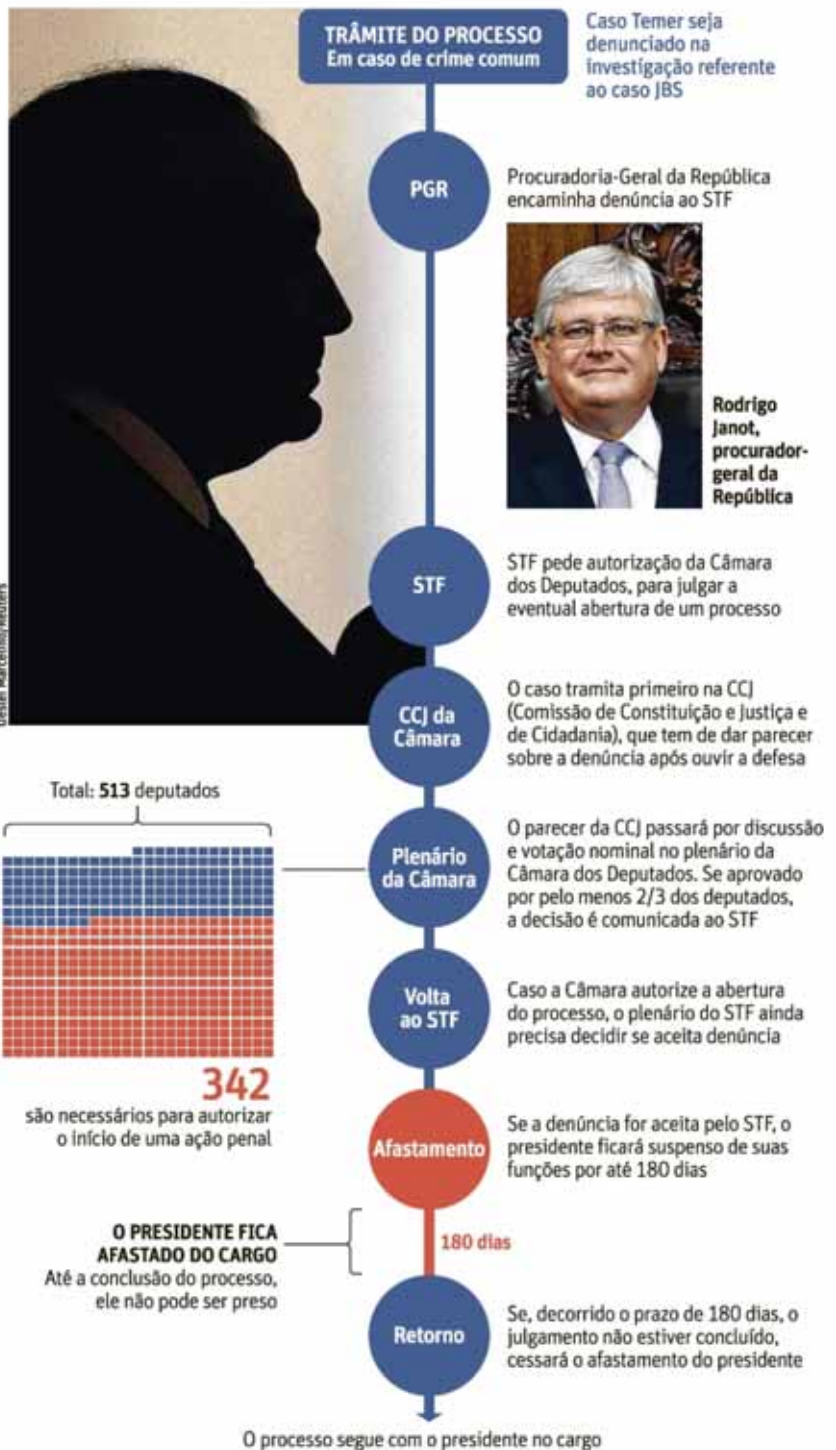
Aquela altura, essa "linha de corte" estabelecida por Temer funcionou como uma blindagem para auxiliares que haviam sido citados nas delações premiadas da Odebrecht e, em abril, se tornaram alvos de inquéritos.

Pelas regras apresentadas pelo presidente, não haveria motivo para afastar ministros apenas investigados. Segundo esse entendimento, só seria necessário que eles deixassem o governo se a Justiça os transformasse em réus.

Questionado pela **Folha**, em maio, se ele mesmo deixaria o cargo caso fosse denunciado pelo procurador-geral, Temer se diferenciou de seus ministros. "Sou chefe do Executivo. Os ministros são agentes do Executivo, de modo que a linha de corte que eu estabeleci para os ministros, por evidente, não será a linha de corte para o presidente."

O CAMINHO DA DENÚNCIA

Como funciona uma ação contra o presidente da República



SOB INVESTIGAÇÃO

Ministros que já são alvos de inquérito (citados na delação do grupo Odebrecht e investigados com autorização do Supremo desde abril)

> **ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP)**
Relações Exteriores

> **BLAIRO MAGGI (PP-MT)**
Agricultura

> **BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE)**
Cidades

> **ELISEU PADILHA (PMDB-RS)**
Casa Civil

> **GILBERTO KASSAB (PSD-SP)**
Ciência, Tecnologia e Comunicações

> **HELDER BARBALHO (PMDB-PA)**
Integração Nacional

> **MARCOS PEREIRA (PRB-RJ)**
Indústria, Comércio Exterior e Serviços

> **MOREIRA FRANCO (PMDB-RJ)**
Secretaria-Geral da Presidência

Cúpula do PSDB quer adiar decisão sobre saída do governo

Integrantes da sigla, que está rachada, se reúnem hoje em Brasília

DE BRASÍLIA

Ministros do PSDB e governadores contrários à saída do partido do governo pressionam os dirigentes da sigla para que não haja uma decisão nesta segunda-feira (12), dia de reunião marcada pela executiva nacional da sigla.

Eles argumentam que a legenda está rachada e que uma deliberação nesse cenário aprofundaria essa divisão.

“Seria muito difícil chegar a alguma conclusão num partido dividido. Não há urgência ou determinação para que haja decisão agora. Marcar data para uma reunião desse tipo não me parece uma coisa muito sensata”, afirmou o secretário-geral do PSDB, deputado Silvio Torres (SP).

O roteiro original da reunião previa discussão ampla, envolvendo a cúpula partidária,

deputados, senadores, ministros, governadores, prefeitos de capitais e presidentes de diretórios regionais. Em seguida, a comissão executiva — instância de decisões da legenda — se reuniria e tomaria uma decisão, no voto.

Diante das pressões, o partido pode adiar essa votação e convocar nova reunião da executiva para outra data.

Levantamento publicado pela **Folha** no domingo (11) mostra uma legenda rachada. Dos 56 deputados federais, 19 responderam que desejam o desembarque e 19 que preferem manter-se na base. Outros 11 se declararam indecisos ou não quiseram opinar e sete não responderam.

Entre os que defendem a saída do governo está a ala mais jovem dos congressistas da legenda, que pressiona por uma definição.

Para eles, a absolvição da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral na sexta (9) não deveria afetar a decisão sobre o desembarque. Eles reclamam que o foco do governo saiu da agenda de reformas para gerenciar a crise e defendem a entrega dos ministérios. “Não precisamos de cargos para apoiar projetos importantes”, disse o deputado federal Fábio Sousa (GO).

Parlamentares do grupo devem se reunir antes do encontro para traçar uma estratégia e tentar impedir o protelamento da decisão.

Na prática, no entanto, a decisão sobre a deliberação final cabe ao presidente interino do PSDB, o senador Tasso Jereissati. Na semana passada, ele disse que “segunda-feira é o limite do PSDB”. (BRUNO BOGHOSSIAN E ANGELA BOLDRINI)



» **ELEIÇÕES** Artistas do Recife se reuniram no centro da cidade no domingo (11) para show pedindo diretas já e a renúncia de Michel Temer; evento foi financiado com doações

Senado ignora decisão do STF de afastar Aécio Neves do mandato

Tema ainda não foi debatido pela Mesa do Senado mesmo 20 dias após ordem da Justiça

Segundo técnicos consultados pela Folha, senador ainda estaria apto a votar se comparecesse a sessão

TALITA FERNANDES
RANIER BRAGON
DE BRASÍLIA

Mais de 20 dias após o STF (Supremo Tribunal Federal) determinar que Aécio Neves (PSDB-MG) fosse afastado do mandato, o Senado ainda não cumpriu a decisão da corte.

O nome do tucano permanece no painel de votação e na lista de senadores em exercício do site do Senado. Seu gabinete tem funcionado normalmente. Se o tucano comparecesse a uma sessão estaria apto a votar, de acordo com técnicos consultados.

A Folha procurou desde quinta (8) o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), sua assessoria e a assessoria do Senado questionando as razões do descumprimento da decisão do STF. Não houve resposta.

O tema ainda não foi debatido pela Mesa do Senado, apesar de alguns senadores terem pedido reunião do colegiado a Eunício. É possível que haja encontro na próxima semana sobre o assunto.

Na decisão do dia 17 de maio, Edson Fachin determi-

nou que Aécio ficasse suspenso "do exercício das funções parlamentares ou de qualquer outra função pública", impedindo-o ainda de se encontrar com réus ou investigados no caso de deixar o país.

Fachin levou em conta em sua decisão o áudio gravado pelo empresário Josley Batista, colaborador da Justiça. Na conversa, realizada em 24 de março, o tucano fala em medidas para frear a Lava Jato.

De acordo com Fachin, no áudio, Aécio "demonstra, em tese, muita preocupação e empenho na adoção de medidas que de alguma forma possam interromper ou embaraçar as apurações das práticas de diversos crimes, o que além de ser fato típico, revela risco à instrução criminal."

O Senado não respondeu à Folha qual foi o último dia de presença do tucano. No portal de transparência da instituição, as mais recentes verbas indenizatórias usadas por ele são de maio. Por exemplo, a última nota de combustível é do dia 16 de maio, dois dias antes do afastamento.

Não está claro ainda, por exemplo, se Aécio continuará recebendo sua remuneração de R\$ 33.763,00 mensais e os demais benefícios.

A Folha visitou seu gabinete na tarde de quinta (8). O funcionamento era normal. Assessores do tucano continuam circulando na Casa, in-

clusive dentro do plenário.

A assessoria de Aécio disse que ele "está afastado das suas funções legislativas conforme determinação do ministro Edson Fachin".

Em dezembro de 2016, o Senado já descumpriu ordem do STF quando Marco Aurélio Mello determinou o afastamento de Renan Calheiros (PMDB-AL) da presidência da Casa. Na ocasião, a Mesa não deu prosseguimento à decisão, e Renan não assinou a intimação. A decisão acabou derrubada por maioria do plenário, após o Senado recorrer.

ROCHA LOURES

Na Câmara dos Deputados, o procedimento foi diferente. No mesmo dia 18 de maio, data da Operação Patmos, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assinou despacho afastando o então deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) do cargo.

Dias depois, a Mesa da Câmara se reuniu e ratificou a decisão, baixando ato em que manteve o pagamento do salário de R\$ 33,7 mil e o plano de saúde do peemedebista.

Entre outros benefícios, Loures perdeu direito à verba de R\$ 97 mil para pagamento de assessores, além do chamado cotão —R\$ 38 mil mensais para gastos com alimentação, passagens aéreas, aluguel de escritório e gasolina, entre outros.

Pedro Ladeira - 26.abr.2017/Folhapress



Aécio Neves (PSDB) em sessão do Senado no final de abril

Desconto de Cabral a empresas tramitou 'a jato'

Isenção de 50% no IPVA a Fetranpor, alvo da Lava Jato, não foi acompanhada de exigências

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

Um dia após receber um ofício com pedido da Fetranpor (federação das empresas de ônibus) foi o suficiente para que o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) concedesse desconto de 50% no IPVA para empresas de ônibus.

O processo administrativo que resultou numa renúncia fiscal estimada em R\$ 36 milhões tramitou "a jato" nos gabinetes do Estado. A concessão de benefícios fiscais em troca de propina é uma das vertentes das investigações da Operação Lava Jato no Rio.

A **Folha** obteve por meio da Lei de Acesso à Informação todos os papéis do processo que gerou o decreto 44.568 de 17 de janeiro de 2014. Eles não contam com nenhum estudo sobre impacto no orçamento ou de redução de tarifas aos usuários gerado pelo desconto.

Os autos foram originados por ofício de três páginas da Fetranpor entregue no dia 16 de janeiro de 2014.

No mesmo dia, o processo passou pelos gabinetes do ex-secretário de Transportes, Júlio Lopes (PP-RJ), da ex-subsecretária Tatiana Carius, do ex-superintendente de Gestão da Agência Metropolitana de Transportes Urbanos, Waldir Peres e então foi enviado para a Casa Civil.

No dia seguinte, o decreto foi assinado pelo então governador. Até esta fase, o processo acumulava nove páginas —sendo uma a capa e outra o "termo de abertura de processo".

O ofício da Fetranpor menciona que a redução do imposto ajudaria para que a taxa não fosse repassada à população, embutida na tarifa. A isenção tributária para operadores de transporte público é defendida por especialistas

justamente para permitir uma menor tarifa à população. Contudo, nem o decreto, nem o processo administrativo indicam qual abatimento seria feito na cobrança.

A Fetranpor é uma das empresas investigadas na Lava Jato. Ela é mencionada em depoimento do ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Jonas Lopes. De acordo com ele, a federação pagou uma mesada a conselheiros para ter "boa vontade" na análise de seus casos na corte.

Uma empresa de ônibus também consta da "contabilidade paralela" feita por Luiz Carlos Bezerra, apontado como operador financeiro do peemedebista.

O decreto que concedeu o desconto foi considerado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça, que considerou ser necessário uma lei, aprovada pela Assembleia Legislativa, para a concessão do benefício.

Após dois anos de discussão judicial, as empresas começaram a quitar em atraso o IPVA referente ao período.

OUTRO LADO

Lopes afirmou que "coube à Secretaria de Transportes a análise dos benefícios para os usuários do Rio". Ele diz que a fundamentação sobre impacto fiscal cabia à Secretaria de Fazenda, sem explicar porque tal estudo não consta do processo administrativo.

A Fetranpor negou "qualquer influência ou interferência na elaboração do decreto". A entidade também afirmou não ter "envolvimento em práticas ilícitas".

Em nota, a federação disse que "a redução de alíquota de IPVA foi a forma encontrada para atenuar as perdas das empresas com o congelamento da tarifa em 2013". A defesa de Cabral informou que só irá se manifestar na Justiça.

Paulo Lisboa - 27.abr.2017/Brazil Photo Press/Folhapress



O ex-governador Sérgio Cabral e a mulher, Adriana Ancelmo

Donos venderam ação da JBS antes da queda

Operação na véspera da divulgação da delação premiada dos irmãos Batista permitiu evitar perda de R\$ 1 milhão

Zanone Fraissat - 29.ago.2013/Folhapress

Transações feitas por controladores do grupo com ações e no mercado de câmbio são alvo de investigações da CVM

ÁLVARO FAGUNDES
EDITOR-ADJUNTO DE "MERCADO"

Na véspera da divulgação do acordo de delação premiada que fecharam com o Ministério Público Federal, os acionistas controladores da gigante de alimentos JBS venderam R\$ 10 milhões em ações da companhia, evitando perdas de pelo menos R\$ 1 milhão.

No dia 16 de maio, eles negociaram 985 mil papéis da empresa a R\$ 10,11 cada. Os controladores da JBS são a FB Participações, holding da família Batista, e o Banco Original, que também pertence aos fundadores da empresa.

A delação dos irmãos Joesley e Wesley Batista foi revelada pelo jornal "O Globo" no fim da tarde do dia seguinte, após o fechamento da Bolsa de São Paulo. Em 18 de maio, as ações da empresa desabaram 10,5%. Desde então, elas perderam 23,4% do seu valor. Na sexta-feira (9), a ação da JBS estava cotada a R\$ 7,28.

Ao negociar suas ações na véspera do anúncio da delação, os controladores da JBS evitaram uma perda equivalente a R\$ 1 milhão, que teriam sofrido se vendessem os papéis pelos preços mais baixos dos dias seguintes.

Os donos da JBS também venderam ações da empresa no dia 17, mas nesse momento as vendas foram acompanhadas de recompras das ações. As operações pratica-



Os irmãos Wesley e Joesley Batista, donos da JBS, durante evento em que a empresa recebeu um prêmio em São Paulo

mente se anularam: as vendas somaram R\$ 35,1 milhões, e as compras, R\$ 35,6 milhões.

Nos últimos três dias de maio, em meio aos desdobramentos da crise política provocada pela delação dos Batista, os donos da JBS voltaram a se desfazer de ações da companhia, vendendo o equivalente a R\$ 105 milhões.

As transações foram reveladas pelos controladores da JBS num informe enviado no sábado (10) à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que exige prestação de contas semelhante de todas as empre-

sas de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa.

A Polícia Federal e a CVM investigam operações feitas pelos donos da JBS com ações e no mercado de câmbio antes da divulgação da delação. A suspeita é que eles tenham feito uso indevido de informações privilegiadas para lucrar no mercado financeiro.

Em abril, os controladores da JBS venderam o equivalente a R\$ 242 milhões em ações da empresa, a primeira operação desse tipo em mais de um ano. Na ocasião, os irmãos Batista já haviam fecha-

do o acordo de delação premiada com os procuradores.

Em nota neste domingo (11), a JBS disse que todas as operações realizadas pela empresa e seus controladores no mercado financeiro seguiram a lei, e que o grupo está cooperando com as investigações.

Em manifestação enviada na semana passada por seus advogados à 5ª Vara Cível da Justiça Federal em São Paulo, como resposta a uma ação popular apresentada contra a empresa, a JBS afirma que as operações na Bolsa fazem parte de um programa de re-

compra de ações executado com conhecimento da CVM.

O objetivo do programa é valorizar as ações da empresa e oferecer liquidez a investidores que querem deixar a companhia, afirmam os advogados da JBS. Segundo eles, ninguém na empresa além dos irmãos Batista e dos outros três funcionários que viraram delatores sabia do acordo de delação premiada, e nenhum deles soube antecipadamente quando ele seria divulgado pela Justiça.

Colaborou WALTER NUNES, de São Paulo

Nova estratégia na cracolândia tem limpeza de praça e veto a barracos

Objetivo do governo de SP e da prefeitura é evitar a consolidação do tráfico na praça Princesa Isabel

Operação da PM ocorre sem confronto e tem dois traficantes presos; usuários retornam à praça 6 horas depois

MARIANA ZYLBERKAN
DE SÃO PAULO

Uma operação da Polícia Militar que retirou barracos de lona da praça Princesa Isabel na manhã neste domingo (11) marcou o início de uma nova estratégia do governador Geraldo Alckmin e do prefeito João Doria, ambos do PSDB, para tentar esvaziar o chamado "fluxo" de usuários de crack no centro de São Paulo.

A partir de agora, dizem eles, não será mais permitida a montagem de tendas e barracas na praça ou em qualquer outro ponto do centro. Isso, na avaliação deles, tende a inibir a presença de traficantes em meio aos dependentes e, dessa forma, abrir dois possíveis caminhos:

1) Sem um ponto fixo de compra e venda de crack, pessoas de outros bairros e municípios não devem procurar mais esse local;

2) Sem oferta de drogas, os viciados ficarão mais propensos a aceitar a abordagem para tratamento médico.

A ação da PM neste domingo teve o apoio da prefeitura. Eles isolaram os quarteirões, entraram na praça, prenderam dois suspeitos de tráfico e passaram a retirar os usuários. Esses, diante da aproximação dos policiais, colocaram fogo em colchões e barracos — alguns serviam de base para a ação dos traficantes.

Não houve confronto, e os usuários se espalharam para outros pontos da região central. Alguns dos viciados reclamavam. "Perdi celular, relógio, documentos. Estava tudo dentro da barraca", diz Isaias dos Santos, 61.

Foram apreendidos cerca de dois quilos de crack, R\$ 1.600 reais em dinheiro e três celulares. A prefeitura deslocou 24 caminhões para

recolher o lixo da praça.

O local ficou conhecido como a nova cracolândia da cidade, com a presença de quase mil pessoas. A compra e a venda de drogas ocorriam livremente naquele espaço.

Esta foi a segunda ação em menos de um mês para dispersar a cracolândia. No último dia 21, uma ação policial prendeu traficantes e desobstruiu vias nas quais funcionavam uma feira de drogas a céu aberto sob o comando de uma facção criminosa.

A ação policial naquele domingo ocorreu sem articulação com a prefeitura. Os responsáveis pela área da saúde e da assistência social, por exemplo, só ficaram sabendo da operação um dia antes.

Em meio a esses desencontros, o que se viu nos dias seguintes foram usuários espalhados pelas ruas e a formação de uma grande concentração deles na praça Princesa Isabel, a 400 metros da cracolândia original.

Nessas três semanas, nenhuma ação conseguiu redu-

zir o tamanho da nova cracolândia. A gestão Doria, nesse intervalo, buscou autorização judicial para recolher à força os usuários das ruas, para atendimento médico, mas esse pedido foi rejeitado.

Enquanto isso, agentes de saúde e da área social de prefeitura e Estado seguiram no trabalho de abordagem individual de cada um dos usuários para convencê-los a buscar tratamento médico. Essa ação, porém, fica sempre mais complicada diante da oferta abundante de drogas.

Agora, Alckmin e Doria dizem que a estratégia será diferente. Segundo eles, não será mais permitida a montagem de barracas por usuários de drogas. "Esse é um trabalho permanente. Isso não vai resolver do dia para a noite", disse o governador, em entrevista ao lado de Doria.

"A GCM [guarda-civil] está orientada a retirar novas barracas que forem montadas no entorno", completou o secretário da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho.

RETORNO À PRAÇA

No meio da tarde, cerca de seis horas após a ação policial, os usuários começaram a retornar à praça. Antes, passaram por revista e foram proibidos de levar lonas, estacas e outros objetos que permitissem montar barracas. Carrinhos também foram proibidos, e taco de golfe e uma prancha de surfe foram apreendidas.

"Eles não usam a barraca como refúgio, mas como esconderijo para consumir e traficar drogas", diz o tenente-coronel da PM Miguel Dafara, que comandou a operação deste domingo.

Para ele, o controle para que novas barracas não sejam montadas na praça não será fácil. "Será uma batalha diária", diz o policial.

Nos últimos dias, a **Folha** presenciou que o tráfico de drogas ocorria dentro de algumas barracas —balcões com pedras de crack e bebidas ficavam na entrada. Com presença escassa da PM na praça, a venda ocorria sem intervenção policial.

Para Doria, essa vai e vem dos usuários é "um direito das pessoas". "Não se pode impedir que as pessoas circulem pela cidade. Nós não vamos permitir a instalação de equipamentos financiados pelo PCC que domina a distribuição de entorpecentes e acabou o shopping center [de drogas] que existia até recentemente", afirmou o prefeito.

Líderes de igrejas evangélicas, assistentes sociais e agentes de saúde intermediaram as negociações a respeito de como seria feito o retorno para a praça. O principal pedido dos usuários é que não fossem feitas revistas pessoais, apenas nos pertences, o que foi atendido pela PM.

Assistentes sociais disseram que a operação foi necessária para fazer a limpeza da praça, já que os usuários se recusavam a deixar o local para a retirada do lixo que se acumulou no local. Havia risco sanitário e lixo tóxico, como fios de cobre.



Nelson Almeida/AFP

Funcionários da prefeitura recolhem lixo de praça, a nova cracolândia de SP, após a operação policial neste domingo

Com queda dos juros, fundo de renda fixa perde para poupança

Taxa de administração chega a superar 4% ao ano e afeta rendimento final de aplicações, segundo estudo

Investir diretamente em papéis do Tesouro é opção de baixo risco para investidores, dizem especialistas

DANYLO MARTINS
DE SÃO PAULO

Fundos de investimento cujos rendimentos acompanham a taxa básica de juros da economia nem sempre são a melhor opção para quem busca aplicações de baixo risco, com foco em objetivos de curto prazo ou para formar reservas contra imprevistos.

Com a queda da taxa Selic, que o Banco Central começou a reduzir no fim do ano passado, esses fundos podem render menos do que a caderneta de poupança, a aplicação mais conservadora da praça.

Ao contrário da caderneta, os fundos têm incidência de Imposto de Renda e taxas de administração cobradas pelos bancos. Com a queda dos juros, os descontos reduzem a vantagem dos rendimentos proporcionados pelos fundos.

Principal instrumento do BC para controlar a inflação, a taxa Selic está em 10,25% hoje. Analistas preveem que ela terminará o ano em 8,5%.

O Imposto de Renda fica com até 22,5% dos rendimentos dos fundos de renda fixa, no caso de investimentos resgatados em até seis meses. Alguns fundos cobram taxas de

administração superiores a 4% por ano, corroendo mais os ganhos dos investidores.

“Muitas pessoas nem sabem quanto pagam de taxa. O ideal é que seja de até 1% ao ano. Quanto maior a taxa, menor será a rentabilidade”, diz Ana Vitória Baraldi, economista da gestora Véríos.

Segundo estudo da gestora, que analisou os dez maiores fundos de renda fixa do mercado, todos com mais de 15 mil cotistas e disponíveis para pessoas físicas, a taxa média de administração, ponderada pelo patrimônio dos fundos, é de 2,3% ao ano.

Conforme o levantamento, a maior parte do patrimônio dessas carteiras (72%) está aplicada em títulos públicos indexados à taxa básica de juros, papéis que os investi-

dores podem adquirir diretamente do Tesouro Nacional.

Ao investir R\$ 5.000 por um ano num fundo com taxa de administração de 2,3%, por exemplo, o poupador poderia esperar R\$ 5.328 ao final do período. A mesma quantia aplicada no Tesouro Selic pelo Tesouro Direto renderia R\$ 5.400,13 em um ano.

Na caderneta de poupança, o valor obtido seria menor, R\$ 5.362, mas ainda assim o rendimento seria superior aos ganhos do fundo, segundo cálculos da Véríos.

Para Jaques Cohen, planejador financeiro da consultoria Lab do Valor, a poupança deixa de ser um patinho feio. “Quem investe na caderneta consegue, pelo menos, ganhar da inflação, ou seja, protege o poder de compra”, diz.

A poupança também é opção para acumular pequena quantia por poucos meses, desde que o dinheiro não seja resgatado em menos de 30 dias.

Mesmo com juros menores, o Tesouro Selic continua atrativo. “Se a Selic vem caindo, é porque a inflação está em queda. O que importa é o juro real, a diferença entre o juro nominal e a inflação”, diz Cohen.

Além disso, o custo para investir no Tesouro Direto costuma ser baixo, com taxa de custódia de 0,3% ao ano (cobrada pela Bolsa para guardar os títulos) e de corretagem. Das 69 instituições habilitadas a operar com o Tesouro Direto, 15 têm taxa zero.

› SAIBA MAIS

QUEDA DA SELIC MUDA REGRA DA POUPANÇA

A rentabilidade da poupança muda conforme o patamar da taxa básica de juros. Quando a Selic está acima de 8,5% ao ano, como agora, a caderneta rende TR (Taxa Referencial) mais 6,17% ao ano. Se a Selic chegar a 8,5%, como o mercado espera, o rendimento passará a ser 70% da Selic mais TR.

Brasileiro quer se aposentar aos 61 com renda anual de R\$ 70 mil

Pesquisa feita pela gestora americana BlackRock examina expectativas de investidores

Começar a poupar cedo ajuda a preservar padrão de vida na hora da aposentadoria, dizem especialistas

DE SÃO PAULO

O investidor brasileiro pretende se aposentar aos 61 anos e espera viver até os 81, com renda anual de cerca de R\$ 70 mil, menos de R\$ 6 mil por mês, segundo estudo da gestora americana BlackRock, antecipado à **Folha**.

A renda necessária para aposentadoria muda conforme o perfil do poupador. Entre investidores de varejo — com até R\$ 200 mil em aplicações financeiras, segundo os critérios da gestora —, o valor cai para R\$ 35 mil por ano, o que não dá R\$ 3 mil por mês.

Para os investidores de alta renda — com carteira de aplicações superior a R\$ 200 mil —, a quantia cresce para R\$ 110 mil ao ano, conforme a pesquisa, que entrevistou mil investidores no Brasil.

Os montantes consideram a manutenção de despesas básicas, de acordo com o padrão de vida atual dos investidores.

“Parecem valores acanhados, mas não contemplam gastos extraordinários na aposentadoria, como viagens”, diz Carlos Takahashi, consultor sênior da BlackRock no Brasil.

A quantia acumulada depende do esforço de poupança ao longo do tempo. Para alguns especialistas, a reserva ideal precisa gerar, durante a fase da aposentadoria, um rendimento mensal de pelo menos 70% da renda que o trabalhador tinha na ativa.

Outros defendem um percentual maior, de até 90%. Na prática, não há uma receita de bolo. “O ideal é evitar uma redução no padrão de vida que afete itens essenciais como alimentação, vestuário etc.”, afirma Rogério Araújo, especialista em previdência e diretor da TGL Consultoria.

COMEÇAR CEDO

Para não ter dor de cabeça no futuro, a recomendação básica é criar o hábito de poupança o mais cedo possível, com aplicações que complementem a contribuição à Previdência, diz Takahashi.

Quem começa aos 25 anos, por exemplo, precisaria investir mensalmente R\$ 1.550 para obter renda anual de R\$

70 mil, conforme simulações feitas por Ivens Gasparotto Filho, diretor de análise e alocação da Guide Life, empresa de planejamento financeiro da Guide Investimentos.

Um investidor que começasse aos 35 anos a formar reservas para aposentadoria teria de aumentar para R\$ 2.710 o aporte mensal se quisesse alcançar o mesmo objetivo.

Para uma pessoa que resolvesse investir a partir dos 45 anos, o esforço seria ainda maior: seria preciso poupar todo mês mais que o dobro em relação ao investidor que deu a largada dez anos antes.

“Definir o tempo até se aposentar, conhecer o padrão de vida atual e ter disciplina para guardar um valor mensalmente fazem parte do planejamento financeiro com foco na aposentadoria”, afirma Araújo, da TGL.

O cálculo do dinheiro que será necessário na aposentadoria deve levar em conta, ainda, o aumento da expectativa de vida no país. No caso de quem tem 60 anos, por exemplo, a esperança é de viver, em média, por mais 22 anos, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (DANYLO MARTINS)



ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

Simulações mostram quanto poupar para se aposentar aos 61 anos

Para ter, por 20 anos, renda anual de	Começar a poupar com	Quanto por mês, em R\$
R\$ 35 mil	25 anos	780
	35 anos	1.360
	45 anos	2.750
R\$ 70 mil	25 anos	1.550
	35 anos	2.710
	45 anos	5.500
R\$ 110 mil	25 anos	2.430
	35 anos	4.260
	45 anos	7.930

Prioridades financeiras

- 1 Poupar dinheiro
- 2 Poupar/investir para a aposentadoria
- 3 Aumentar riqueza
- 4 Preservar riqueza
- 5 Rendimentos de poupança e investimentos
- 6 Pagamento de cartões de débito e crédito
- 7 Pagamento de despesas com saúde
- 8 Educação das crianças
- 9 Negócio próprio
- 10 Poupar para comprar uma casa

Fontes: Pesquisa BlackRock Investor Pulse 2017 e Guide Life

Gasto com saúde também precisa ser considerado

DE SÃO PAULO

Gastos com saúde, que costumam crescer na aposentadoria, também não podem ser ignorados por quem decide poupar para preservar o padrão de vida quando a velhice chegar.

“A inflação dos planos de saúde é muito mais alta do que a inflação oficial”, diz Ivens Gasparotto Filho, diretor de análise da empresa de planejamento financeiro Guide Life.

No mês passado, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), órgão regulador do setor, definiu que as operadoras de planos de saúde poderão reajustar os valores dos seus contratos em até 13,55%.

No acumulado dos últimos 12 meses, o IPCA, índice oficial da inflação no país, acumulou alta de apenas 3,60%, abaixo do centro da meta oficial estabelecida pelo governo, que é de 4,5% atualmente.

Os custos com saúde representam o quarto maior risco para o futuro financeiro, na visão dos investidores brasileiros entrevistados pela gestora americana BlackRock. Esse item só fica atrás da preocupação com a economia local, a alta do custo de vida e a instabilidade política. (DM)

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

GRANDE ESCALA

A insegurança nas cidades médias brasileiras aumentou a ponto de se equiparar à dos grandes municípios. Uma pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que 44% dos moradores de localidades que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes já foram vítimas ou têm parentes que sofreram assalto, furto ou agressão no ano anterior à pesquisa.

ESCALA 2

O percentual é idêntico ao registrado nas cidades de mais de 500 mil habitantes. Nas cidades de menos de 50 mil moradores, o índice é de 28%. A pesquisa foi realizada pelo Ibope.

ESCALA 3

Quando os entrevistados questionam se a pessoa já presenciou situações de violência e se sentiu exposta, o percentual é de 70% nos municípios de até 50 mil habitantes, 84% nas médias e 86% nas grandes cidades.

TUDO CERTO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer favorável à juíza Kenarik Boujikian, que sofreu censura do Tribunal de Justiça de SP por ter soltado 11 presos sem ouvir os colegas magistrados. Eles estavam presos há mais tempo do que a pena fixada em sentença.

NA LEI

O caso, que teve ampla repercussão no meio jurídico, está sendo julgado no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que volta a examiná-lo nesta terça (13). De acordo com Janot, a magistrada “proferiu todas as 11 decisões de maneira fundamentada e baseada no fato de que os réus estavam recolhidos a tempo maior do que suas penas”.

INESPERADO

O pré-candidato à Presidência Levy Fidelix compartilhou enquete em sua conta no Facebook perguntando quem era o nome mais preparado para ser presidente. E perdeu: Jair Bolsonaro (PSC) teve 700 votos enquanto ele ficou com 100 votos.

FRENTE E VERSO

A defesa de Danilo Gentili decidiu pedir ao MPF (Ministério Público Federal) para apurar eventual prática de ato de improbidade pela deputada federal Maria do Rosário (PT). Ele questiona a parlamentar por usar a estrutura jurídica da Câmara para enviar notificação a ele por ataques a ela no Twitter.

PAPEL 2

A notificação foi rasgada por Gentili, que colocou os pedaços de papel na cueca e os mandou por correio para a deputada. Ele mostrou tudo em um vídeo, que a Justiça mandou ser removido. A Câmara acionou a Polícia Federal para investigar o comediante.

PAPEL

A Procuradoria Parlamentar tem como finalidade “defender a instituição, seus órgãos e seus integrantes quando atingidos em sua honra ou imagem”.

AMOR EM SP

A cartunista Laerte, a cantora Tiê, o dramaturgo Hugo Possolo e o vereador Eduardo Suplicy vão falar sobre os lugares de São Paulo que marcaram suas vidas amorosas para o projeto Mapas Afetivos.



A iniciativa reúne depoimentos de famosos e anônimos com uma representação em realidade virtual dos locais citados. Os novos casos estão sendo incluídos para comemorar o dia dos namorados.

QUERO SER LASSIE

A cachorra Estopinha — que tem 2,8 milhões de seguidores no Facebook — vai participar ainda neste ano em uma longa-metragem de ficção sobre cachorros em que ela será o personagem principal. A Cão Cidadão, empresa paulistana que agencia a cadelinha, vai tocar o trabalho em parceria com a produtora Academia de Filmes.

VINICIUS MOTA

A confiança abalada

SÃO PAULO - A evidência historiográfica, de 30 anos para cá fortalecida por técnicas oriundas das ciências duras, deixa cada vez mais nítido o papel decisivo dos laços de confiança entre as pessoas para o sucesso ou o fracasso relativo das nações.

Nathan Nunn, de Harvard, concluiu que o maior peso na exportação de escravos entre 1400 e 1900 causou subdesenvolvimento em regiões africanas que figuravam entre as mais prósperas do continente antes do início do ciclo escravista.

Quando a própria liberdade está ameaçada pelo vizinho, disposto a guerrear e sequestrar para vender gente, a confiança desaparece, e a sociedade se fragmenta e empobrece. Leia-se “O Esplendor de Portugal”, de Lobo Antunes, para ter uma ideia do que isso significou para Angola.

Dessa ótica, a trajetória do Brasil desde a redemocratização tem sido, para os otimistas, de acerto de contas com a herança extrativista e oligárquica. Aos solavancos, o país rumaria para o restrito grupo dos pa-

íses em que o acesso ao poder e ao dinheiro está franqueado a todos.

Já os pessimistas tomam os solavancos não como exceção, mas sim como regra. Ganharam pontos nas últimas semanas, pois abalou-se a adesão ao postulado crucial de que a lei vale para todos.

Um empresário assumiu subornos e crimes em série, mas em troca de uma operação ainda mal explicada e açodada em que envolveu os presidentes da República e do PSDB, ganhou imunidade penal.

Uma penca de provas de abuso ostensivo do poder de compra no pleito de 2014 foi ignorada pela maioria do TSE. Fica a mensagem de que o vale-tudo para eleger-se, mormente nas campanhas vultosas e importantes, não será necessariamente punido na Justiça especializada.

Surge agora ameaça de conflito entre vizinhos institucionais. O Brasil da desconfiança e dos conchavos volta a insinuar-se, com sua cara horrível e ancestral.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

LEANDRO COLON

Prioridade número um

BRASÍLIA - O presidente “reformista” ficou para trás, ao menos agora, e por culpa do próprio Michel Temer, que recebeu um empresário para uma conversa espúria no Palácio do Jaburu no dia 7 de março.

Exato um mês depois, em uma sexta-feira e sem saber do encontro com Joesley Batista, perguntei a Temer, em entrevista que ele deu à **Folha** em seu gabinete, se poderia mencionar um erro de gestão. “Eu acho que não cometi nenhum erro. Cometi acertos derivados de muita coragem”, respondeu, corajosamente.

Virada a página constrangedora e vergonhosa do TSE, Temer começa a semana tentando conter a debandada de tucanos e em busca de uma ofensiva para barrar na Câmara a denúncia que será feita contra ele pelo procurador-geral, Rodrigo Janot.

As prioridades de um governo mudam em uma crise política profunda. Os interesses do país geralmente são relegados a um plano inferior.

Por exemplo, a principal aposta de Temer para tirar o país da UTI econô-

mica era a reforma da Previdência. A bomba da delação da JBS estourou em um momento importante de negociação da proposta, quando o Planalto fazia contas na base e planejava votá-la em primeiro turno na Câmara até o início do mês de junho.

O governo sairá no lucro se conseguir apreciar o texto no segundo semestre. No máximo, tem chances de concluir a reforma trabalhista no Senado —o que terá sido um grande feito diante do atual cenário político.

Temer manterá o discurso de que seu foco continua sendo a administração, embora trabalhe com uma só prioridade a partir de agora. Para tanto, mais do que nunca precisa do Congresso. Hoje, o peemedebista tem os 172 votos necessários para evitar que o STF abra um processo. Mas e daqui a duas, três semanas?

De certo modo, enfrentará o desafio que Dilma Rousseff encarou sem sucesso: impedir a desidratação do apoio de um baixo clero inconfiável, venal e que tradicionalmente abandona um barco à beira do naufrágio.

RUY CASTRO

Mais times do coração

RIO DE JANEIRO - Leitores me cobraram pelas omissões na coluna de sábado (10), em que listei os times do coração de alguns clássicos da música e da literatura. Por questão de espaço, elas eram inevitáveis. Pois aqui vão mais listas — e, certamente, novas omissões.

A grande dupla das chanchadas tomava partido: Oscarito era América; Grande Otelo, Flamengo. As rainhas dos auditórios, também: Emilhina (e Dalva de Oliveira), Botafogo; Marlene, Fluminense. Mas Virginia Lane, “a vedete do Brasil”, era Flamengo, assim como Ângela Maria, Elza Soares e as irmãs Linda e Dircinha Baptista. Cauby Peixoto, idem. Roberto Silva, o maior cantor que o Brasil não descobriu, era Botafogo. Pery Ribeiro, também. Orlandivo, Fluminense. E Tim Maia, América.

Antonio Maria era Vasco; Dolores Duran, Flamengo. Jorge Goulart era Fluminense; e Nora Ney, sua mulher, Olaria (foi enterrada com a bandeira do clube). Flamengo eram tam-

bém Geraldo Pereira, Blecaute, Miltoninho, Ed Lincoln e Simonal. Já Haroldo Barbosa, autor de “Eu Quero um Samba”, “Pra que Discutir com Madame” e “Tim-tim por Tim-tim”, era Fluminense (num Fla-Flu, apostou o bigode com Ary Barroso. E ganhou).

Os Cariocas, na sua formação original, se dividiam: Ismael e Severino eram Vasco; Badeco e Quartera, América. E os maestros? Radamés Gnattali, Botafogo; Lyrio Panicali, Fluminense. E no choro? Jacob do Bandolim, Vasco; Waldir Azevedo, Flamengo. E no samba? Ismael Silva, Vasco; Ataulfo Alves, Flamengo. Cartola, Fluminense; Nelson Cavaquinho, Vasco. Zé Kéti, Vasco; Billy Blanco, Flamengo. E João Nogueira, Flamengo; Jamelão, Vasco.

E hoje? João Bosco, Moacyr Luz e Paulo Cesar Pinheiro são Flamengo. Beth Carvalho e Zeca Pagodinho, Botafogo. Mas ninguém bate o Vasco na área do samba: Paulinho da Viola, Guinga, Nei Lopes, Martinho da Vila, Aldir Blanc e Nelson Sargento.

GIULIANA VALLONE

Rastro digital

O jornal estudantil “Crimson”, da Universidade Harvard, revelou em reportagem na última segunda (5) que dez calouros perderam suas vagas na instituição graças a postagens ofensivas no Facebook.

As publicações feitas em grupo privado na rede social continham piadas sobre vítimas de abuso sexual, Holocausto e grupos étnicos. Ainda assim, seu conteúdo chegou ao conhecimento da universidade, que decidiu revogar a matrícula dos estudantes.

Embora indique, obviamente, problemas maiores no caso desses alunos, o fato mostra o desconhecimento dos jovens (e da maioria dos usuários da internet) sobre sua exposição on-line.

A sensação de privacidade é enganosa. Quanto você sabe sobre seu rastro digital? O que as pessoas conseguem descobrir ao buscar pelo seu nome?

“Privacidade não significa mais a mesma coisa. Só que sua mãe pode não saber de algo que você fez logo depois de você fazê-lo”, diz Luvvie Ajayi, autora do livro “I’m Judging You: The Do-Better Manual” (estou te julgando: manual para agir melhor, em tradução livre).

Os jovens que nasceram na era da internet não entendem o peso do que postam on-line. E estão longe de saber a importância de sua reputação digital para a entrada na vida adulta. E, então, vem o segundo problema: o histórico digi-

tal prejudica a possibilidade de mudarmos de opinião, a percepção sobre nosso amadurecimento.

Todos nos arrependemos de coisas ditas anos atrás. Junte a falta de bom senso, comum entre adolescentes, à conectividade, e você terá uma infinidade de posts dos quais se arrepender no futuro.

Podemos ser confrontados o tempo todo com avaliações equivocadas do passado, coisas das quais nos envergonháramos terrivelmente hoje.

Como é possível provar que não pensamos como antes? É sua palavra contra a sua própria palavra. Você acreditaria na reabilitação de alguém que fez um comentário preconceituoso no passado? Pois é.

Tudo isso torna a educação digital a necessidade da hora.

Esse esforço terá de envolver instituições, educadores e, sim, as empresas de tecnologia. Para elas, é vital que os usuários utilizem suas plataformas de maneira positiva. Já sofrendo pressão para ajudar a coibir as “fake news”, elas podem ver no futuro um movimento bem pior para os negócios: a ideia de que o único jeito de salvar sua reputação digital seja simplesmente não existir on-line.

Enquanto isso, algumas dicas: 1) descubra o que você está mostrando aos outros na internet; 2) revise suas opiniões passadas com frequência e 3) na hora de postar, siga o conselho de Ajayi. Pense se você gostaria de ver sua publicação em um telão na Times Square, em Nova York. Se a resposta for não, NÃO POSTE.

GIULIANA VALLONE é secretária-assistente de Redação.

Senhor do tempo

A Câmara vai entrar em compasso de espera esta semana, no aguardo da apresentação da denúncia do procurador-geral, Rodrigo Janot, contra Michel Temer. Líderes da Casa dizem que, hoje, o governo tem votos para barrar o processo, mas o aconselham a acelerar o rito. Com fatos novos, o quadro pode se alterar. Uma vez no Congresso, a ação irá para Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo PMDB. Caberá a um correligionário do presidente, portanto, indicar o relator do caso.

Roteiro O regimento estabelece prazos para a tramitação da denúncia. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) é o presidente da CCJ e indicará o relator. Só no colegiado o caso pode se arrastar por até 15 sessões. Em seguida, vai ao plenário. Nele, Temer precisará de 172 votos.

Como está Integrantes da cúpula do PSDB trabalham para que o partido diga nesta segunda (12) que fica na base de Temer até segunda ordem. As falas de Geraldo Alckmin e João Dória são tratadas como referência. Os dois são apontados como nomes para o Planalto em 2018.

Atestado O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, aguardado na reunião desta segunda (12) para opinar sobre o desembarque dos tucanos, avisou que não poderá comparecer. Está gripado.

Tema correlato O Conselho de Ética do Senado, presidido por um peemedebista, tem maioria para enterrar o pedido de cassação de Aécio Neves (PSDB-MG). O tucano trabalha com afinco para manter o PSDB ao lado do governo.

Lula lá O ex-ministro Gilberto Carvalho, um dos petistas mais próximos ao ex-presidente Lula, vai assumir a chefia de gabinete da senadora Gleisi Hoffmann (PR) na presidência do partido.

Pacote completo Rui Falcão, que comandava a legenda antes de Gleisi, também deve ter um cargo na executiva nacional. Colocou, porém, uma condição a Lula: só vai se puder disputar vaga na Câmara em 2018.

Coisa nossa Discursos de integrantes do PT contra a decisão do TSE que absolveu a chapa da ex-presidente Dilma Rousseff e Michel Temer causaram confusão na sigla.

Vida que segue Depois de conseguir a progressão da pena para o regime semiaberto, o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolatto entregará esta semana à Justiça um pedido para trabalhar na iniciativa privada, em uma empresa de Brasília.

O que é que há? A oposição a Temer tem debatido a ausência de manifestações de rua em meio à crise. Diz que o desencanto com a política é linear e lamenta que nem fatos novos, como a decisão do TSE, tenham mobilizado atos contra o governo.

Para inglês ver As principais centrais sindicais não aderiram à greve chamada para o dia 30. Querem fazer um sinal ao Planalto no momento em que Temer indica que pode ceder para aprovar as reformas, em especial a da Previdência Social.

Sentido! O governo está focado em tentar aprovar a reforma trabalhista até o fim da próxima semana. Tentará mostrar força política do presidente em meio à instabilidade causada pela aguardada denúncia da PGR.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

tiroteio

Acuado por tantas denúncias, Temer tira a capa de constitucionalista e manda às favas a independência entre os poderes.

DO DEPUTADO CHICO ALENCAR (PSOL-RJ), sobre a disposição do governo Michel Temer de partir para o enfrentamento com a PGR e o Supremo.

contraponto

Instinto selvagem

Em cerimônia na quarta-feira (7), na qual autorizou a construção de duas novas barragens na região de Campinas e um piscinão na bacia do Rio Baquirivu-Guaçu, em Guarulhos, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) mencionou obras que devem ampliar o abastecimento de água na capital. Entre elas, a do Rio Itapanhaú. Durante seu discurso, o tucano contou que a proposta foi alvo de uma ação do Ministério Público:

— O promotor questionou: ‘E como ficam os crustáceos?’ — disse.

— Respondemos dizendo que gente também é bicho e ganhamos a ação! — concluiu.

Batalhão... Havia expectativa de manifestações em frente à corte eleitoral. O governo do DF montou esquema de guerra para o julgamento. Mil policiais foram destacados para o primeiro dia. Nos demais, 500.



... inoperante Nenhum grande protesto ou incidente foi registrado no local.

Nem o básico

Muita coisa persiste por reformar, no Brasil, mas ainda resta muito também por construir. O saneamento decerto figura no alto da lista dos serviços básicos que deveriam ser prestados pelo poder público, de forma universal, e seguem distantes disso.

Segundo o Instituto Trata Brasil, apenas 43% dos dejetos produzidos pela população terminam tratados. A pior situação prevalece na região Norte (16%), e a melhor, no Centro-Oeste (50%). O rico Sudeste posiciona-se pouco acima da constrangedora média nacional: 47%.

O que não é tratado vai parar nos rios e represas. Não é outra a razão para a morte de rios como o Tietê e o Pinheiros, na região metropolitana de São Paulo, e para programas bilionários de despoluição que nunca terminam.

São raras, nesse campo, boas notícias como a desta quarta-feira (7): inaugurou-se uma estação de tratamento de esgoto em Barueri, na Grande São Paulo. A nova instalação poderá tratar dejetos de 1,2 milhão de pessoas.

Com isso deve melhorar o índice de beneficiamento do esgoto gerado na área atendida pela Sabesp (companhia paulista de saneamento), que em 2016 foi de 69% —um desempenho vergonhoso para o Estado mais desenvolvido do país.

O governador Geraldo Alckmin

(PSDB) prometeu, em março, universalizar até 2021 o saneamento básico na região metropolitana. O anúncio se deu em inauguração de obras de desassoreamento do Tietê em Guarulhos —município que pouco tempo atrás tratava meros 3% do esgoto e só a partir de 2008 deslanchou obras para três estações de processamento.

Se a construção dessa infraestrutura anda lentamente na parte mais desenvolvida do país, imagine-se no restante. A cobertura de tratamento de esgoto progrediu na última década, mas em ritmo de jabuti, um ponto percentual por ano.

Nessa toada, torna-se inexecutável a meta de alcançar a universalização até 2033, como prevê o Plano Nacional de Saneamento Básico.

Segundo a consultoria GO Associados, estamos com pelo menos 20 anos de atraso em relação ao que seria desejável para atingir o objetivo. Despendem-se no país R\$ 11 bilhões por ano nas redes de água e esgoto, quando seriam necessários R\$ 20 bilhões anuais.

A diferença para que se consiga manter a água limpa é, pois, de R\$ 9 bilhões. A comparação de tal valor com o que se esvai pelos ralos da corrupção e da ineficiência ajuda, sem dúvida, a entender por que o Estado fracassa nas tarefas mais mezinhas. Com efeito, sobra muito o que sanear no país.

Retrocesso ambiental

Em nome dos compromissos assumidos no Acordo de Paris, Temer deve vetar a redução de áreas protegidas aprovada pelo Congresso

Até o dia 19, o presidente Michel Temer (PMDB) tem uma decisão significativa pela frente: vetar ou não as alterações promovidas pelo Congresso nas medidas provisórias 756 e 758, ambas editadas pelo Executivo no ano passado.

O que decidir servirá (ou não) para confirmar a guinada da política ambiental. Haverá repercussões internacionais, pois ficará claro para os outros 194 signatários do Acordo do Clima de Paris se o presente governo federal leva a sério os compromissos assumidos em 2015.

Em tela encontram-se tamanhos e limites de várias unidades de conservação. O destaque vai para a Floresta Nacional do Jamanxim (PA), na Amazônia, que na origem tinha 13 mil quilômetros quadrados (área 60% maior que a da região metropolitana de São Paulo).

Na proposta do Executivo, sob pretexto de acomodar obras da ferrovia Ferrogrão, ela perderia 3.000 km². Com a modificação pelo Legislativo, a redução foi para 7.400 km² (parte dos quais foram reclassificados em categorias menos restritivas de área protegida).

Com as outras alterações nas duas medidas provisórias, inclusive em domínio de mata atlântica, estima-se que no saldo final ocorra a desproteção de 6.000 km² de flores-

tas. Parte dessas terras foi irregularmente ocupada e desmatada — como mostra a **Folha** nesta segunda (12)—, o que faz prever que cresça o incentivo para mais destruição.

Prosseguir com os cortes nas taxas de devastação da Amazônia observados entre 2004 e 2014 é decisivo para honrar as metas de redução nas emissões de carbono assumidas voluntariamente pelo Brasil no quadro do Acordo de Paris.

A perda de florestas, afinal, ainda é, por aqui, a maior fonte de lançamento de gases do efeito estufa na atmosfera. No entanto, o desmatamento sofreu um repique nos últimos dois anos na Amazônia e dá sinais de retomada também na combalida mata atlântica.

Doadores internacionais de recursos para preservação e combate à mudança do clima manifestam preocupação com a reversão da tendência. Alemanha e Noruega, por exemplo, juntas reservaram a projetos de conservação no Brasil mais de R\$ 10 bilhões.

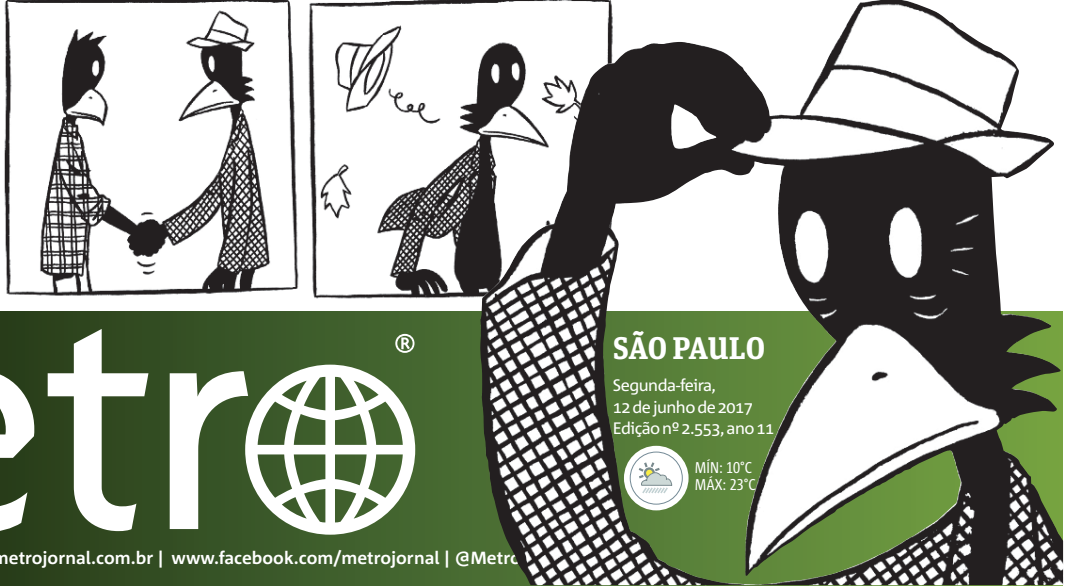
Seja por razões programáticas ou pragmáticas, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho (PV), defende que Temer vete as modificações introduzidas no Congresso. Mais que isso: pôs a própria reputação em jogo ao se dizer convicto de que o veto virá.

É a coisa certa a fazer, para pôr termo aos retrocessos ambientais que o Congresso tem patrocinado. Mas nada garante que Temer não venha a dar mais valor aos votos que a bancada ruralista pode garantir-lhe em caso de necessidade.

U metro jornal é impresso em papel certificado FSC - garantia de manejo florestal responsável. METRO Papel RECICLADO

VIDA DE CORVO

'SSHHHH!' USA AVE PARA RETRATAR O DIA A DIA PÁG. 11



metro



SÃO PAULO

Segunda-feira, 12 de junho de 2017 Edição nº 2.553, ano 11

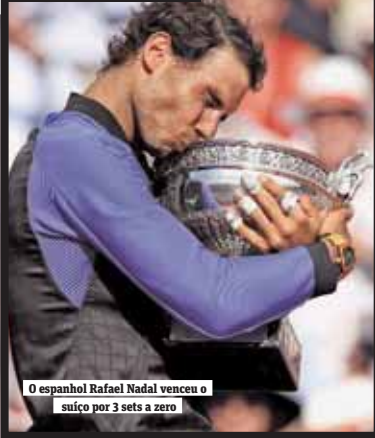


MIN: 10°C MÁX: 23°C

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @Metro

CLIVE BRUNSKILL/GETTY IMAGES

ROLAND GARROS



O espanhol Rafael Nadal venceu o suíço por 3 sets a zero

Nadal atropela Wawrinka e conquista a 10ª taça do Aberto da França PÁG. 14

CAMPEONATO BRASILEIRO



Jadson, que já jogou no São Paulo, marcou o terceiro gol do Timão em Itaquera

COM AMOR, COM CARINHO

Corinthians bate o São Paulo por 3 a 2 e dispara na liderança do Brasileirão PÁG. 14

RODRIGO GAZZANEL/FUTURA PRESS

Remoção de tatuagem será paga por 'vaquinha'

Entidade arrecada R\$ 19,9 mil para custear a retirada de tatuagem feita à força na testa de garoto PÁG. 02

Usuários voltam à Cracolândia após ação

Policiais cercaram praça Princesa Isabel, dispersaram dependentes químicos e prenderam traficantes PÁG. 03

Temer luta para apagar incêndios no pós-TSE

Presidente lida com a rebeldia de aliados como o PSDB, que deve cobrar para se manter na base PÁG. 06

RECICLADO E SEM FOSFÓRICO. NÃO ESTE LOMBA PARA O LECTOR

Polícia ocupa, mas usuários retomam nova Cracolândia

No centro. Forças de segurança cercaram a praça Princesa Isabel na manhã de ontem, dispersaram dependentes químicos e prenderam dois traficantes. Poucas horas depois da ação, porém, usuários retornaram para a área verde

O que eles disseram

Três semanas depois de desfazer o 'fluxo' da Cracolândia, forças de segurança voltaram na manhã ontem ao centro de São Paulo dessa vez para interromper a venda e o consumo de drogas no novo endereço escolhido pelos dependentes químicos: a praça Princesa Isabel.

A ação – que resultou na prisão de dois traficantes e na apreensão de cerca de 2kg de crack, R\$ 1,6 mil em dinheiro e três celulares – conseguiu remover todas as barracas montadas na área, mas não impediu que os usuários de drogas retornassem ao local horas depois.

A Polícia Militar e a GCM (Guarda Civil Metropolitana) isolaram o trânsito do entorno e entraram na praça por volta das 6h. Não houve nenhum incidente violento e ninguém se feriu. Antes de se dispersarem, alguns usuários atearam fogo nas barracas. As chamas se espalharam com rapidez e o Corpo de Bombeiros precisou ser chamado.

A ação durou cerca de uma hora e meia e enquanto as equipes da prefeitura ainda faziam a limpeza, o governador Geraldo Alckmin e o prefeito João Doria, ambos do PSDB, foram até o local.

Os tucanos repetiram que as ações na Cracolândia serão contínuas, que o foco da intervenção policial é coibir o tráfico e que os usuários de drogas

98

peças foram presas na região da Cracolândia desde a operação do dia 21 de maio – sendo 96 por tráfico de drogas

terão acolhimento de saúde e assistência social. Doria disse o 'fluxo' no centro vai diminuir.

Dispersos após a entrada das forças de segurança, os dependentes químicos não demoraram em retornar à praça Princesa Isabel. O regresso foi acompanhado pela polícia e pela GCM, que revistaram os usuários de drogas e impediram o acesso com objetos para montar novas barracas.

Além da operação policial do Estado, segundo a prefeitura, a limpeza da praça e a retirada das tendas de lona (que servem tanto para abrigo como para 'encobrir' o uso de drogas) eram também objetivos da ação de ontem, e só foram possíveis com saída temporária dos usuários de drogas.

Primeiro ato

A operação policial anterior foi realizada em 21 de maio e desocupou o ponto de maior concentração da Cracolândia, na alameda Dino Bueno. Foi após essa ação que os dependentes químicos migraram para a praça Princesa Isabel. **METRO**



Polícia e GCM entraram na praça pela manhã enquanto barracas eram incendiadas | MARCELO GONCALVES/SIGMAPRESS/FOLHAPRESS



Usuários puderam voltar para a praça (no fundo) após serem revistados | BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

“Esse é um trabalho permanente, não vai resolver do dia para a noite, mas não deve haver concentração porque facilita a vida do traficante e dificulta a abordagem (dos usuários de drogas)”

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR

“O que não vamos permitir é instalação de equipamentos financiados pelo PCC. Acabou o shopping center ao ar livre. A Polícia Civil, PM e GCM vão manter a ação de combate. A intenção não é estabelecer novos endereços, é fazer ações para que as pessoas possam ser acolhidas”

JOÃO DORIA, PREFEITO

“A ação visa acabar com a estrutura que estava sendo montada aqui (na praça) e que facilita o comércio ilícito de entorpecentes. Estamos desenvolvendo um trabalho voltado para (combater) o traficante”

MÁGINO ALVES BARBOSA, SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Entidades discutem Programa de Metas na Câmara amanhã

A primeira versão do Programa de Metas (2017-2020) da gestão João Doria (PSDB) será debatido por entidades a partir das 18h de amanhã no auditório Prestes Maia na Câmara Municipal (viaduto Jacareí, 100, centro).

O encontro é aberto ao público e será promovido por Teto Brasil, Instituto Pólis, Rede Nossa São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil e Cidade dos Sonhos,

que analisaram o conteúdo do plano e as mais de 20 mil contribuições populares.

Exigido pela Lei Orgânica da cidade, o programa foi apresentado em março aos vereadores e lista 50 metas para serem cumpridas até o fim do mandato, com foco em cinco eixos de desenvolvimento: Social, Econômico e Gestão, Humano, Urbano e Meio Ambiente e Institucional. **METRO**

O que é?

É o documento que apresenta as metas e projetos para cada um dos setores da administração pública para os próximos 4 anos. A lei determina que o programa deve ser apresentado em até 90 dias após a posse e que a prefeitura deve prestar contas à população a cada 6 meses.

SP. Congresso debaterá jornalismo de educação

Acontece nos próximos dias 28 e 29 deste mês o primeiro Congresso de Jornalismo de Educação do Brasil, no campus Vila Olímpia da Universidade Anhembi Morumbi (zona oeste).

Organizado pela Jeduc (Associação de Jornalistas de Educação), o congresso terá 17 mesas com jornalistas, educadores e representantes do governo e de órgãos fiscalizadores, com palestrantes do Brasil, Chi-

le, Estados Unidos, Argentina e Turquia.

É possível ver a programação e escolher as palestras pelo site do congresso (congresso.jeduc.com.br).

O valor da inscrição – que também pode ser feita no site – é de R\$ 20 para estudantes, R\$ 40 para associados do Jeduc e R\$ 80 para não-associados. O campus da Anhembi Morumbi está localizado na rua Casa do Ator, 275. **METRO**

Previsão do tempo

Frio bate recorde, mas perde força nesta semana

Depois de registrar ontem a madrugada mais fria do ano (com média de 8,7°C na cidade e até 3°C em Capela do Socorro, na zona sul), a capital deverá ter menos frio nesta semana. Segundo o Inmet, a mínima hoje será de 11°C, sem chuva. Amanhã, há possibilidade de pancadas de chuva e mínima de 13°C. **METRO**

DIÁRIO DO GRANDE ABC

CONFIRA
418
oportunidades de empregos na região
Economia 6

Quatro motoristas por hora perdem a carteira na região

Cresce número de condutores que têm suspensão o direito de dirigir por ultrapassar limite de infrações

Exatas 33.028 carteiras nacionais de habilitação foram suspensas em 2016 no Grande ABC. É como se quase quatro motoristas a cada hora ultrapassassem o limite de infrações

(20 pontos) permitido pela legislação de trânsito ou cometessem alguma falta gravíssima, como dirigir embriagado, pilotar motocicleta sem capacete ou participar de rachas. O número

de condutores punidos cresceu 5,27% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 31.372 casos. Especialistas acreditam que aumento se deve à ampliação da fiscalização nas sete cidades. Para retomar o direito de guiar é preciso cumprir período longe do volante, que pode chegar a um ano, e frequentar curso de reciclagem.

Setecidades 1

‘Eu não ia roubar’

“Pelo amor de Deus, quebrem meus dois braços, mas não façam isso.” O apelo de adolescente de 17 anos, de São Bernardo, foi ignorado pelo tatuador Maycon Wesley Carvalho dos Reis e pelo pedreiro Ronildo Moreira de Araújo. Desconfiada de que o garoto tentara furtar uma bicicleta, a dupla tatuou, como castigo, a frase ‘Eu sou ladrão e vacilão’ na testa do menino, que nega o crime. “No dia eu tava muito bêbado, caindo. Foi quando derrubei a bicicleta e fui pegar ela para levantar”, conta o rapaz, que já conseguiu dinheiro para remover a inscrição. Suspeitos estão presos, acusados de tortura.

Setecidades 4



DIA DOS NAMORADOS



Jéssica de Sousa Rocha e Jhonatan de Jesus Santos namoram há dois anos, mas dizem nunca terem se beijado. Eles guardam a expectativa para o dia do casamento, daqui a 50 dias. Desempregado, o casal vende alfajores no Centro de São Bernardo para juntar os R\$ 10 mil que custearão as bodas.

Setecidades 1

NO FUTURO

Capital pode ter espaço controlado para uso de crack, afirma Prefeitura

Coordenador do programa Redenção na Capital, Arthur Guerra disse ontem que estuda a possibilidade de criar em São Paulo áreas controladas para uso de crack: “Quem sabe, no futuro, passe a poder?”.

Setecidades 4

CINCO ANOS DEPOIS

Odebrecht pede a Sto. André que reduza valor cobrado em contrapartida a condomínio

A Odebrecht Realizações pleiteia diminuir contrapartida ao município de Santo André pela construção do Condomínio Cidade Viva, no bairro Jardim, em 2012. Empresa quer reduzir o tamanho de terreno que serviria

para a construção de escola pública com 630 vagas. Proposta é que área passe de 7.077 metros quadrados para 1.118 – e o valor correspondente, de R\$ 7,2 milhões a R\$ 1,8 milhão. Pedido gera polêmica.

Política 3



MAIS QUE MIL PALAVRAS. Corinthianos e são-paulinos no jogo em Itaquera

BRASILEIRÃO

Corinthians vence o clássico contra Tricolor e segue líder

O Corinthians venceu ontem por 3 a 2 o São Paulo pela sexta rodada do Campeonato Brasileiro, mantendo a escrita de nunca

ter perdido para o rival na arena de Itaquera, na Capital. Timão segue invicto no Nacional, que lidera com 16 pontos.

Esportes 3

NO SUL

Foz bate o Tigre, que conhece 1º revés na Série D do Brasileiro

São Bernardo perdeu ontem por 2 a 1 do Foz de Iguaçu, no Paraná, pelo Brasileiro da Série D. Primeira derrota não custou liderança.

Esportes 2

ÍNDICE

Política/Economia	4
Esportes	4
Cultura&Lazer	4
Setecidades/	
Indivéis/	
Empregos&Oportunidades	6

Nesta edição 20 páginas

EDITORIAL

O ensino de Português

COLUNAS

MEMÓRIA: Talentos do futebol que saíram da região *Setecidades 2*

PALAVRA DO BISPO: Importância de se praticar caridade *Setecidades 4*

CÍNTIA BORTOTTO: Empreender não é para qualquer um *Economia 6*

Odebrecht pede reanálise de contrapartida ao Paço

Construtora do Cidade Viva, em Sto. André, solicitou reconsideração; conversão aponta R\$ 1,8 mi

FÁBIO MARTINS

fabiomartins@dgabc.com.br

A Odebrecht Realizações, responsável pelas obras do empreendimento Cidade Viva, em Santo André, formalizou pedido de reconsideração da contrapartida estabelecida com a Prefeitura, em 2012. À época, o acerto fechado no termo de compromisso compreendia a demanda da área de terreno à Educação, apontando que a implantação geraria impacto de 210 vagas em creche e 420 postos de Ensino Infantil e Fundamental, sem citar valores.

Inicialmente, o parâmetro usado descrevia espaço de 7.077 metros quadrados – o

que poderia atingir, se levado em consideração o preço de mercado, R\$ 7,2 milhões. Com a atualização, foi reduzido para 1.118 m² de área de construção. Hoje, conforme novo cálculo, a compensação financeira convertida envolveria R\$ 1,8 milhão. A mudança foi submetida à apreciação do CMPU (Conselho Municipal de Política Urbana), no fim de maio. O órgão – deliberativo, composto por representantes da sociedade civil e do poder público –, no entanto, rejeitou a proposta, em votação tensa. Foi feita requisição de novo crivo, desta vez marcado para dia 22.

A empresa oficializou o documento, datado de novembro,

em que solicita ao Paço verificar “se a medida mitigatória está adequada e proporcional”. Em relação aos números iniciais, a conta cai e registra criação de 77 vagas em creches e 13 em Ensino Infantil, por exemplo. O empreendimento, localizado na Avenida Industrial, no bairro Jardim, prevê a construção de três condomínios, sendo dois residenciais, totalizando 1.416 unidades habitacionais e 449 comerciais.

Ao todo, são 54 contrapartidas, restando ainda duas exigências a serem executadas. A penúltima trata de reforma total de edifício administrativo remanescente das antigas instalações industriais e o outro corres-

ponde a questão financeira.

A companhia alega ter solicitado “um esclarecimento” de como se daria objetivamente o cumprimento da medida, uma vez que o texto inicial não é claro, inconclusivo. “Os cálculos foram firmados pela equipe técnica da Prefeitura que atua no assunto desde seu início. A conversão, números, áreas e valores foram validados pela área de Educação e Secretaria de Desenvolvimento”, relata, por nota, adicionando que das 52 compensações realizadas, já foi investido o valor correspondente a R\$ 15,3 milhões. “O orçamento total atualizado é de cerca de R\$ 18 milhões.”

O Paço sustenta que a conver-

são da obrigação se dá por conta da nova metodologia de cálculo aplicada internamente desde 2013, com base nos dados do Censo de 2010, “identificando com maior precisão a demanda”. A Prefeitura “entende que a alteração proposta atende a demanda gerada, porém encaminha a solicitação à apreciação do CMPU, que é quem terá a palavra final”. Secretário de Desenvolvimento, Ailton Li-

ma (SD) avalia que o montante estipulado está dentro da razoabilidade, mas “não haverá decisão unilateral”. O prefeito Paulo Serra (PSDB) afirma, por sua vez, que o governo estuda fórmula para acabar com os critérios subjetivos. Segundo ele, projeto será em breve encaminhado à Câmara, possivelmente até julho. “Queremos fazer isso com total transparência e estabilidade ao empreendedor.”

PTB inicia planejamento eleitoral para 2018



Campos Machado acredita que sigla ainda pode crescer 30% no Estado de São Paulo

HUMBERTO DOMICIANO

humbertodomiciano@dgabc.com.br

O PTB iniciou processo de estruturação de possíveis candidaturas a deputado estadual e federal pelo Grande ABC e pelo menos cinco nomes deverão participar do pleito na região.

Em Santo André, o atual vice-prefeito Luiz Zacarias é cotado como um potencial candidato. A intenção do partido é ter um postulante a uma cadeira na Câmara Federal e outro para a Assembleia Legislativa pela cidade.

Já no município de São Bernardo, o ex-vereador Admir Ferro é citado como um possível nome na disputa. São Caetano e Mauá são ou-

tras cidades que estão em processo de definição de candidaturas. Em Diadema, o lançamento de candidatos dependerá da reformulação do diretório municipal.

Para o presidente estadual da legenda, o deputado Campos Machado, o PTB espera aumentar em 30% o número de filiações até o ano que vem. “Se isso acontecer, passaremos a ser o partido com mais filiados no Estado. Nosso projeto é audacioso e não esperava que a gente conseguisse viver o melhor momento da história atualmente”, completou o parlamentar.

Na visão do deputado, o processo de filiação deve superar inclusive o de outras le-

gendas no Estado. “Somos o terceiro partido em São Paulo, perdendo apenas para o PT do Lula e para o PMDB, ainda impulsionado pelo Quércia (*Orestes, ex-governador, falecido em 2010*). Hoje temos 180 prefeitos e vice”, destacou o petebista.

LIDERANÇA

Campos Machado teceu elogios ao prefeito de Santo André. “Estou vendo no Paulo Serra (*PSDB*) sinais de que estamos diante da possibilidade de ter uma liderança regional que há muito tempo não temos”, pontuou.

O petebista afirmou mais uma vez que o PTB apoiará a candidatura do governador Geraldo Alckmin (*PSDB*) à Presidência da República.

“Se o Geraldo não for o candidato, teremos uma cha-

pa própria”, analisou.

Por fim, o deputado também acredita que o presidente Michel Temer (*PMDB*) deve concluir o mandato até 2018. “A saída

dele não seria boa para o País. Entendo que ele aguentará até o fim. Seria uma irresponsabilidade se fosse diferente disso”, finalizou o deputado estadual.

RIO GRANDE DA SERRA

Advogados pedem impeachment de Maranhão

Grupo protocola requerimento de cassação alegando que tucano comete série de ilegalidades

VINICIUS BARBOSAEspecial para o **Diário**

viniciusbarbosa@dgabc.com.br

Grupo de advogados protocolou na tarde de sexta-feira pedido de impeachment do prefeito de Rio Grande da Serra, Gabriel Maranhão (PSDB), alegando que o tucano cometeu série de irregularidades no exercício do mandato.

Os profissionais alegaram que Maranhão infringiu o regimento interno do Legislativo, a LOM (Lei Orgânica do Município) e legislações federais, apontando que o governo tucano não disponibiliza de forma adequada receitas, contas e gastos no Portal da

Transparência; não responde ou demora para atender requerimentos de vereadores; e por não garantir segurança de prédios municipais.

Grande parte da ação destina-se ao item que trata sobre suposta omissão ou negligência do prefeito na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município sujeita à administração da Prefeitura (artigo 372, inciso 9º, do Regimento Interno da Câmara, e inciso 8º do artigo 4º do decreto-lei número 201/67).

“Destaca-se quanto à situação precária e degradante em que se encontra o prédio da Etec do município, diante da estrutura rachada

e uma série de irregularidades, como aparentes problemas estruturais no prédio principal, nos termos dos apontamentos realizados pelos relatórios que foram anexados juntamente com os relatórios de vistoria técnica emitidos durante a obra e os ofícios que foram encaminhados ao prefeito a respeito das pendências que não foram resolvidas até a presente data”, escreveu o grupo de advogados, ao justificar a representação. “Ressalta-se que a omissão do senhor prefeito gera também grave risco de vida aos alunos que frequentam as aulas da citada Etec nos termos do que é relatado pelos dois dos relatórios produzidos pela unidade assinados pelo diretor da escola técnica, Claudio Kubilius.”

O documento foi protocolado no gabinete do presidente da Câmara, João Mineiro (PSDB), que avaliará o pedido e dará encaminhamento ao pedido de im-

peachment ao plenário – os vereadores podem rejeitá-lo logo de início.

O **Diário** não localizou Maranhão para comentar o assunto.

Grande ABC está com 418 vagas de trabalho disponíveis

PAT de Ribeirão Pires conta com 110 postos, enquanto Portal Mais Emprego, do governo federal, abre 188 oportunidades na região

GABRIEL RUSSINI

Especial para o **Diário**
gabrielrussini@dgabc.com.br

Para quem está desempregado ou em busca de um novo emprego, os centros públicos municipais e o Portal Mais Emprego, gerido pelo governo federal, estão disponibilizando 418 oportunidades. Na semana passada, a região contava com 784 chances. O **Diário** costuma divulgar os postos disponíveis nas sete cidades todas as segundas-feiras.

Em Ribeirão Pires, o PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador) conta com 110 vagas. Os destaques são 30 postos para trabalhar como técnico de enfermagem e outros 30 como auxiliar, e ambos exigem especialização do interessado. Também há 20 oportunidades para técnicos de enfermagem com experiência em hemodiálise ou UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Além desses, o posto de Ribeirão tem dez vagas para atuar como repositor de mercadorias, voltadas exclusivamente para pessoas que possuem deficiência.

Em São Bernardo, o CTR (Centro de Trabalho e Renda) possui 67 postos em aberto, com destaque para 20 deles, que são para trabalhar como repositor de mercadorias, dez para auxiliar de cozinha, dez para atuar como ajudante de carga e descarga e uma para repositor de mercadorias voltada a pessoas que têm deficiência.

O CPTR (Centro Público de Trabalho e Renda) de

Mauá disponibiliza 37 chances. Dessas, 17 vagas pedem apenas Ensino Fundamental: são 12 postos para motorista de ônibus, para trabalhar na região e no Jabaquara. Há ainda 12 chances para costureira geral – para atuar na cidade –, que não exigem instrução. Para quem tem experiência no setor de serviços há três postos para cozinheiro, três para garçom, uma para jardineiro, uma para vendedor e uma vaga para atendente de telemarketing, direcionada para pessoas com necessidades especiais.

O Painel de Emprego de São Caetano da Sert (Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho) registra 16 vagas nesta semana, sendo dez para operador de telemarketing receptivo, duas para confeiteiro, duas para técnico eletrônico, uma para técnico mecânico e outra para operador de torno com comando numérico.

Os interessados devem comparecer às unidades municipais com carteira de trabalho, RG e CPF. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Na maioria das vezes, as empresas contratantes exigem que as pessoas tenham o 2º grau completo, possuam experiência de pelo menos seis meses na função em que desejam trabalhar e alguma qualificação específica para determinadas vagas, como curso para técnico e auxiliar de enfermagem ou eletricitista. Mas isso não é uma regra: tudo varia de acordo

com a companhia.

É importante lembrar que o CPETR (Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda) de Santo André está temporariamente suspenso em relação à captação de vagas. Atualmente, o local presta atendimento ao trabalhador no que diz respeito à confecção de carteira de trabalho e solicitação do seguro-desemprego. O prefeito Paulo Serra (PSDB) havia dito que o serviço voltaria a funcionar em abril, o que não aconteceu. De acordo com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), a antiga gestão não prestava contas ao órgão, o que gerou a suspensão do repasse.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Geração de Empregos de Santo André, Ailton Lima (SD), afirmou que irá a Brasília tentar resolver o impasse ainda neste mês. A unidade de Diadema também não funciona desde abril do ano passado por problemas de repasse de verba. Rio Grande da Serra não informou se há vagas disponíveis no município.

ALTERNATIVA

O Mais Emprego, do MTE, está com 188 vagas na região (*ver a arte ao lado*). Para acessar os postos basta se cadastrar no site www.maisemprego.mte.gov.br, clicar em *Cadastro do trabalhador* e preencher a ficha de inscrição que questiona a área e a escolaridade. O login de acesso é enviado por e-mail poucos minutos após preenchimento das informações.

VAGAS DISPONÍVEIS NO PORTAL MAIS EMPREGO – MINISTÉRIO DO TRABALHO

SANTO ANDRÉ

Ocupação	Total
Supervisor administrativo	1
Confeiteiro	1
TOTAL	2

SÃO BERNARDO

Cozinheiro geral	30
Operador de telemarketing ativo e receptivo	20
Auxiliar nos serviços de alimentação	18
Técnico em nutrição e dietética	15
Operador de telemarketing receptivo	10
Frentista	4
Motorista de ônibus urbano	3
Vendedor do comércio varej.	2
Atendente de lanchonete	2
Servente de obras	2
Auxiliar de biblioteca	1
Motorista de caminhão	1
Costureiro na confecção em série	1
TOTAL	109

SÃO CAETANO

Mecânico de manutenção de automóveis	3
Técnico eletrônico	2
Operador de telemarketing ativo e receptivo	1
Operador de telemark.recep.	1
Confeiteiro	1
Instalador	1
TOTAL	9

DIADEMA

Faxineiro	20
Fiscal de loja	15
Supervisor administrativo	3
Auxiliar de manut. predial	2
Operador de torno com comando numérico	1
Técnico mecânico	1
Estofador de móveis	1
Anal. de desenv. de sistemas	1
Jardineiro	1
TOTAL	45

MAUÁ

Garçom	3
Costureiro na confecção em série	2
Cozinheiro geral	1
Auxiliar nos serviços de alimentação	1
Mecânico de manutenção de automóveis	1
Motorista de caminhão	1
Jardineiro	1
Auxiliar de escritório em geral	1
Técnico em segur. do trabalho	1
Porteiro de edifícios	1
Técnico de planejamento de produção	1
Soldador	1
Pedreiro	1
Prof. instrutor de ensino e aprend.	1
TOTAL	17

RIBEIRÃO PIRES

Cozinheiro geral	2
Costureiro na confecção em série	2
Auxiliar de contabilidade	1
TOTAL	5

RIO GRANDE DA SERRA

Assistente de vendas	1
TOTAL	1



Produção agrícola sobe 24,1% em um ano

O VPA (Valor da Produção Agropecuária) do Estado de São Paulo, que mede a renda agrícola “dentro da porteira”, atingiu R\$ 78,5 bilhões em 2016, volume 24,1% superior ao total calculado para 2015, segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Para se chegar ao VPA paulista são selecionados os 53 produtos mais significativos da agropecuária paulista e utilizados os dados extraídos dos Levantamentos por Municípios de Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, realizados cinco vezes por ano pelo IEA com a Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). Para as olerícolas e frutas, exceto batata, cebola, mandioca para mesa e tomate, bem como para os de banana, laranja e tangerina, foram utilizados os preços da Ceagesp (Companhia de Entrepósito e Armazéns Gerais de São Paulo). Os produtos são divididos em seis grupos: produtos para indústria, produtos animais, frutas frescas, grãos e fibras, olerícolas e produtos florestais. “O VPA calculado regularmente pelo Instituto de Economia Agrícola se constitui em ferramenta importante para o acompanhamento dos resultados econômicos das principais atividades agropecuárias”, diz o secretário Arnaldo Jardim.

Desempenho

Os grupos grãos e fibras e frutas frescas apresentaram níveis “excepcionais” de crescimento do VPA, de 50,92% e 42,29%, respectivamente. Todos os grãos apresentaram elevação expressivas de preços, destacando-se os de feijão (87,12%), amendoim em casca (64,87%) e milho (13,83%). A variação dos preços da soja não foi tão exuberante quanto a dos demais grãos, segundo o relatório do IEA, mas foi a que apresentou a maior expansão de produção, 19,92%, o que contribuiu para que seu VPA acusasse elevação expressiva de 36,5%. Os cinco primeiros colocados no ranking do VPA responderam por 62,84% da riqueza total do Estado de São Paulo, sendo que a cana-de-açúcar, sozinha, participou com 35,78%, seguida pelas carnes bovina (12,42%) e de frango (5,39%), laranja para indústria (5,05%) e soja (4,21%).

Destaques

As regiões agrícolas de São João da Boa Vista, Barretos e Itapeva continuam liderando o ranking agrícola do Estado, com valor da produção de R\$ 3,80 bilhões, R\$ 3,56 bilhões e R\$ 3,36 bilhões, respectivamente. São João da Boa Vista responde por 5% do VPA do estado, e apresenta diversidade e equilíbrio na produção. A regional de Itapetininga, que em 2015 ocupava a nona colocação, subiu para a quarta posição, com R\$ 3,09 bilhões. Presidente Prudente ocupava esta colocação, e desceu para o quinto lugar, com R\$ 2,93 bilhões.

Cana e carne

Demonstrando a importância do setor canavieiro e da pecuária de corte para o Estado, a cana de açúcar é um dos cinco produtos de maior VPA em 33 das 40 regiões paulistas, sendo o principal produto em 24 delas, e a carne bovina aparece como um dos principais itens em 35 regionais, ocupando a 1ª colocação em cinco delas. Já o leite está presente entre os cinco principais produtos em 12 regiões paulistas, com destaque para a bacia leiteira do Vale do Paraíba (Guaratinguetá e Pindamonhangaba) e Presidente Venceslau. A olericultura tem maior participação no valor da produção da região de Sorocaba, que tem a beterraba e o repolho como itens de maior valor.

Inovação trabalhista

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região lançou, na quinta-feira, durante o 17º Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, em Paulínia, no Interior Paulista, o aplicativo JTe (Justiça do Trabalho Eletrônica), que permite o acesso gratuito de trabalhadores, advogados e empresas à movimentação processual, às decisões prolatadas e a outros documentos, por meio de aparelhos celulares, tanto no sistema operacional Android como no iOS. Segundo o órgão, o acesso é rápido e a qualquer tempo, via dispositivo móvel. A jurisdição do TRT da 15ª Região, com sede em Campinas, abrange 599 municípios paulistas. Entre outras facilidades, o JTe possibilita consultar as pautas de audiências e sessões, podendo o usuário ainda escolher quais processos quer acompanhar. A consulta pode ser feita pelo número do processo, por ano e por vara. O usuário pode definir quais processos pretende acompanhar.

O GLOBO

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2017 AMÉRICAS - R\$ 30,00

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

ESPORTES

FLAMENGO SE SALVA DA DERROTA

Em Florianópolis, o rubro-negro empatou em 1 a 1, num jogo em que a arbitragem recuou, de forma polêmica, da marcação de pênalti para o Aval. No Engenheiro, Botafogo e Cortiã empataram em 2 a 2.



DIA DE GUGA E NADAL

Vinte anos após seu 1º título, o ex-tenista brasileiro foi homenageado na quadra de Roland Garros, antes da final que deu ao espanhol sua 10ª taça.

Omissão de socorro

Médica alega que não atende crianças

A médica Haydee Marques da Silva disse que se recusou a atender um menino de 1 ano e 6 meses, que morreu em seguida, porque não é pediatra. Com formação em anestesiologia, ela alegou ainda que estava estressada por ter discutido com o motorista da ambulância chamada para socorrer o bebê, no Recreio. Investigada por homicídio culposo, a médica deve prestar depoimento hoje à polícia. **PÁGINA 10**

Desfalque na segurança

Rio tem 3.161 agentes cedidos

Apesar da escalada da violência no Rio, mais de três mil policiais, bombeiros e agentes penitenciários estão cedidos a outros órgãos públicos. Só da PM, são 2.044 policiais longe dos quartéis. O número é 31% do efetivo que patrulha as ruas do estado a cada turno. **PÁGINA 7**

CUSTO DO DESEJO

Como escapar do consumismo

Colunista Sammy Dana mostra quanto é preciso trabalhar para comprar um bem e lança calculadora que estará no site do GLOBO. **PÁGINA 18**

Eleições francesas

Macron próximo de nova vitória

Resultado da primeira etapa do pleito legislativo na França indica liderança do partido do presidente, Emmanuel Macron, abrindo o caminho para suas reformas. **PÁGINA 21**

A REPÚBLICA INVESTIGADA

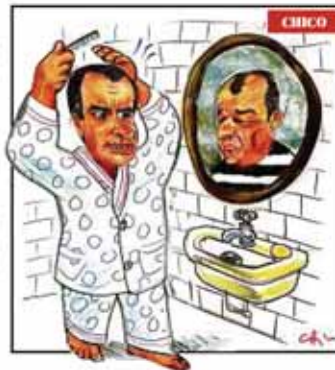
Aécio e Alckmin pressionam PSDB a ficar no governo

Reunião de hoje tem forte movimento pela manutenção da aliança com Temer

Enquanto o senador afastado luta por sua sobrevivência política e depende de votos do PMDB para não ser cassado no Conselho de Ética, governador de São Paulo tenta fortalecer sua candidatura em 2018

Em conversas com o Palácio do Planalto lideradas pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e pelo senador afastado Aécio Neves, o PSDB, pressionado pelos dois tucanos, mudou a tendência da última semana e pode permanecer no governo. Apesar da insistência de parlamentares mais jovens do PSDB e de parte significativa da bancada pelo desestabelecimento da base do presidente Michel Temer, o partido caminha para concluir a reunião da Executiva, hoje, sem uma votação que exponha o racha

na legenda. Segundo dirigentes do PSDB, os quatro ministros que ocupam as pastas de Relações Exteriores, Secretaria de Governo, Cidades e Direitos Humanos devem continuar, mas os parlamentares poderão, se confirmado o movimento, posicionar-se como quiserem sobre o governo no Congresso. Já existem, porém, articulações para substituir deputados que pensam em votar pelo acatamento da provável denúncia contra o presidente que a Procuradoria-Geral da República prepara. **PÁGINA 3**



Planalto quer votação rápida de denúncia

Aliados planejam liquidar em dez dias a provável acusação do procurador Janot a Temer. Ministro da Justiça liga para Fichin e nega espionagem. **PÁGINA 4**

JBS: donos venderam R\$ 10 milhões em ações

Na véspera de delação vazar, venda de ações por controladores foi de R\$ 10 milhões. **PÁGINA 16**

RICARDO NOBLAT

É como se Temer fosse um alpinista com dificuldade de respirar; arrisca-se a morrer congelado ou por asfixia. **PÁGINA 2**



'FLUXO' DA CRACOLÂNDIA

Usuários de drogas deixam a Praça Princesa Isabel, em São Paulo, após mais uma ação da prefeitura e do governo do estado para acabar com a Cracolândia. Seis horas depois, o grupo voltou ao local. **PÁGINA 6**

SEGUNDO CADERNO

GRANDE FAMÍLIA

Cláudia Abreu estreia hoje como produtora, autora e atriz da série 'Valerina', nova aposta do Globo.



GENTE BOA
Órgão de Patrimônio da União manda Ação da Cidadania deixar sua sede.

SOCIEDADE

Jeffrey Miron
ECONOMISTA ESTUDA CUSTO DE PROIBIR DROGAS **PÁGINA 15**

PF: notas de operador indicam repasses a secretário de Pezão

Contabilidade de propina de Luiz Carlos Bezerra teria citações a Affonso Monnerat e ao governador

JULIANA CASTRO
juliana.azevedo@oglobo.com.br

Homem da estrita confiança do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), o secretário de Governo do Rio, Affonso Monnerat, aparece em anotações encontradas na casa de Luiz Carlos Bezerra, apontado como operador no esquema que, segundo o Ministério Público Federal (MPF), era comandado pelo ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), hoje preso. Os investigadores afirmam que se trata de uma espécie de contabilidade da propina.

De acordo com investigadores, a inscrição "Monerá" nas anotações de Bezerra diz respeito ao secretário de Pezão. Nos papéis, "Monerá" está relacionado a anotações de "20.000", o que significa R\$ 20 mil. Segundo relatório da Polícia Federal, é uma possível referência ao repasse de propina ao secretário.

Em algumas dessas páginas do caderno de Bezerra, a citação a Monnerat aparece logo abaixo da palavra "Pé", que seria uma alusão a Pezão. A citação ao governador consta em quatro folhas ao lado do número "140.000", o que significa R\$ 140 mil segundo os investigadores. Ao desvendar o nome do secretário nas anotações, nas quais aparece por ao menos seis vezes, a PF soma mais um problema à já delicada situação de Pezão.

Como O GLOBO noticiou em fevereiro, a PF apontou em relatório indícios de que Pezão recebeu propina do esquema e sugeriu o envio das informações ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma vez que o peemedebista tem foro. As informações foram remetidas por determinação do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio. Bretas é responsável por jul-

gar os casos da Operação Lava-Jato no Rio.

Affonso Monnerat foi levado coercitivamente para depor na Operação O Quinto do Ouro, a mesma em que foram presos cinco conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ), em abril deste ano. Ele foi citado na delação do ex-presidente do tribunal Jonas Lopes, que disse que se encontrou com Pezão no Palácio Guanabara para saber quem seria o interlocutor do governo para os repasses ao TCE-RJ. Segundo o ex-conselheiro, o governador deu o nome de Monnerat. O secretário de Governo afirmou à época que desconhecia o teor das investigações e não iria comentá-las.

HOMEM DE BASTIDOR

O secretário se aproximou de Pezão por meio do ex-presidente da Alerj Paulo Melo (PMDB), de quem foi chefe de gabinete entre 1995 e 2004. Monnerat saiu do cargo para disputar a prefeitura de Bom Jardim, na Região Serrana, sendo eleito e reeleito. No segundo mandato, deixou a administração municipal para se tornar subsecretário da Região Serrana. A nomeação aconteceu após a tragédia das chuvas na serra, em janeiro de 2011.

Monnerat é considerado um homem de bastidor, avesso a aparições públicas, evitando inclusive almoços e jantares oficiais. Ele respondeu junto com o ex-secretário de Obras do Rio Hudson Braga, outro homem da confiança de Pezão e preso na Lava-Jato desde novembro, a um processo por irregularidades na contratação de empresas para a reconstrução de pontes após a tragédia. A ação corre na Vara Federal de Nova Friburgo.

Procurados, o governador

Luiz Fernando Pezão e o secretário de Governo, Affonso Monnerat, afirmaram que desconhecem o fato e que nunca receberam recursos ilícitos.

Além de Monnerat e Braga, outro homem de confiança de Pezão já foi envolvido nas investigações: o subsecretário de Comunicação, Marcelo Santos Amorim, o Marcelinho, também levado coercitivamente a depor na Operação O Quinto do Ouro. Na ocasião, Pezão declarou que Monnerat e Marcelinho permaneceriam no governo. Marcelinho é casado com uma sobrinha do governador.

O subsecretário de Comunicação foi citado na delação de Jonas Lopes e de seu filho Jonas Lopes Neto. Eles disseram que Marcelinho participou de desvio de 15% dos valores liberados pelo fundo de modernização do TCE-RJ para pagamento de despesas de alimentação de presos com a "aquiescência do governador". Segundo o filho de Jonas, Pezão se beneficiou com R\$ 900 mil em recursos desviados do esquema que funcionava no tribunal. Ele também citou que Monnerat tinha conhecimento das operações ilícitas.

Também em delação, o doleiro Álvaro Novis afirmou que entregou dinheiro em espécie, em mais de uma oportunidade, outro assessor de confiança de Pezão, Luiz Carlos Vidal Barroso, o Luizinho. Amigo do governador há 30 anos, ele foi apontado pelo delator como emissário indicado por Pezão para receber repasses de dinheiro em 2014. Novis foi preso em janeiro e é réu em processo que tramita na 7ª Vara Federal Criminal junto com Cabral.

O ex-governador também foi citado por executivos da Odebrecht nos depoimentos após acordo de colaboração premiada. ●

Golpe em saque do FGTS é descoberto em SP

Polícia prende 20 suspeitos de integrar quadrilha para roubar recursos

MARTHA BECK

marthavb@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA Os trabalhadores que têm dinheiro para sacar de suas contas inativas do FGTS precisam ficar atentos a novos golpes que surgiram na praça. No sábado, 20 pessoas foram detidas em São Paulo suspeitas de integrar uma quadrilha que aplicava golpes pela internet para tentar roubar esses recursos. O grupo criou um site falso de consulta ao saldo das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Para poder acessar a página, os trabalhadores tinham que digitar dados pessoais, além de login e senha das contas. O site capturava as informações e os golpistas procuravam agências da Caixa nas quais era possível sacar o dinheiro sem cartão. As agências onde os valores foram sacados estão localizadas na capital paulista e na Grande São Paulo. No grupo de 20 pessoas, três foram presas com R\$

2.567 em espécie e 50 comprovantes de saque.

A Caixa informou, por meio de nota, que está cooperando com as autoridades competentes na investigação da quadrilha. Ainda de acordo com a instituição, os trabalhadores devem buscar sempre os canais oficiais de comunicação sobre o FGTS. O site do banco é <http://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/fgts>. Também é possível encontrar informações por meio do telefone 0800-726-0207, ou pelo aplicativo APP FGTS CAIXA.

HORÁRIO ESPECIAL

As agências da Caixa estão funcionando em horário especial para facilitar o saque de contas inativas. A penúltima rodada de atendimento — que inclui os trabalhadores que nasceram em setembro, outubro e novembro — começou no fim de semana. Mais de duas mil

agências funcionaram entre 9h e 15h. De hoje até quarta-feira, todas as agências vão abrir duas horas mais cedo.

Estima-se que 7,5 milhões de cotistas serão beneficiados. Ao todo, deverão ser retirados R\$ 10,9 bilhões do Fundo de Garantia nessa nova fase. De acordo com o Caixa, desde o início do saque dos recursos, já foram liberados R\$ 27,7 bilhões de contas inativas. Esse número que representa 95,2% do total. ●

Alunos pobres estão em escolas menos preparadas

Análise da Fundação Lemann revela que instituições têm diretores inexperientes e oferecem menos recursos aos estudantes

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br

Um levantamento feito pela Fundação Lemann divulgado hoje revela um aspecto curioso e ao mesmo tempo preocupante da educação pública brasileira: alunos com menor nível socioeconômico (NSE), que dependeriam ainda mais de um ensino de qualidade para reduzir desigualdades, são aqueles que estão em escolas menos preparadas. De acordo com a análise "As desigualdades na educação no Brasil: o que apontam os diretores das escolas", que traz respostas de 51.136 gestores escolares ao questionário da Prova Brasil, 10% dos diretores que comandam instituições que atendem alunos com NSE muito baixo dizem não ter concluído os estudos no ensino superior. O índice é de 5,6% entre os gestores de escolas onde o nível socioeconômico dos alunos é baixo — já naquelas onde os estudantes têm perfil mais abastado, o índice é de 0%.

Mesmo quando os diretores de escolas com perfil socioeconômico muito baixo têm ensino superior, falta experiência. Entre os que dirigiam instituições nesse perfil, 56,4% tinham, no máximo, sete anos de formados. A in experiência também é grande entre os gestores que trabalham em colégios onde os alunos têm nível socioeconômico baixo: 47,1% se formaram nos últimos sete anos. A taxa cai bastante quando analisadas escolas que atendem estudantes com características opostas. Naquelas onde o NSE é alto, 10,1% dos diretores se formaram há sete anos ou menos. Nas de nível muito alto, gestores com esse perfil são apenas 4%.

Para mensurar as diferenças socioeconômicas dos estudantes, o Ministério da Educação (MEC) leva em consideração posse de bens domésticos, renda e contratação de serviços pela família dos alunos, além do nível de escolaridade de seus pais. Os alunos podem ser distribuídos em seis estratos:

muito baixo, baixo, médio baixo, médio, médio alto, alto, muito alto.

O estudo também revela que boa parte dos diretores de escolas de menor NSE recebem baixos salários, o índice de docentes com vínculo com essas instituições é menor, entre outros aspectos que demonstram que o padrão de qualidade necessário para minimizar as diferenças entre esses alunos e jovens com melhor condição social não existe.

— As condições das escolas que atendem alunos de baixo nível socioeconômico são muito piores. As instituições não estão conseguindo contribuir para reduzir a desigualdade. A infraestrutura é pior, há mais carência em aspectos pedagógicos. É um cenário inadmissível. Os alunos que mais precisam são os de baixa renda, que necessitam que a escola compense as poucas oportunidades que eles têm fora dali, e vemos que está acontecendo o contrário — afirma Ernesto Faria, autor da análise e gerente da Fundação Lemann.

PROFESSORES SEM VÍNCULO

O vínculo de professores com as instituições de ensino que atendem alunos com menor poder aquisitivo também costuma ser mais raro. Segundo a pesquisa, entre as escolas com NSE muito baixo, 30% têm no máximo um quarto do corpo docente estável. Entre as instituições com NSE muito alto o índice é de 3,9%. A rotatividade de professores e o fato de muitos diretores estarem no início da carreira demonstram que, quando podem escolher, os educadores costumam ir para escolas com contexto mais favorável.

— Há mais professores temporários nas escolas que atendem alunos de baixa renda. Os professores mais bem formados e os diretores que podem escolher as instituições que vão coordenar não estão indo para aquelas que atendem alunos mais pobres. Os mais inexperientes, que muitas vezes não têm opção, é que vão. Em geral, as instituições com esse perfil ficam em regiões mais violentas, têm um ambiente pior,

não são bem vistas pela comunidade e, quando o professor e o diretor têm a possibilidade de escolher, evitam essa escola — explica Faria.

Para contornar a questão, Cesar Callegari, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) defende que os governos definam estratégias para conduzir os bons profissionais até essas escolas.

— O quadro é preocupante, porque reforça a desigualdade social a partir da desigualdade educacional. Todos sabemos que equipes escolares estáveis tendem a produzir um resultado educacional muito melhor, mesmo em condições socioeconômicas mais precárias — afirmou Callegari. — Pelo processo de gestão, é possível criar mecanismos para recrutar equipes mais preparadas para enfrentar problemas mais complexos. É possível dar aos professores e diretores incentivos de carreira e

remuneração que atraiam os melhores para lidar com os desafios.

Nas escolas onde as deficiências educacionais dos alunos são mais evidentes paradoxalmente é onde estudantes encontram menor apoio acadêmico. A análise mostra que, entre as instituições com NSE muito baixo, 19% dos diretores afirmaram não realizar atividades de reforço escolar, como monitorias, aulas extras ou recuperação. Nos colégios de nível socioeconômico baixo, o percentual foi de 16%. A falta mecanismos de apoio ao estudo ficou em 10% e 11% nas escolas de NSE alto e muito alto, respectivamente.

Todos esses índices, segundo especialistas, explicam outro dado da análise. Em mais de 80% das escolas mais pobres sobram vagas após a matrícula. Na visão dos educadores, o motivo é simples: as pessoas não querem estudar lá. ●

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 13.729 • 44 PÁGINAS • R\$ 1,50

Dois grupos disputam o Mané Garrincha

Pools de multinacionais, encabeçados por franceses e holandeses especialistas em arenas esportivas, estão interessados na parceria público-privada para ficar com o complexo do estádio. PÁGINA 16



David Augusto/Inf/Ag. Corinthians

A fortaleza do líder Corinthians

O Tisaço segue imbatível no Itaquerao diante do São Paulo. Equipe venceu o tricolor por 3 x 2 e continua firme no primeiro lugar na tabela do Brasileiro. PÁGINA 15



Luigi Braccini/Agf/FP

10 vezes Rafael Nadal!

Em dia de homenagem para Gustavo Kuerten, espanhol conquista o histórico décimo título no saibro de Roland Garros. PÁGINA 13

Denúncias de racismo crescem 1.190% no DF



Geo Correio/CS/DA Press

Levantamento do Ministério Público do Distrito Federal dá a dimensão do tamanho da intolerância. Nos últimos seis anos, as denúncias de crimes raciais dispararam e o ambiente de trabalho é o local em que há maior incidência de discriminação, seguido da via pública e da própria casa do agredido. Para pesquisadores, o aumento de casos é reflexo de uma mudança de comportamento. As pessoas não hesitam mais em denunciar. Os números do MP tornaram-se tema de um li-

vro, que será lançado hoje. Nele, os promotores alertam para a necessidade de as vítimas registrarem as agressões. Conheça histórias de gente que não se calou diante do crime, que é inafiançável e prevê pena de um a três anos de prisão.

que será lançado hoje. Nele, os promotores alertam para a necessidade de as vítimas registrarem as agressões. Conheça histórias de gente que não se calou diante do crime, que é inafiançável e prevê pena de um a três anos de prisão.

PÁGINAS 17 E 18

Foto: Ed. Neves/CS/DA Press



Um dia só para eles!

Rafael Avelar e Gabriela de Moura: morando em cidades diferentes, o casal pretende desfrutar cada minuto juntos

Casais aproveitaram o domingo para antecipar a celebração do Dia dos Namorados ou para planejar as comemorações de hoje. O comércio está otimista e espera crescimento de 5% nas vendas. Para muitos, porém, pode até haver troca de presentes, passeios ou jantares românticos, mas o que importa mesmo é passarem a segunda juntinhos.



Ketrí Bertoni e Lucas de Andrade: vinho, filme e comida em casa. Simplicidade dá tom especial ao amor



Lidia Helena e Vinicius Miuccy: fim de semana em um hotel

PÁGINA 22

Temer acredita que PSDB manterá apoio

Ed. Neves/CS/DA Press



Tucanos se reúnem hoje para definir se continuam ou não na base aliada. Uma ala do partido acredita que o abandono do governo, agora, quebra de vez a economia. Michel Temer tirou a marinha de ontem para uma caminhada. PÁGINA 7

Justiça

MP recorrerá contra a decisão do TSE

Nicolau Dino, vice-procurador-geral eleitoral, contestará absolvição da chapa Dilma-Temer por quatro votos a três. PÁGINA 3

Europa

A força de Macron nas urnas francesas

O recém-criado partido do presidente tem vitória esmagadora no primeiro turno das eleições legislativas e faz maioria dos deputados. PÁGINA 10

Ed. Neves/CS/DA Press



A força que vem do campo — Com aumento de 15% em relação à safra passada, a produção de soja na capital chega a 3,3 mil quilos por hectare. O diretor técnico da Coopa-DF, Claudio Malinski, comemora e vende da maior parte dos grãos para o exterior. PÁGINA 7



Cida Barbosa

Em um mundo assolado pela perversidade, é preciso proteger nossas crianças. PÁGINA 8



Flávia Duarte

Uma visita de corpo e alma — e não apenas para as fotos — à casa de Mandela. PÁGINA 19



Leonardo Cavalcanti

Joaquim Barbosa já se movimentou para uma possível candidatura em 2018. PÁGINA 4

Para o presidente da ANPR, absolvição da chapa Dilma-Temer arranhou imagem do TSE

“Uma página triste para a Justiça Eleitoral”

» RODOLFO COSTA

A criticada decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em absolver a chapa Dilma-Temer não passou em branco aos olhos do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho. Embora garanta total respeito ao julgamento, ele avalia a sentença como uma “página triste para a história da Justiça Eleitoral”.

O procurador questiona, inclusive, sob o ponto de vista técnico e jurídico, a decisão do TSE. Para ele, as provas presentes eram cabais e reconhecidas até pelos quatro ministros que votaram contra a condenação da chapa. “Todos confirmaram que as provas são graves, mas buscaram filigranas processuais para não dar sequência”, lamentou.

Diante das críticas, Robalinho entende como normal a decisão do vice-procurador-geral eleitoral, Nicolao Dino, de entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). “Nós todos sabemos que qualquer discussão é perfeitamente normal. Quando não se sabia do julgamento, especulavam que, se derrotado, o presidente (Michel Temer) recorreria”, destacou.

Embora as especulações políticas apontem que o presidente Temer possa ignorar a lista triplíce na sucessão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, Robalinho se diz tranquilo quanto a essa possibilidade. “Temos informações de pessoas próximas dele que afirmam que ele nem considera tal hipótese”, disse. Confira mais trechos da entrevista ao Correio:

Existe a preocupação de que o presidente Temer não respeite a lista triplíce para o cargo de procurador?

Estamos muito tranquilos. Há três semanas, o próprio presidente disse que vai respeitar a lista. E nós temos informações de pessoas próximas ao presidente que ele não autorizou e nem considera a especulação e a hipótese de nomear alguém fora da lista. Agora, não duvido que existam pessoas na coligação, seja no Congresso, ou no próprio governo, que avaliam a hipótese, mas são pessoas mal informadas.

Mal informadas?

Sobre como é a situação dentro do Ministério Público. Se ele designar alguém fora da lista, será alguém sem liderança. Não consigo enxergar, e acho que o governo sabe disso. Não consigo enxergar em que ajudaria, seja ao Estado, seja ao país, seja ao MPF, seja ao próprio governo, a nomeação de qualquer pessoa fora da lista.

Qual a importância de ser respeitada a lista triplíce?

OMPf tem prerrogativas iguais às dos magistrados. Isso significa que não existe hierarquia dentro do MPE. O Procurador-Geral não determina que um procurador em outra instância faça assim ou assado. Só o que precisa ser compreendido é o que significa em termos de distribuição. O poder Judiciário tem a mesma característica, mas o juiz é um poder da República. Ele dá a última palavra, é fundamental. O MPF é um magistrado que tem, por determinação, representar a sociedade e criar a demanda. Ele tem participação ativa muito maior. Isso significa que o MPF já que não tem hierarquia, precisa ter liderança e referência interna. Como o MPF tem que agir, é importante que aja com independência, impessoalidade e liderança.

O desrespeito à lista já gerou problemas?

O último procurador indicado sem a lista foi o dr. Geraldo Brindeiro, em 2001. É homem de bem, é respeitado por nós todos. É sub-procurador geral da República até hoje. É o único procurador-geral que não se aposentou. Mas ele não tinha liderança na casa. Não é nenhuma crítica pessoal, muito pelo contrário. É dizer que o tempo passou, as forças políticas estão diferentes, o MPF é muito diferente hoje da época dele, cresceu muito.

Essas especulações seriam uma retaliação ao atual procurador-geral, Rodrigo Janot?

O trabalho tem sido absolutamente impessoal. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, tem feito seu trabalho e já houve momentos em que a acusação partiu de outras forças políticas. Disseram antes que a PGR queria derrubar o governo Dilma. Que o ataque era só contra o PT. Agora, são outras forças políticas, inclusive, ligadas ao presidente Temer, que fazem reclamação, o que prova que trabalho é impessoal. Tem que ser investigado e será investigado, seja quem for que esteja envolvido em irregularidades. Eu não acredito em retaliação. Rodrigo Janot não é candidato ao terceiro mandato a procurador por decisão dele.

Como avalia a decisão do TSE no julgamento da chapa Dilma-Temer?

Para nós, mais do que qualquer outra categoria, o respeito à decisão judicial é uma máxima. Mas, dito isso, respeitar não significa que não se pode criticar. E acho que lamentar muito do ponto de vista técnico, jurídico, a decisão tomada pelo TSE. E, para isso, peço a licença de usar as palavras do ministro Luís Fux. “É muito complicado de se explicar

e se buscar filigranas processuais que não se sustentam, para desconhecer provas”. E foi isso que fez o TSE. As provas estavam lá. Eram provas cabais. Provas, aliás, reconhecidas por todos os quatro ministros que votaram pela absolvição da chapa. Todos os quatro confirmaram que as provas são graves e fatos são graves, e buscaram filigranas processuais para não dar sequência (ao processo). Temos lamentado sob o ponto de vista jurídico e, mais, diria que foi, com todo o respeito, uma página triste para a história de toda a Justiça Eleitoral. Já há, hoje, discussão sobre se a justiça deveria permanecer ou não. Não entro nessa seara de acabar com a Justiça eleitoral, mas só para mostrar a consequência. Acho que a Justiça Eleitoral tem um papel, mas ao julgar, mesmo com provas cabais, não é para levar às últimas consequências, provocou uma situação muito grave e, estruturalmente, enfraqueceu-se.

A decisão arranha a imagem do Judiciário?

O Judiciário é ainda mais sagrado. Arranhar é palavra forte, mas a Justiça Eleitoral em si, que é um ramo do poder Judiciário, saiu, sim, estruturalmente prejudicada. A Justiça como um todo, de certa forma, é atingida. Mas queria se restringir à Justiça eleitoral, porque acho que o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e a Justiça de primeira instância, todos os processos têm sido tratados de forma extremamente técnica.

A Polícia Federal está, de fato, fazendo pressão excessiva sobre o presidente Temer?

A PF é um órgão de Estado e está se comportando de maneira absolutamente correta, não está desrespeitando ninguém. No caso das pessoas que tem

privilegio de foro, o inquérito precisa ser autorizado por tribunais específicos, e foi. Portanto, a PF abriu inquérito porque assim foi pedido pelo MPF e autorizado pelo ministro (Edson Fachin). O fato de o presidente responder ou não responder é uma decisão dele. O direito de permanecer em silêncio é um direito constitucional, e todo e qualquer investigado pode não querer falar em momento algum.

O inquérito no Supremo poderia ter sido aberto sem a perícia dos áudios da delação da JBS?

As provas não se limitam aos áudios. Pelo que foi noticiado, tem provas. É, inclusive, contra a lei fazer um ato de diligência, de busca de provas, sem antes ter formalizado a abertura do inquérito. Então, há uma enorme confusão nisso. Primeiro se abre inquérito, que é uma própria garantia do investigado. De que tem que ter investigação formal contra ele para poder começar. Somos aliados antigos e conhecemos profundamente os peritos federais. Então, temos absoluta confiança no Instituto Nacional de Criminalística. Tenho certeza de que o laudo resolverá todas as questões colocadas. Outras provas existem e o inquérito continuará.

O que achou da notícia de que a Agência Brasileira de Inteligência estaria investigando o ministro Edson Fachin?

Não quero acreditar nisso. Se realmente tiver acontecido, talvez tenha sido o fato mais grave dentro de tudo o que falamos até aqui. Não acredito porque conheço a Abin. Nada tem a ver com aquele antigo SNI, política de arapongagem. É um órgão de Estado. Isso seria um atentado à democracia e às bases do Estado de direito, absolutamente inadmissível.

MEIO AMBIENTE

Canadenses da Belo Sun pretendem instalar na região a maior empresa de extração de ouro do país. O empreendimento de R\$ 1,5 bilhão pode alterar a vida de comunidades indígenas, algumas delas sem contato com o homem branco. Obra está paralisada

Mineradora ameaça índios em Belo Monte

► RENATO SOUZA
ESPECIAL PARA O CORREIO

A uma distância de 13 quilômetros da Usina de Belo Monte, no Pará, um projeto ainda maior e mais polêmico começa a chamar a atenção. A empresa canadense Belo Sun pretende instalar, na região, a maior mineradora de ouro do país. Mas o local é cercado pelo Rio Xingu, por três comunidades indígenas, além de 300 famílias que vivem do cultivo e da pesca. A mineradora pretende extrair 600 toneladas de ouro em 12 anos, ocupar 346 hectares, atuar ao longo de 120 quilômetros do Xingu e deixar um rastro de 504 milhões de toneladas de rejeitos de minério. Tudo isso com um investimento de R\$ 1,5 bilhão.

Em fevereiro deste ano, a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Pará emitiu autorização para que a obra tivesse início. No entanto, uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF)

resultou na paralisação do projeto, por conta do impacto ao meio ambiente e aos territórios indígenas. Entre as comunidades tradicionais que estão na região de Belo Sun, algumas são de indígenas isolados, ou seja, que nunca tiveram contato com o homem branco. As comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento seriam as que ficam nas terras indígenas de Pauçicamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Itatá.

O coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimil), José Cleanton, afirma que os indígenas não foram consultados sobre o projeto. "Qualquer obra próxima à terra indígena é uma ameaça. A Belo Sun está a uma distância de 9 a 10 quilômetros das aldeias. São três comunidades, mais a área do Itatá, que tem a presença de índios isolados. Eu moro nessa área há 20 anos e as alegações são sempre as mesmas. As empresas e governo falam em criar empregos, gerar

Divulgação



Caminhões preparavam o terreno, mas a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Pará suspendeu a obra

ganhos econômicos", destacou.

Se construída, a mineradora de Belo Sun integrará a paisagem que circunda a hidrelétrica de Belo Monte. A usina já provocou uma

redução de 80% na vazão do Rio Xingu, usado por comunidades locais para irrigar as plantas, para o consumo de água e para a pesca. O ouro é usado por indígenas

para comércio e para a confecção de acessórios. Ao todo, cinco decisões da Justiça proibem o andamento das obras.

O advogado Carlos Alberto Oli-

veira ingressou com uma ação contra o empreendimento no Supremo Tribunal Federal (STF). "Eu decidi entrar com ação por conta do projeto gigantesco. Não tem nenhuma discussão em âmbito local sobre isso. É uma questão social, ambiental, indígena", ressaltou. Em comunicado, a empresa Belo Sun Mineração destacou que, além de realizar audiências públicas com duas comunidades indígenas, protocolou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto Volta Grande, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), em 2012.

De acordo com a empresa, "o empreendimento foi considerado econômico, social e ambientalmente viável". Já a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Pará afirmou que a licença de instalação (LI) do projeto Volta Grande, da empresa Belo Sun, está suspensa, após ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF).

INOCÊNCIA PERDIDA / Boa parte dos brasileiros aceita que crianças e adolescentes exerçam atividades sob o pretexto de que "é melhor do que ir para o crime". Para especialistas, a antecipação dessa etapa da vida tira a oportunidade de desenvolvimento dessas pessoas

Sociedade dá aval ao trabalho infantil

Hoje, 12 de junho, as preocupações não são — ou não deveriam ser — apenas com qual é o melhor presente do Dia dos Namorados. A data marca, pela 15ª vez, o Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil, sem muito para se comemorar, especialmente no que diz respeito à evolução da mentalidade social sobre o assunto. Com o aval de boa parte dos brasileiros que ainda consideram vantajoso começar ganhar dinheiro cedo, 2,7 milhões de crianças entre 5 e 17 anos estão nessa situação, muitas sob o argumento de que "é melhor trabalhar do que ir para o crime". Quando a exploração é travestida de preocupação, fica mais fácil ignorar o problema social exposto diariamente nas ruas na forma, por exemplo, de pequenos vendedores ambulantes, empacotadores de compras ou vigias de carros.

Apesar de o senso comum dizer o contrário, especialistas consideram que não há relação direta entre começar a trabalhar cedo e se livrar de uma trajetória de crimes. Se fosse simples assim, 85% dos detentos do Carandiru, em São Paulo, não teriam começado a trabalhar ainda na infância, como mostra a dissertação de mestrado do hoje desembargador Roldão Tadeu Marques da Fonseca, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná. Na verdade, a relação está mais perto de ser a contrária, já que o trabalho infantil leva muitos jovens a saírem da escola ou subaproveitarem as aulas, e a baixa escolaridade é um fator em comum entre a maioria dos presos.

Frustração

Sem estudo de qualidade e explorados desde cedo, o potencial de crescimento profissional e financeiro dessas pessoas é mais baixo do que o das que começaram mais tarde. A frustração, ao se dar conta disso, também é maior. Sônia*, por exemplo, ficou três anos sem estudar quando foi trabalhar como doméstica em uma casa de família, aos 14 anos. A patroa, que se recusava a pagar um salário e controlava até o que ela vestia, não entendia o porquê de mantê-la na escola, já que a menina já tinha um emprego. "Esse é um vício que precisamos romper. Para que cresçam bem e ajudem no desenvolvimento da sociedade, crianças e adolescentes precisam estar na escola", defende a gerente executiva da Fundação Abrinq, Denise Cesario.

Outro obstáculo que precisa ser vencido, na opinião dela, é o de usar como exemplos pessoas que trabalharam cedo e se tornaram bem-sucedidas. "O fato é que elas se deram bem apesar disso, não por isso. São exceções bem pontuais e não refletem a grande maioria dos casos", garante Denise. Ela acrescenta que, como o processo de escolarização fica prejudicado nessas situações, certamente a criança estará menos preparada para o mercado de trabalho. "De forma geral, ela não terá condição de se preparar para concorrer com quem tem os direitos assegurados."



É incompatível com o desenvolvimento social. Se ela se acostumou quando pequena, vai levar para a vida adulta. Quando crescem, elas aceitam trabalhos precários, sem carteira assinada, sem salário mínimo, porque já estão acostumadas com isso. São menos exigentes*

Valesca de Moraes,
procuradora do MPT

Foi preciso muita insistência para que Sônia voltasse a frequentar uma sala de aula, e só durante a noite, após trabalhar das 6h até o último minuto antes de a professora começar a falar. Devido à rotina pesada de trabalho, quase nunca conseguia fazer os deveres de casa ou estudar. Ela terminou o ensino médio e ficou longe de crimes — e também de amizades, porque estava sempre cansada e com pressa —, mas a renda nunca evoluiu muito. Hoje, aos 38 anos, Sônia continua ganhando pouco mais que um salário mínimo como empregada doméstica.

Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ilustra bem a relação entre o trabalho precoce e a evolução

educacional. Uma criança que trabalha de forma integral durante a infância diminui para apenas 25% as chances de terminar o ensino primário, constatou o autor da pesquisa, Emerson Ferreira Rocha. "Em outras palavras, pessoas que trabalharam dessa maneira têm apenas um quarto das chances de completar o ensino primário, em comparação com as que não trabalharam antes dos 18 anos", explica o pesquisador, no estudo.

Essa relação se repete em todas as categorias de trabalho juvenil, a não ser o de adolescentes em tempo parcial. Só três em cada 10 crianças que conseguem terminar o primário e ainda trabalham têm chances de ir até o fim do ensino

fundamental, comparando com as que apenas estudam. "Quem trabalhou durante a infância, de maneira geral, também não completou o ensino fundamental", observa o pesquisador. Até entre as que, apesar do trabalho infantil, concluíram o ensino fundamental, há ainda a tendência à evasão durante o ensino médio — as chances de conclusão dessa etapa são de 33% para as crianças que trabalham em tempo integral e de 58% para as que trabalham em tempo parcial.

Coincidentemente ou não, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que a maioria dos presos no Brasil é de jovens e de baixa escolaridade. Dos quase 600 mil detentos, apenas 2 mil

(0,4%) têm diploma de nível superior. Os analfabetos somam 5,6% e os que sequer terminaram o ensino fundamental, 46%.

Mesmo entre as crianças que continuam na escola, apesar do trabalho, o rendimento costuma ser bastante prejudicado. Em geral, são repetentes, não conseguem prestar atenção e estão quase sempre cansadas, afirma a ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), uma das gestoras nacionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho. Segundo ela, 90% das crianças que trabalham têm algum tipo de defasagem escolar. "Já existiu mais evasão por esse motivo. Atualmente, com políticas públicas, é menos comum que se afastem completamente da escola. Mas o índice de aprendizagem é bem inferior", pondera.

Precarização

A procuradora Valesca de Moraes, do Ministério Público do Trabalho (MPT), reforça que colocar uma criança para trabalhar faz com que ela se acostume a não ter os direitos respeitados. "É incompatível com o desenvolvimento social. Se ela se acostumou quando pequena, vai levar para a vida adulta. Quando crescem, elas aceitam trabalhos precários, sem carteira assinada, sem salário mínimo, porque já estão acostumadas com isso. São menos exigentes", explica.

Além de não tirar as crianças do crime, muitas vezes influenciando de forma contrária, a exploração infantil está relacionada à perpetuação de outras formas de relações empregatícias precárias e

abusivas. Em cada 10 pessoas resgatadas de trabalhos análogos à escravidão no Brasil, sete admitem ter começado a trabalhar antes dos 16 anos, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). "Começaram cedo, não conseguiram romper o ciclo de pobreza e, ao final, acabaram entrando em outro tipo de exploração", explica Kátia, do TST.

O ciclo ao qual ela se refere é tão comum e infeliz quanto a ideia de que a exploração de mão de obra infantil transforma as crianças em adultos mais bem-sucedidos. Nas palavras de Kátia, trata-se "da reprodução da miséria": A pessoa trabalha porque é pobre, mas, ao entrar no trabalho infantil, se afasta da escola e se torna um adulto que não estará apto a um mercado de trabalho exigente. Então, vai sempre fazer o serviço menos valorizado. "Quanto mais cedo uma pessoa começa a trabalhar, mais baixa é sua renda", completa.

De acordo com pesquisa da economista Ana Lucia Kassouf, da Universidade de São Paulo (USP), o prejuízo no salário varia de acordo com o gênero e o nível de escolaridade. Em um dos recortes do estudo, ela constatou que mulheres que começaram a trabalhar antes dos 9 anos de idade e terminaram apenas o ensino médio recebem cerca de 23,8% menos que uma que começou a trabalhar após os 17 anos, também com ensino médio completo. Significa dizer que a que não tem histórico de trabalho precoce recebe R\$ 2 mil de salário, enquanto a outra, R\$ 1.524. Para os homens, a diferença é de 17,2%.

* nome fictício

Intolerância aumenta no DF

» PAULA PIRES
» JÚLIA CAMPOS
ESPECIAIS PARA O CORREIO

"Meu apelido de infância era 'picolé de kichute'. Na escola, me chamavam de 'Carolina Saravá', em referência à religião praticada pela minha família. Além de 'neguinha, umbandista e macaca', diz a psicóloga Carolina Saravá, 34 anos. Ela faz parte de uma parcela da população que sofre preconceito diariamente por causa da cor da pele. Hoje, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPFT) lança um livro que reúne acusações de racismo no Distrito Federal nos últimos 10 anos. Apenas entre 2010 e 2016, o número de denúncias aumentou 1.190% na capital. Centenas de pessoas foram vítimas da intolerância e da falta de respeito de outros seres humanos, cidadãos que não souberam exercer a cidadania e se acharam no direito de ofender alguém.

Apesar de tudo que passou, é com voz tranquila e pausada que Carolina conta em detalhes todas as agressões verbais que já ouviu ao longo da vida. Ela garante que tudo isso não gerou revolta nem trauma. Na adolescência, era a única negra da turma em uma escola de padres. "Para ser respeitada, tornei-me a melhor aluna da sala. Eu era aquela garota que ganhava sempre menção honrosa." Mesmo sendo uma estudante que ocupava lugar de destaque, ela não era convidada para participar de grupos de estudo porque os colegas achavam que poderia sujar o papel com a cor preta.

Nos últimos quatro anos, o promotor e coordenador do estudo Thiago Pierobom esteve à frente do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação. Durante esse tempo, o que mais chamou a atenção do promotor foi a quantidade de crimes raciais. "Quando não se atua de forma especializada nesse assunto não conseguimos ter a dimensão do que é verdadeiramente a realidade dessas pessoas. Só quando vemos a mesa com pilhas de processos é que passamos ter essa sensibilidade de enxergar melhor e compreender que as ofensas não são sentimentos normais dentro de uma briga. É necessária a atuação jurídica", admite.

Recentemente, Carolina passou por uma situação de discussão com o ex-marido que não costuma ser nada comum. Inclusive, demonstra um pouco de aflição ao rememorar nesse passado que, segundo ela, dá emburlo no estômago. "Já havia me separado dele quando

Informações processuais

O número de prisões em flagrante por crimes de racismo e injúria racial cresceu de 2011 a setembro 2016 de 8 para 38 prisões em flagrante: - 375%

Inquéritos policiais encaminhados

Dos inquéritos policiais encaminhados da Polícia Civil, ao Ministério Público, cerca de metade é arquivada e, na outra metade, há ajustamento de ação penal.

Inquéritos policiais arquivados



O número de denúncias subiu 1.190% de 2010 a dezembro de 2016

Cidades com maior incidência



Ações penais

Nas ações penais, 7% são por crime de racismo e os demais são por crimes de injúria racial.

Entre os processos com denúncia ajustada:

46% dos casos foram solucionados com o acordo processual de suspensão condicional do processo, com aplicação imediata de penas alternativas.

Entre as penas alternativas:

66% curso de conscientização sobre a igualdade racial.

36% indenização em favor das vítimas

• O tempo de resposta com a suspensão condicional do processo é menor da metade do tempo da conclusão de um processo criminal de condenação.

• Da denúncia até a audiência de proposta de suspensão condicional do processo: 442 dias

• Da denúncia, passando pela sentença, até o trânsito em julgado: 920 dias

• Entre os processos que seguem para a sentença, em 57% dos casos há condenação em 43% há absolvição.

• Entre os processos com recurso ao TJDF, em 87% há condenação.

Processos que tiveram solução final (por acordo ou sentença de mérito) - em 80% houve responsabilização do réu (por acordo ou condenação) e em



esse homem bateu à porta lá de casa com várias bananas na mão. Ele começou a gritar e encharcou o piso de água, jogando as frutas no chão. Depois, pisoteou tudo e começou a me xingar de 'macaca' e 'nega'", relatou. A psicóloga enfrentou a situação com um celular na mão na tentativa de gravar tudo, mas o homem quebrou o aparelho. Carolina deu queixa na delegacia por ofensa racial, mas não havia testemunha no momento da agressão para poder provar.

Pesquisa

A pesquisa aponta que 34,7% das ocorrências acontecem no ambiente de trabalho. Camilla Rodrigues, 28, vivenciou esse tipo de situação há três anos. Ao lembrar do episódio, ela segura as duas mãos com força e respira fundo. É algo que a incomoda até hoje. "Eu trabalhava como frentista em um posto de gasolina, em Águas Claras, quando um motorista de caminhão parou para encher o tanque. Do nada, ele começou a me xingar de 'neguinha', 'vagabunda'. Fiquei constrangida com toda aquela situação, sem reação e perdi a voz. O único movimento que fiz foi caminhar em direção ao banheiro para me distanciar daquele homem que, por sinal, também é negro. Ele ainda me chamou de 'macaca', lembra. A reação de Camilla foi como a da maioria das vítimas: se calar diante das ofensas. Mas ela também aproveitou para responder posteriormente da forma mais digna e justa. Camilla registrou uma ocorrência na 21ª Delegacia Policial (Taguatinga Sul). O caso está na Justiça e o agressor responde por ofensa racial, agressão verbal e ameaça. "Tive que revê-lo duas vezes em audiências. Ele assumiu tudo o que fez e o seu advogado pediu acordo. Eu não aceitei. Quero que ele sinta na pele o peso das agressões que fez contra mim. A justiça saberá puni-lo", declara.



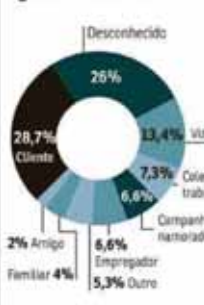
VIDEO veja depoimento das vítimas de racismo no site do CORREIO

Thiago Pierobom explica que os acordos processuais são algo positivo, pois impedem que os agressores pratiquem mais delitos como aqueles ou mais graves. Porém, o mais importante é eles terem sempre a certeza de que vão responder pelo que fizeram. "Os acordos também são as respostas mais rápidas da justiça, pois são dadas penas alternativas. Mas os réus não gostam de fazer acordos porque se sentem punidos", explica.

Locais em que há maior ocorrência de casos de discriminação racial

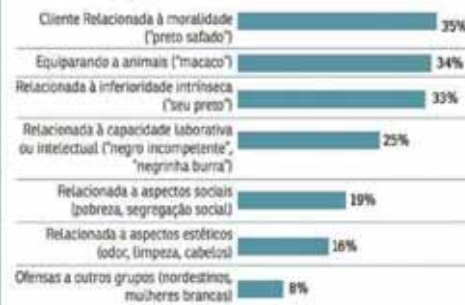


Relação existente entre o agressor e a vítima



Tipos de ofensas mais usuais

(há mais de um tipo por caso)





Nas entrelinhas

por **Leonardo Cavalcanti**
leonardocavalcanti@pdabril.com.br



Joaquim busca o papel de candidato

Em política, é recomendável ficar atento a movimentos periféricos. Explico. Ações eleitorais podem ser, ao mesmo tempo, discretas e efetivas, principalmente no atual cenário, que tem levado cada vez mais o brasileiro para longe das urnas. É que a exposição ao máximo, e antes da hora, pode ser desastrosa.

A volta do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa aos flashes das câmaras fotográficas ao longo do julgamento da cassação da chapa Dilma-Temer pode ser visto como um desses movimentos periféricos. Barbosa, uma espécie de Moro com cinco anos de antecedência, deixou o STF no auge da popularidade, logo depois do julgamento do mensalão.

Carreira

O homem saiu de cena em 2014 com o pedido de aposentadoria. Até aquele momento, muita gente achava que ele poderia buscar uma carreira política. A ambiguidade das respostas sobre uma possível candidatura estimulava as conjecturas. Mas, tal qual um Belchior "caminhando o próprio caminho", Barbosa buscou a discrição, vez ou outra aparecendo em palestras e dando pitacos nas redes sociais. Gravadores de jornalistas foram solenemente ignorados.

Na semana passada, entretanto, Barbosa resolveu sair dos bastidores, "afinal, tudo muda, e com toda a razão". Na noite de quarta-feira, depois de uma solenidade no STF para descortinar o retrato dele na galeria dos ex-presidentes da Corte, Barbosa foi mais claro sobre a própria candidatura: "Sou um cidadão brasileiro, pleno, há três anos livre das amarras de cargos públicos. A decisão de me candidatar ou não está na minha esfera de deliberação", disse ele. E completou: "Mas sou muito hesitante quanto a isso. Não sei se decidirei positivamente em relação a isso".

Ex-presidente do Supremo reaparece na cena política duas vezes em apenas uma semana, justamente a mais tensa do ano. Não foi um ação à toa. Mas o que falta para ele finalizar o movimento?

Passos

Mas o movimento do ex-ministro não parou ali. Na manhã seguinte, ele apareceu no plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acompanhado por integrantes da Rede, como Zé Gustavo, o braço-direito de Marina Silva no partido. O gesto de Barbosa, apesar de sutil, foi simbólico, muito além de qualquer outro movimento no passado. O homem de fato ensaia os primeiros passos de um político. E aqui, finalmente, chegamos a algumas considerações sobre a estratégia.

Barbosa enxerga uma janela cada vez mais ampla para gente de fora da política tradicional. A tal janela não tem como apoiadores apenas o eleitor, mas também quem participa mais diretamente de uma campanha, como os empresários. "Talvez o problema dele seja convencer o mercado financeiro, mas isso não é uma grande dificuldade. Caso se comprometa a não mexer com eles, como Dilma fez, já pode garantir o apoio", disse-me Antonio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Caminho

Barbosa mostra-se disposto a partir para as urnas, mas falta uma legenda. A aparição com o pessoal da Rede apontaria, assim, um caminho a ser seguido. "Não deixa de ser simbólico, mas isso ainda precisa ser fechado. Ainda há dúvidas sobre o partido", avalia uma pessoa próxima a Barbosa, que pode abrir alguns corpos em relação a Cármen Lúcia, atual presidente do STF. A magistrada, ao contrário de Barbosa, tem recusado o papel, por mais incensada que também possa ser. Isso sem contar com outro integrante da magistratura, o juiz Sérgio Moro. "Não acho que ele (Barbosa) faça o cálculo de qual seria o representante desse grupo. Não seria esse empecilho para se lançar candidato."

A volta de Barbosa ao xadrez político é desses movimentos periféricos que ainda podem provocar ondas maiores, principalmente porque não existe um favorito na disputa — ao contrário, há uma dificuldade de os partidos cravarem nomes a pouco mais de um ano para o início da campanha. "Barbosa pode ter perdido o tempo de bola, pois mergulhou logo depois do mensalão, além disso, o temperamento atrapalha", disse-me um petista com influência no partido. "Vejo o Barbosa como um Ciro Gomes, mais cedo ou mais tarde, acabará se desgastando", completou o integrante do PT, deixando implícito o incômodo com o magistrado e, mais uma vez, demonstrando a dificuldade de uma aliança com o político do PDT. As cenas dos próximos capítulos.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, 10, 11 e 12 de junho de 2017

Nº 23.957

Preço banca: R\$ 2,30

Jungmann diz que governabilidade está mantida, apesar de dificuldades

Janot renova pedido de prisão preventiva de Aécio Neves

Página 4

Ministério da Saúde tem liberação de R\$ 2 bilhões no limite de gastos

Página 3

Mais de 40 mil crianças estão na linha de fogo em Raqqa, na Síria, diz ONU

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), alertou que mais de 40 mil crianças estão na linha de fogo com o aumento dos conflitos na cidade de Raqqa, na Síria. Segundo o diretor regional do Unicef para o Oriente Médio e norte da África, Geert Cappelaere, pelo menos 25 crianças foram mortas e muitas ficaram feridas na última onda de violência na região. A informação é da ONU News.

Cappelaere declarou que hospitais e escolas estão sendo atacados e as pessoas que tentam fugir da área correm o risco de serem mortas ou feridas. "As crianças estão sendo privadas de suas necessidades básicas e pouca ajuda tem chegado a Raqqa desde 2013 por causa da violência e do acesso restrito".

Página 3

Governo repassa R\$ 25 milhões para atender usuários de droga na Cracolândia



O ministro de Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, considera o enfrentamento ao uso e tráfico de drogas uma questão prioritária para o país

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário vai destinar R\$ 25 milhões para o programa Redenção, iniciativa da prefeitura de São Paulo para atender usuários de drogas na Cracolândia.

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Felipe Sabará, os recursos serão usados na oferta de serviços e instalação de equipamentos. "A gente tem atuado em parceria com o município e o estado, nas áreas do desenvolvimento e da saúde, para execução de serviços, equipamentos e encaminhamentos dessa população, tanto em situação de rua, quanto em dependência química", disse na sexta-feira (9) Felipe Sabará durante o anúncio da concessão de recursos, na sede da administração municipal, no centro da capital paulista.

Começaram a funcionar na quinta-feira (8) os 20 contêineres com banheiros e 100 vagas para pernoite instalados próximo à Estação da Luz, na região central paulistana.

Página 2

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse que o Brasil tem conseguido manter a governabilidade, apesar de as dificuldades pelas quais o país passa "terem se intensificado". As afirmações foram feitas na sexta-feira (9) após ele participar de uma cerimônia em comemoração aos 152 anos da Batalha Naval do Riachuelo.

No evento, o comandante da Marinha e almirante de esquadra, Eduardo Bacellar, disse que o Brasil passa por uma

"crise profunda e multifacetada". "No entanto, por mais grave que se apresente, a crise nunca será mais forte nem maior do que nós, brasileiros", disse o comandante.

No evento, o comandante da Marinha e almirante de esquadra, Eduardo Bacellar, disse que o Brasil passa por uma "crise profunda e multifacetada". "No entanto, por mais grave que se apresente, a crise nunca será mais forte nem maior do que nós, brasileiros", disse o comandante.

Página 4

Temer decide não responder a perguntas da PF e pede arquivamento de inquérito

O presidente Michel Temer decidiu não responder às perguntas enviadas pela Polícia Federal no inquérito que trata das delações premiadas feitas por executivos da empresa JBS. Em petição protocolada na tarde de sexta-feira (9) no Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa de Temer pede

que as investigações sejam arquivadas e faz críticas ao teor do questionário enviado ao presidente na última segunda-feira (5), após o acordo de delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista ter sido homologado pelo ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF.

Página 4

Inflação deve cair com redução de preços de combustíveis, diz presidente do BC

Página 6

Hospital do Servidor inaugura maior centro do país dedicado ao idoso

Página 2

Esporte

Fórmula Vee homenageia Darcy de Medeiros em Interlagos

Certamente a 5ª etapa do Campeonato Paulista de Fórmula Vee será marcada por muita emoção. Tanto na pista, com prova marcada para as 10h15 no Autódromo de Interlagos (zona sul de São Paulo/SP), quanto nos bastidores. O GP Darcy de Medeiros será disputado em memória ao mecânico chefe da principal categoria-escola do automobilismo nacional.



Foto: Carlos Freitas

Alberto Cesar Otazi na pista de Interlagos com o Fórmula Vee

Thiago Vivacqua volta ao palco do primeiro pódio da pré-temporada



Thiago Vivacqua acelerando em Paul Ricard na pré-temporada

Confiança e boas lembranças são as palavras que movem Thiago Vivacqua para a próxima etapa da Euroformula Open no circuito de Paul Ricard, na França, nos dias 10 e 11 de junho. A bordo do F-3 #2 da equipe Campos Racing, o brasileiro busca mais pódios para pontuar o máximo possível e se manter na briga pelo título do campeonato. A terceira etapa da competição marca a volta para a pista onde Vivacqua conquistou seu primeiro pódio na categoria, durante o Winter Cup, disputado na pré-temporada.

Página 7

Confederação Brasileira de Ginástica faz seletiva para Pan-Americano de Especialistas

A Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) realizará, de 22 a 24 de junho, em São Bernardo (SP), uma seletiva para compor as seleções de ginástica artística masculina e feminina que vão disputar o Campeonato Pan-Americano Adulto de Especialistas, dos dias 10 a 12 de agosto, em Lima, no Peru. No feminino, vão participar das avaliações atletas a partir de 16 anos, e as meninas deverão apresentar séries completas em pelo menos dois aparelhos.

Página 7

Basquete 3x3 é incluído nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020



Lance de jogo do Basquete 3x3

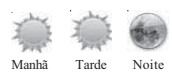
Depois de uma longa espera, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou, na sexta-feira, em sua sede em Lausanne, na Suíça, a inclusão do basquete 3x3 nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020. A decisão do COI foi bastante comemorada pela ANB3x3 (Associação Nacional de Basquete 3x3).

Depois de uma longa espera, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou, na sexta-feira, em sua sede em Lausanne, na Suíça, a inclusão do basquete 3x3 nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020. A decisão do COI foi bastante comemorada pela ANB3x3 (Associação Nacional de Basquete 3x3).

Página 7

Previsão do Tempo

Sábado: Sol o dia todo sem nuvens no céu. Noite de tempo aberto ainda sem nuvens.



Domingo: Tempo ensolarado, com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo.



Segunda: Sol com algumas nuvens. Não chove.



Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	3,28
Venda:	3,28
TURISMO	
Compra:	3,15
Venda:	3,42
EURO	
Compra:	3,67
Venda:	3,67
OURO	
Compra:	124,45
Venda:	156,97

Hospital do Servidor inaugura maior centro do país dedicado ao idoso

O governador Geraldo Alckmin inaugurou nesta sexta-feira (9) o Centro Integralidade do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE). O espaço tem 5,5 mil m² exclusivos para prevenção e promoção da saúde do idoso.

“Nós tivemos o investimento de R\$ 189 milhões no Hospital do Servidor, que é o hospital amigo do idoso. Inauguramos o Centro Integralidade, voltado à melhor idade”, disse Alckmin.

Para celebrar a atenção ao idoso, o governador lembrou a presença da população em meio aos servidores e aposentados do Estado de São Paulo. “Nós temos 1,2 milhão de funcionários públicos na ativa e aposentados, dos quais 30% acima dos

60 anos de idade. O hospital é uma referência hoje para o atendimento ao idoso”, completou.

A excelência no atendimento à melhor idade, população que representa 60% dos pacientes internados, fez o HSPE conquistar em 2015 o Selo Inicial “Hospital Amigo do Idoso”, do Governo do Estado de São Paulo.

Além do investimento do governo, o espaço possui o que há de mais moderno para reabilitação ortopédica e recebeu investimento de R\$ 3 milhões da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid) para a compra de mobília e equipamentos.

Estúdio de pilates, piscina para hidroterapia e serviço de reabilitação virtual são destaques na infraestrutura do local.

Os equipamentos inaugurados fazem com que o prédio seja um dos maiores centros dedicados ao envelhecimento ativo do Brasil.

O local comporta ainda atividades dedicadas ao idoso em especialidades como Fisioterapia, Terapia Ocupacional Física e Neurológica, Medicina do Esporte e o Programa de Atenção ao Idoso (PAI).

Modernização do HSPE

O Centro Integralidade faz parte do projeto de modernização do Hospital do Servidor. Desde 2013, o Governo do Estado de São Paulo investiu 189 milhões de reais em reformas no hospital, que é mantido pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadu-

al (Iamspe).

Em 2014, foram entregues o novo pronto-socorro e o Centro de Quimioterapia. No ano seguinte, foi a vez de colocar em operação o Centro de Diagnóstico por Imagem. Já o Prédio de Utilidades, inaugurado em 2016, abriga a infraestrutura com água, luz, geradores, gases etc.

O Bloco C, com nova torre de elevadores, entrou em operação em maio deste ano. Este prédio possui 15 andares para internação, 318 leitos, sendo 76 de UTI e Semi-intensiva, e um centro cirúrgico com dez salas.

A unidade de Psiquiatria, no 2º andar, também foi inaugurada no último mês de maio, com 22 leitos, além de uma UTI própria, com 20 leitos, no 8º andar.

Governo repassa R\$ 25 milhões para atender usuários de droga na Cracolândia

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário vai destinar R\$ 25 milhões para o programa Redenção, iniciativa da prefeitura de São Paulo para atender usuários de drogas na Cracolândia. Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Felipe Sabará, os recursos serão usados na oferta de serviços e instalação de equipamentos.

“A gente tem atuado em parceria com o município e o estado, nas áreas do desenvolvimento e da saúde, para execução de serviços, equipamentos e encaminhamentos dessa população, tanto em situação de rua, quanto em dependência química”, disse na sexta-feira (9) Felipe Sabará durante o anúncio da concessão de recursos, na sede da administração municipal, no centro da capital paulista.

Comearam a funcionar na quinta-feira (8) os 20 contêineres com banheiros e 100 vagas para pernoite instalados próximo à Estação da Luz, na região central paulistana. Além dos dormitórios emergenciais, o programa Redenção conta com um contê-

iner do Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas com psiquiatras de plantão e carros de som que convidam os usuários a procurarem o serviço para se internarem.

De acordo com o prefeito João Doria, até o próximo dia 26, a região receberá outro grupo de contêineres com espaço para 150 pessoas dormirem e 200 tomarem banho. O prefeito disse que além dos serviços, os equipamentos contam com equipes disponíveis 24 horas para dar atendimento social e fazer a pré-seleção dos que serão encaminhados ao tratamento médico.

O ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, considera o enfrentamento ao uso e tráfico de drogas uma questão prioritária para o país. “É uma grande epidemia. É o problema mais grave do ponto de vista de segurança e saúde pública no país, que afeta muito a área social.”

Outros órgãos do governo federal deverão, segundo Terra, ampliar o apoio à capital paulista para a implementação das políticas sobre o tema. “Outros órgãos estão alinhados conosco,

como a Secretaria Nacional sobre Políticas sobre Drogas, que vai ampliar a rede de tratamento e o Ministério da Saúde.” O ministério também reajustou em 45% os valores repassados aos municípios por meio do Sistema Único de Assistência Social, representando cerca de R\$ 25 milhões para São Paulo.

Internações forçadas

O ministro defendeu as internações compulsórias que a prefeitura tentou adotar mas foram impedidas pela Justiça. “Ela é importante em determinadas circunstâncias quando a intoxicação pela droga é muito grande, ela é necessária para iniciar o tratamento.”

No último dia 31, o desembargador Reinaldo Miluzzi, do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou o pedido feito pela prefeitura para internar à força usuários de drogas que estivessem nas ruas da cidade.

“Como bem asseverado em ambos os recursos, o pedido [da prefeitura] é impreciso, vago e amplo e, portanto, contrasta com os princípios basilares do Esta-

do Democrático de Direito, porquanto concede à municipalidade carta branca para eleger quem é a ‘pessoa em estado de drogadição vagando pelas ruas da cidade de São Paulo’”, disse em sua decisão a partir do recurso feito pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. Uma decisão anterior havia autorizado a administração municipal a fazer as remoções.

Desde a mega operação policial, no último dia 21 de maio, contra a Cracolândia foram feitas de acordo com a prefeitura, 206 internações voluntárias, 17 delas realizadas na quinta-feira (8). A ação, que prendeu pessoas acusadas de tráfico e destruiu os abrigos improvisados dos usuários, acabou dispersando os consumidores de crack pelo centro da cidade. Ao longo dos últimos dias eles voltaram a se agrupar na Praça Princesa Isabel, a menos de 500 metros do ponto original. A quantidade de pessoas e de barracas improvisadas já é igual ou superior a que havia nos quatro quarteirões do chamado fluxo da Cracolândia. (Agência Brasil)

22ª Festa do Imigrante homenageia 50 nacionalidades

Integração cultural. Assim pode ser definida a tradicional Festa do Imigrante, que chega a sua 22ª edição. Realizada pelo Museu da Imigração, o evento homenageia mais de 50 nacionalidades, resgatando a herança e a história das comunidades de imigrantes e descendentes que compõem a identidade de São Paulo.

A festa vai acontecer nos dias 10 e 11 de junho, com uma vasta programação de gastronomia, artesanato, dança, música, entre outras atividades para toda a família. E será celebrada no complexo de prédios onde funcionava a antiga Hospedaria dos Imigrantes do Brás e que hoje abriga o Museu da Imigração.

Em três dias de evento, a 22ª

Festa do Imigrante contará com a participação de 44 expositores de alimentação, 32 expositores de artesanato e 45 grupos de dança e música. Ao todo, serão mais de 50 nacionalidades representadas em diversos tipos de atrações oferecidas aos visitantes.

Um dos destaques da festa é o projeto “Sabor Paulista”, uma iniciativa da Rede Globo, que valoriza a diversidade gastronômica de São Paulo e oferece oficinas abertas de culinária, ministradas pelas comunidades de imigrantes. Nessa programação, o preparo de diversas receitas típicas será apresentado para o público que poderá participar gratuitamente.

Para o público infantil, a fes-

ta terá um cantinho reservado especialmente para recreação com jogos e brincadeiras. As crianças também podem aproveitar o espaço “Faz e Conta”, onde serão oferecidas contações de histórias do mundo, conduzidas pelos grupos “Teatro por um triz”, “Agrupamento teatral” e “Lili Flor & Paulo Pixu”. As apresentações abordam contos da cultura de vários países e irão acontecer nos três dias de eventos, sempre às 12 e às 15h.

Os ingressos para a festa podem ser adquiridos nos dias de evento e custam R\$ 10 (inteira) e R\$ 5 (meia-entrada). A programação ocorre das 10h00 às 18h00 e a bilheteria encerra as vendas às 17h00. O Museu da

Imigração fica na Rua Visconde de Parnaíba, 1316, no bairro da Mooca, em São Paulo. Outras informações estão disponíveis no site www.museudaimigracao.org.br

Serviço:

22ª Festa do Imigrante

Datas: 10 e 11 de junho de 2017

Horário: 10h às 17h (bilheteria)

Local: Rua Visconde de Parnaíba, nº 1316 – Mooca – São Paulo

Ingresso: R\$ 10,00 (Meia: R\$ 5,00)

Informações: (11) 2692-6186 ou www.museudaimigracao.org.br

**IMPRESA**

Em São Paulo: jornal "O DIA"

CÂMARA (SP)

As coisas que Celso Jatene (ex-PTB no PR) disse a respeito do colega Nomura (PSDB) beiram a desqualificação. Colocar em dúvida o caráter do líder do governo é pior que uma agressão física, ou a 'calma' oriental impede uma natural reação humana ?

PREFEITURA (SP)

Bem lá no fundo, João Doria (PSDB) não gosta de puxa-sacos que ficam imitando suas ações só pra se manter nos cargos que estão, alguns sequer pelas suas mãos. Por que será que esta constatação só não vale pro seu vice, o jovem Bruno Covas (PSDB) ?

ASSEMBLEIA (SP)

Prestes a completar 3 meses de mandato na presidência do maior e maias importante parlamento estadual brasileiro, o deputado Cauê Macris (PSDB), filho do ex-presidente – hoje deputado federal Macris (PSDB) – tá representando bem o seu pai ?

GOVERNO (SP)

Alckmin acha que aumentaram ou diminuíram suas chances de se tornar candidato do PSDB pra Presidência em 2018, ou as denúncias de 'caixa 2' via construtoras podem coloca-lo lado a lado dos senadores Aécio (Minas Gerais) e Serra (São Paulo) ?

CONGRESSO

É questão de tempo pro PPS do 'salvador da pátria' – segundo Temer (PMDB) – e ex-ministro (Cultura) Freire e o Podemos (ex-PTN) repensarem sobre a volta pra base governista, uma vez que seus donos e sócios majoritários querem sobreviver a 2018 ?

PRESIDÊNCIA

Foi a Polícia Federal que não soube formular perguntas que não dessem tanto na cara a tentativa de induzir Temer (PMDB) a dar respostas que condenam, ou foi o a defesa que garantiu fazer recuar o 'inquérito' que pode ser desconstruído no Supremo ?

JUSTIÇAS

Agora que a moral e o dever que podia e devia reger Direito e processos tão sendo desconstruídos pela politização assumida por membros de Tribunais Superiores – casos como o de Temer (PMDB) – será que por milagre o Supremo resgatará o fazer Justiça ?

PARTIDOS

Agora que Marinho, ex-presidente da CUT e ex-prefeito de São Bernardo foi eleito – por Lula – e assumiu a presidência paulista do PT, será que o ex-prefeito paulista-no Haddad vai poupá-lo das cacetadas que anda dando em suas entrevistas pra imprensa ?

HISTÓRIAS

A Associação dos Cronistas de Política (São Paulo – Brasil) tá completando 70 anos. Foi fundada durante a Assembleia Constituinte paulista em 1947. Esta coluna diária de política tá completando 25 anos de publicação diária. Muito obrigado. Ela foi feita pra você.

EDITOR

Desde 1992 que o jornalista CESAR NETO publica esta coluna diária de política. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis entre Comunicação, Sociedade e Instituições. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo – Brasil).



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZERBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

